

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA UNEB

**Pró-Reitoria de Pesquisa de Pós-Graduação PPG
Departamento de Educação - Campus I - DE
Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEduC**

EDSON CARVALHO DE SOUZA SANTANA

**ESCOLARIZAÇÃO, FESTEJOS E RELIGIOSIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE
UM QUILOMBO CONTEMPORÂNEO NO OESTE DA BAHIA**

**Salvador – BA
Junho – 2011**

EDSON CARVALHO DE SOUZA SANTANA

**ESCOLARIZAÇÃO, FESTEJOS E RELIGIOSIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE
UM QUILOMBO CONTEMPORÂNEO NO OESTE DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, no âmbito da Linha de Pesquisa I - Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder,

**Salvador – BA
Junho – 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

S232e

Santana, Edson Carvalho de Souza

Escolaridade, festejos e religiosidade na constituição de um quilombo contemporâneo no oeste da Bahia/ Edson Carvalho de Souza Santana. – Salvador, 2011.

196f.:il.color.; 29 cm

Orientador: Prof^o. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder

Dissertação: Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade

Universidade do Estado da Bahia

1. Escolarização 2. Mucambo de Baixo 3. Territorialidade 4. Cultura
5. Civilização I. Título

CDD 379

FOLHA DE APROVAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

**"ESCOLARIDADE, FESTEJOS E RELIGIOSIDADE NA CONSTITUIÇÃO DE UM
QUILOMBO CONTEMPORÂNEO NO OESTE DA BAHIA"**

EDSON CARVALHO DE SOUZA SANTANA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 26 de agosto de 2010, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Marcos Luciano Lopes Messeder
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Sociologia e Antropologia
Universite Lumiere Lyon 2, França



Prof. Dr. José Jaime Freitas Macedo
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade de Brasília, UNB, Brasil



Prof. Dra. Livia Alessandra Fialho da Costa
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Antropologia Social e Etnologia
École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França



Prof. Dr. Valdélcio Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Nóis somo Reiserio, meu pai mais minha mãe era Reseiro e quando chega mais perto do Santo Reis é o que dá na cabeça da gente, parece se a gente não saí, parece que eis vem assim, em corpo e alma que nem que eis vivo, pédi pra gente não pará com aquela tradição que era dexado pra nóis ne? É tanto que eu ando assim, meio aduentado, meus fi que mete os pé mais eu aí, mais todo ano nóis sai nosso Reis. No dia da reza nóis reza nossa ladainha aqui, dá um café, o que a gente pudé fazê. Aqui é cheio de gente como que a missa fosse aqui em casa. Quando eu morrê eu falo pros meus fi o próximo é oéis. Seis tão aprendeno, toma conta aí, eu não quero é que pára uma coisa que veio daqueles cabeça, veio parece uma tradição que vem, que Jesus tocou no coração da pessoa[...].mode ensiná. Esse x, mora ali, ensinê ele tocá gaita, ensinê ele tudo, oh! Hoje nóis passa com o Reis lá, pra lá pra cima, nem na casa dele a gente vai, as porta é lacrada assim, não tem um que entra com o Santo na casa dele.(OTAVIO DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA *In memória*).

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todos(as) os Santos e Santas que sob a orientação do supremo arquiteto do universo estiveram sempre comigo especialmente nessa caminhada. Como a minha gratidão se estende a inúmeras entidades e pessoas todas especiais, cada uma em sua particularidade, sabendo que não é possível aqui enumerá-las, peço permissão para registrar a minha especial reverência,

A todos os meus familiares, incluindo os que não fazem parte da minha consangüinidade.

A minha querida mãe Antônia Barbosa, que renunciou às suas realizações pessoais em prol da realização de seus filhos e filhas.

A minha esposa e companheira Irilene Santana pelo carinho, amizade, incentivo e cumplicidade incondicionais, você é uma das fontes da energia para a realização também deste trabalho.

Aos meus queridos filhos e filhas Luciana Carvalho, Edna Rosana, Emerson Carvalho, Anderson Patrik e Roythmans de Almeida pelo carinho, ensinamentos e companhia, vocês são parte também deste trabalho.

A minha ex-esposa Irene de Almeida, *in memória*, pela dedicação e incentivo aos meus estudos.

Ao Professor Valdélcio Santos Silva pelos ensinamentos fundamentados principalmente no seu exemplo de vida, que me ensinaram a descortinar de horizontes, possibilitando-me dar novo sentido e organização à vida pessoal, profissional e humana.

Ao meu orientador, Professor Marcos Luciano Messeder, pela discrição e principalmente por incentivar a autoconstrução do meu caminhar no mestrado.

A Professora Ana Jovina, pelas várias contribuições, inclusive para que eu adentrasse ao mestrado.

A Professora Sandra Magalhães pela acolhida, o incentivo de sempre, as continuadas orientações e contribuições, antes e durante a construção deste trabalho. Sem a sua dedicação tudo teria sido mais difícil. Obrigado!

Ao Professor José Jaime pela torcida, amizade e contribuições.

Aos(as) professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB, principalmente as queridas, Ana Célia, Jaci Menezes e Narcimária Luz pela generosidade e confiança.

Aos(as) queridos(as) colegas do mestrado especialmente a Jakeline, Mágnio, Vida, Ildália, Crizeide, Nilza, Josias, Robério, Antônio e Luciana, pelas contribuições, a acolhida e o carinho que sempre me dispensaram.

Aos colegas do Departamento de Ciências Humanas - Campus IX Barreiras – Bahia, pela confiança e os diversificados incentivos.

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida no povoado do Mucambo localizado no Município de Barreiras, extremo oeste da Bahia. Como objetivo procurou compreender que tessitura dá sustentação identitária étnico-racial à comunidade do Mucambo de Baixo. Para a realização da pesquisa fiz opção pela abordagem metodológica do estudo de caso qualitativo de cunho etnográfico. Como instrumentos metodológicos, fiz uso das técnicas de entrevista aberta e semiestruturada individual e coletiva, grupo focal, conversas informais, observação participante com registro em caderno de campo, questionário fechado para levantamento de dados quantitativos. O estudo sinalizou que a comunidade do Mucambo de Baixo vem constituindo a sua territorialidade, desde meados do século XIX, a partir de um possível acoitamento de ex-escravizados(as) e escravizados(as) oriundos(as) das lavras de diamantes da Chapada Diamantina. Apontou, também, a existência da prática da discriminação e do preconceito raciais no povoado e na escola. Revelou, ainda, que a comunidade tem uma maneira particular de cultivar e ressignificar os seus valores e expressões étnico-raciais e culturais.

Palavras-chave: Mucambo de Baixo; Escolarização; Processo Civilizatório; Territorialidade; Festejos e Religiosidade.

ABSTRACT

This study presents the offspring of a research developed in Mucambo village located in the Barreiras, far west of Bahia. It aimed to comprehend which arrangement provides racial-ethnic identity support to the community of Mucambo de baixo. To proceed this, I chose the qualitative case study methodological approach with an ethnographic focus. As methodological instruments, I used the open interview technique and the semi-structured one (individual and collective), focus group, informal talks, participating observation with registers in a specific note book, a questionnaire to raise quantitative data. The study showed that the Mucambo de Baixo community has been constructing its territoriality, since middle 19th century from a possible ex-slaves refuge which those being probably original from diamond minings of Chapada Diamantina. It also showed the existence of ethnic prejudice behaviors in the community and in the school. Also, it revealed that the community has a particular way to cultivate and resignify its values, cultural and ethnic-racial expressions.

Key words: Mucambo de Baixo; Schooling; Civilization process; Territoriality; Fests and Religiosity.

Lista de figuras

1 - Localização geográfica do povoado do Mucambo.....	25
2 - Mapa da Bahia com destaque para mesorregião do extremo oeste da Bahia.....	34
3 - Relação e localização dos municípios da mesorregião do extremo oeste da Bahia com destaque para a microrregião de Barreiras.....	35
4 - Atividade desenvolvida pelas crianças em sala de aula (dia dos pais).....	132
5 - Atividade desenvolvida pelas crianças e exposta na sala de aula (dia do soldado).....	133
6 - Afrodescendentes dançando em comunidade rural.....	135

Lista de tabelas

1 – Dados demográficos do município de Barreiras.....	35
2 – Dados demográficos do Mucambo de Baixo.....	48
03 - Distribuição de turmas por série e quantitativo de estudantes – Sede e Anexo I.....	76

Lista de fotografias - fonte: Edson Carvalho de Souza Santana

1 - Rio Grande na localidade do Mucambo.....	26
2 – Mulheres raspando mandioca.....	48
3 - Praça central do povoado.....	55
4 - Faixa alusiva à comemoração da Semana da Consciência Negra.....	57
5 - Quadrilha junina.....	67
6 – Líbia - Sr ^a . mucambense na saída do povoado.....	69
7 – Forasteiros, em final de semana, divertindo-se no povoado.....	124
8 - Jovens mucambenses observando a diversão dos forasteiros.....	124
9 - Escola Dr. Abílio Farias.....	137
10 - Evento na Praça da Igreja na 3ª Semana da Consciência Negra.....	150
11 - Festa do Sagrado Coração de Maria e Samba de roda.....	161
12 - Missa do Divino.....	162
13 - Sr. Otávio Oliveira e esposa Generosa da Silva – Em memória.....	164

Lista de siglas e abreviaturas

AMU - Associação de moradores do Mucambo

BEC - Batalhão de Engenharia de Construção

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FACED - Faculdade de Educação

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

EPENN - Encontro de Educadores do Norte Nordeste

FINOR - Fundo de Investimento do Nordeste

GESAC - Programa de inclusão digital do Governo Federal

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

ONG - Organização não Governamental

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PPGEduC - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporaneidade

PPP - Projeto Político Pedagógico

UCSAL - Universidade Católica de Salvador

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
-----------------	----

CAPÍTULO 1

LOCALIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO DA PESQUISA, OUTRAS

LOCALIZAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES.....	25
---------------------------------------	----

1.1 Mucambo de Baixo: <i>lócus da pesquisa</i>	25
--	----

1.2 MOVIMENTO QUILOMBOLA: MARGINALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA.....	27
---	----

1.2.1 Quilombos, organização e resistência.....	27
---	----

1.2.2 Educação escolarizada: trajetória no contexto étnico racial.....	30
--	----

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO OESTE DA BAHIA.....	32
--	----

1.3.1 Barreiras - capital do oeste: cosmopolitismo e latifúndio.....	33
--	----

1.3.2 Transformação sócio-econômica no extremo oeste da Bahia: modernização conservadora e predatória.....	37
---	----

1.4 POVOADO DO MUCAMBO: CONSTITUIÇÃO E TRAJETÓRIA.....	42
--	----

1.4.1 Mucambo de Baixo, da Chapada Diamantina ao Oeste da Bahia.....	42
--	----

CAPÍTULO 2

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	50
--	----

2.1 Considerações sobre a caminhada investigativa: a opção teórico-metodológica.....	51
--	----

2.2 O início da caminhada investigativa: pisando o chão da etnografia	55
---	----

2.3 Redefinindo os rumos da abordagem da pesquisa.....	59
--	----

2.4 Produções acadêmicas e aprofundamento do embasamento teórico.....	63
---	----

2.5 Sujeitos, técnicas e instrumentos da pesquisa.....	65
--	----

2.6 Em campo: coleta de dados e os(as) colaboradores(as) da pesquisa.....	69
---	----

2.7 Definição das categorias de análise.....	72
--	----

CAPÍTULO 3.

ESCOLARIZAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL: A ESCOLA E

O CONTEXTO QUE A INSERE	74
-------------------------------	----

3.1 Escolarização mucambense: do abrigo das árvores a um prédio escolar próprio.....	74
--	----

3.2 A escola e a comunidade: seus saberes fazeres.....	77
--	----

CAPÍTULO 4

ANÁLISE DOS DADOS E ACHADOS DA PESQUISA.....	89
4.1 CONFLITOS, VIVÊNCIAS E AMUCAMBAGENS NO COTIDIANO DA EXISTÊNCIA.....	90
4.1.1 preconceito e discriminação raciais: desafiando o tempo histórico	90
4.1.2 Os conflitos com a etnicidade vivida pelos mucambenses.....	102
4.1.3 Territorialidade, desterritorialização: estranhamentos e composição.....	123
4.1.4 Perscrutando o cotidiano do chão da escola.....	129
4.1.5 Preconceito e discriminação raciais: marcas e trajetória.....	138
4.1.6 Projeto Raízes: possibilidades e perspectivas.....	147
4.2. TERRITORIALIDADE E ETNICIDADE.....	150
4.2.1 Tradição e renovação: as várias faces da mesma tessitura.....	150
4.2.2 Festejos e religiosidade: tecendo sociabilidade, construindo identidade.....	158
 CONSIDERAÇÕES QUE NÃO FINALIZAM, SINALIZAM.....	167
 REFERÊNCIAS.....	175
 APÊNDICES.....	184
 ANEXOS.....	192

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“Em cada época é preciso arrancar a tradição ao conformismo que quer apoderar-se dela [...] O dom de despertar no passado a centelha da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. Esse inimigo não tem cessado de vencer.”.

(WALTER BENJAMIM)

Peço licença para iniciar este trabalho com uma síntese da minha trajetória pessoal, principalmente no que se refere ao contexto educacional e profissional. Na infância, diante das superlativas dificuldades do cotidiano, consegui cursar só até o segundo ano primário. Na adolescência, entre matrículas e evasões ou expulsões, como afirma Arroyo (2001), consegui apenas concluir o terceiro ano primário. Contudo, desde muito cedo alimentava uma imensa vontade de estudar e, não reunindo as condições para tal, aproveitava todas as horas disponíveis para ler tudo o que me vinha às mãos e, assim, se não avançava na educação formal, fui me tornando um autodidata, aprendendo com a educação informal. Lembro que cheguei a prestar o exame madureza, fui aprovado, mas não consegui efetivamente estudar.

Nasci no distrito de Amelópolis – município de Presidente Prudente - interior do estado de São Paulo. Aos 05 anos de idade, mudei com minha família para o estado do Paraná. Aos 07 anos, perdi meu pai. Lá, vivi e trabalhei duro na roça até os 15 anos. Com 16 mudei-me para a cidade. A minha trajetória profissional é bastante diversificada, pois além de roceiro, desenvolvi várias outras atividades laborais. O certo é que em 1987, emigrei do estado do Paraná para Barreiras – Bahia - com 38 anos de idade, tendo concluído, apenas, o terceiro ano primário.

Em Barreiras, trabalhei como corretor de imóveis, motorista de veículo de fazenda, gerente de fazenda, gerente de empresa comercial e, finalmente, educador. Por um lado era incentivado pelos amigos mas, por outro, por ser discriminado pela falta de estudos formais, aos 39 anos de idade, recomecei minha trajetória escolar. Matriculei-me na Escola Estadual Professor Folk Rocha, no supletivo do primeiro grau, concluindo-o em um ano,

(1988). Em seguida, prestei exames supletivos do segundo grau e fui aprovado, eliminando todas as matérias de uma só vez, (março de 1989).

Novamente, incentivado pelos amigos e pelas professoras e professores onde eu cursara os estudos supletivos, aos 43 anos, (1992), prestei o exame vestibular para o curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, Campus de Barreiras, à época, denominado CESB - Centro de Ensino Superior de Barreiras. Fui aprovado. Enquanto estudava, militava no movimento estudantil e no Centro de Direitos Humanos de Barreiras. Conclui o sonhado e até então quase inimaginável nível superior, no ano de 1996.

Foi durante o curso de Pedagogia que tive minhas primeiras experiências com a docência, atuando nos projetos de extensão da universidade, nas atividades práticas das disciplinas, nos estágios supervisionados e em estágios remunerados.

Em 1997, na condição de professor substituto, fui para Bom Jesus da Lapa – BA, com a atribuição de fundar, um Núcleo de Educação Superior, que foi denominado NESLA, o atual Campus XVII da UNEB. Estive à frente da gestão do NESLA por quatro anos (1997 a 2000).

Em Bom Jesus da Lapa, vivi um dos mais profícuos períodos de minha vida por vários motivos: entre eles, conheci uma das pessoas mais íntegras da minha história existencial – o professor Valdélcio Santos Silva - com quem muito aprendi; por seu intermédio passei a me despertar para a dura realidade do povo negro ao qual pertenço, porém embora nesse período já somasse 39 anos de idade, “eu não sabia que eu era negro”. Para compreender a implicação desse fenômeno, ou o da identidade deteriorada, como quer Goffman (1988), corroborando as reflexões efetivadas por Fanon, (2008), ou seja, eu ostentava pele negra, mas cultuava máscaras brancas; por Loureiro (2004) na ideologia que rege o sistema interétnico brasileiro, uma mensagem é enviada para as pessoas negras dando-lhes conta da necessidade de negar sua etnia, levando-as, à busca de assemelharem-se ao modelo branco do grupo dominante.

Como não poderia deixar de ser, este trabalho está diretamente relacionado ao meu despertar para o meu pertencimento étnico-racial negro, o qual foi provocado por intermédio da contribuição problematizadora do professor Valdélcio, à época, colega de trabalho em Bom Jesus da Lapa. Também, foi por seu intermédio que passei a ter contatos com as comunidades negras rurais – a princípio, com a comunidade quilombola de Rio das Rãs.

Em 2001, concluí a especialização em Administração Educacional. Em 2002 regressei para Barreiras e, mais uma vez, assumi a docência como professor substituto. Em 2004, finalmente realizei mais um sonho: tomei posse como professor auxiliar concursado; em 2008, concluí o meu estágio probatório e em 2009, com a ajuda de todos os santos e santas, entrei para o Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia.

Na realidade, este trabalho foi iniciado muito antes da minha entrada para o mestrado, sendo, desde sempre, tecido a várias mãos. Posso afirmar que ele começou a ser acalentado desde 1998, em Bom Jesus da Lapa, a partir da autoconstrução identitária da minha negritude, também de alguns contatos e atividades realizados naquela região, junto às comunidades negras rurais.

Com meu ingresso como docente no Campus IX de Barreiras, no início do ano de 2002, assumi o NUEC - Núcleo de Ética e Cidadania através do qual tive a oportunidade de atuar junto à sociedade civil em defesa dos direitos humanos e da cidadania. Agora também ativista e estudioso das temáticas relacionadas ao povo negro. Juntamente com Maria Helena, professora do Ensino Fundamental, e estudantes universitários organizamos um grupo de estudos sobre temáticas étnicas raciais e passamos a organizar, sob a minha coordenação, algumas ações e projetos, entre eles: realização de palestras nas escolas públicas de Barreiras e de municípios do seu entorno, organizamos a denominada Semana da Consciência Negra e Feira de Artes Negras de Barreiras, realizada uma vez por ano em comemoração ao dia nacional da consciência negra, atividade essa que já extrapolou o âmbito do Campus IX e se tornou de domínio público. Porém, essa ação foi e, em certa medida, continua sendo um verdadeiro enfrentamento de toda ordem ao preconceito e à discriminação raciais reinantes, explícitos ou veladamente, na cidade e região. Essa atividade foi algo tão diferente, pioneiro e inédito que, nas suas primeiras edições, realizamos não apenas reflexões e debates científicos, ideológicos e acadêmicos, mas também enfrentamos verdadeiros bate-bocas, na rua e, o mais emblemático, também no próprio âmbito da universidade, espaço em que houve inclusive o propósito da realização de uma semana da consciência branca. Foi nesse contexto que passei a me aproximar das comunidades negras rurais da região do extremo oeste da Bahia e, desde 2005, venho mantendo contato com a comunidade do Mucambo, inclusive, lá realizando alguns encontros e reflexões, quer seja no âmbito escolar ou no comunitário, coordenando trabalhos de estágio supervisionado e de conclusão de curso (monografia) de estudantes

universitários de Pedagogia, na Escola Municipal Dr. Abílio Farias. Nessa itinerância, em atendimento à solicitação da presidência da Associação de Moradores contribuí, entre outras ações, para encaminhamentos, relacionados a obtenção do título de auto reconhecimento de remanescente de quilombos, conforme explicitado no corpo deste trabalho. Em 2006, a comunidade do Mucambo foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo.

O somatório das experiências acima percorridas foi muito significativo para a minha decisão em cursar o Mestrado em Educação e Contemporaneidade, para a escolha do campo empírico do trabalho, na elaboração do projeto, assim como para a definição da temática e para a construção do objeto da pesquisa. Isso, com base na reflexão elaborada por Sá, (1998, p.21) ao afirmar que a construção do objeto da pesquisa se efetiva quando conseguimos fazer “A passagem da apreensão intuitiva de um fenômeno para a prática de sua investigação”.

Nessa particularidade, posso afirmar que o despertar da minha intuição para a temática do estudo, passando pelo caminho da minha inserção na comunidade, até a realização do trabalho investigatório propriamente dito, foi alicerçado por esse arcabouço teórico prático que fui construindo ao longo do período que se iniciou em Bom Jesus da Lapa, em 1998, e a minha efetiva inserção no mestrado, no início de 2009.

Dessa forma, a presente dissertação é resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida no município de Barreiras - extremo oeste da Bahia, mais precisamente no Povoado do Mucambo, local histórico em que a comunidade negra rural do Mucambo de Baixo se constitui centenariamente.

O estudo buscou compreender que tessitura sócio-cultural e política dá sustentação ao pertencimento identitário à comunidade estudada e qual a relação entre ela e a escolarização lá existente há mais de 70 anos. Considerando essas, dentre outras características e particularidades do meu objeto de estudo, optei pela abordagem metodológica do estudo de caso qualitativo de cunho etnográfico.

Nas idas e vindas para ajustar o foco da pesquisa, preliminarmente trabalhei tendo como meta responder ao seguinte questionamento: o que leva a comunidade, os adolescentes, os jovens e, principalmente, as crianças que estão frequentando as salas de aula a negarem as expressões e valores culturais identitários de suas raízes afrodescendentes e seu pertencimento quilombola? Porém, as interações teórico-metodológicas do trabalho evidenciaram a necessidade da redefinição do foco da pesquisa.

Assim, a partir de um determinado momento, as indagações do trabalho passaram a ser norteadas pelo seguinte problema: o Mucambo nega ou (re)afirma o seu pertencimento identitário étnico – cultural afrodescendente e quilombola? Buscando responder a esses questionamentos redirecionei a pesquisa para os seguintes objetivos: analisar que tipo de tessitura sócio-cultural dá sustentação identitária étnico cultural à comunidade do Mucambo; compreender o que o identifica enquanto comunidade; analisar qual a visão de mundo norteia o fazer cotidiano da comunidade; refletir criticamente sobre o papel que exerce a escola na realidade do contexto civilizatório que a insere; identificar as relações endógenas e exógenas de influência do fazer etno-cultural da comunidade.

No percurso da realização do trabalho, utilizei as seguintes técnicas de pesquisa: observação participante, contato direto, participação em atividades da comunidade e da escola; entrevista aberta e semi-estruturada com membros da comunidade, professoras e professores; um grupo focal com jovens da comunidade e outro com pessoas do contexto do Mucambo; entrevista semi-estruturada com estudantes; anotações assistemáticas e sistemáticas; história de vida de integrantes da comunidade. Como instrumentos metodológicos, fiz utilização de caderno de campo, observação participante, grupo focal, reuniões, questionário fechado para levantamento de dados quantitativos; entrevista semi-estruturada e aberta. O resultado da interação teórico-metodológica dessas técnicas e instrumentos metodológicos e do arcabouço teórico que o embasaram, consubstanciados pela ótica da pesquisa qualitativa, deu origem ao presente trabalho que está formalizado em introdução, quatro capítulos e conclusão assim organizados:

O primeiro capítulo traz a localização do Mucambo de Baixo, *lócus da pesquisa*, fazendo uma sintética abordagem do movimento quilombola brasileiro. Discute brevemente a educação escolarizada no âmbito étnico-racial, principalmente do período escravagista, no contexto da inclusão exclusiva. Problematisa também a luta de confrontação dos segmentos subalternizados, sobremaneira dos estratos negro africano e afro-descendente, apontando o movimento quilombola como um dos mais eminentes espaços de organização e luta para o rompimento com aquele estado de coisa vigente, em busca da efetivação da liberdade e das suas humanidades. Insere ainda uma discussão sobre a luta histórica dos negros e negras pelo direito à escolarização. Realiza uma breve discussão a respeito do Oeste da Bahia – sua trajetória histórica de constituição e as contradições presentes na transformação sócio-econômica impulsionada pelo latifúndio e a modernização conservadora e predatória evidenciadas principalmente nos últimos tempos,

no bojo da inserção e consolidação do agronegócio. Insere um apanhado sobre a história de constituição do Mucambo, discutindo algumas contradições que dela emergem. Aborda e problematiza a trajetória de constituição dos Mucambos de Baixo e de Cima, enfatizando as confrontações e conformações entre os grupos familiares brancos do Mucambo de Cima e negros do Mucambo de Baixo.

O segundo capítulo, aborda a trajetória metodológica da pesquisa, contemplando os procedimentos, as técnicas e os critérios de seleção dos colaboradores do trabalho, o processo de seleção das categorias e de análise dos dados. Discute a propriedade do estudo de caso no contexto da pesquisa qualitativa de inspiração etnográfica. Reflete sobre a importância da metodologia eleita para a contextualização do campo empírico da investigação, as dificuldades enfrentadas e os avanços alcançados.

O terceiro capítulo faz um apanhado do histórico da educação escolarizada no Mucambo contextualizando a sua relação com a comunidade.

O quarto capítulo analisa os dados e os achados da pesquisa, problematizando, interpretando e descrevendo-os. Reflete sobre o pertencimento da comunidade à sua territorialidade, fundamentada, sobretudo, nos festejos, na religiosidade e na familiaridade. Traz o conflito e o constrangimento da comunidade com a presença dos forasteiros. Interpreta e descreve a visão de mundo da comunidade sobre si mesma e sobre os contextos macro e micro em que se insere. Discute os conflitos com a etnicidade vivida pelos(as) mucambenses. Evidencia a prática da discriminação e do preconceito raciais nos contextos da região do extremo oeste da Bahia e do povoado do Mucambo. Problematisa o papel desempenhado pela política partidária e pela associação dos moradores. Explicita a trajetória dos encaminhamentos para a obtenção do título de auto-reconhecimento como comunidade “remanescente de quilombo”. Aborda a (re)afirmação identitária étnico-racial da comunidade. Retoma as discussões que dizem respeito ao cotidiano da escola, descortinando os meandros e os impactos de suas relações internas e externas e o olhar docente da comunidade sobre a mesma. Discute, criticamente, o Projeto Raízes, suas possibilidades e perspectivas.

Nas considerações que não finalizam, sinalizam, retomo os principais achados da pesquisa, através de uma sintética descrição reflexiva. Pontuo algumas interpretações provisórias das contradições presentes no seio da comunidade assim como alguns caminhos sinalizadores da trama de sustentação da sua tessitura identitária.

CAPÍTULO 1

LOCALIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO DA PESQUISA, OUTRAS LOCALIZAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES

LOCALIZAÇÃO REGIONAL DO ESPAÇO DA PESQUISA, OUTRAS LOCALIZAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES

A luta pela humanização, pela afirmação dos homens como pessoas como seres para si, somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto, na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera a violência dos opressores. Isso leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos.

(FREIRE, 1997, p. 30;31)

1.1 Mucambo de Baixo: *lócus da pesquisa*

O povoado do Mucambo está localizado no extremo Oeste da Bahia, na parte Sudeste do Município de Barreiras, distando 15 quilômetros da sua Sede; a Nordeste do Município de São Desidério, cuja Sede está a 13 quilômetros; a Leste da divisa do Município de Luiz Eduardo Magalhães; e a 103 quilômetros da Sede deste. Está a 870 quilômetros de Salvador - Capital do Estado e a 653 quilômetros de Brasília – Capital Federal. Assim, o Mucambo está inserido na microrregião geográfica de Barreiras a qual, por sua vez, é composta pelos municípios de Angical, Catolândia, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luiz Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério.

Figura 01 - Localização geográfica do povoado do Mucambo com destaque para: **1.** Escola Dr. Abílio Farias **2.** Igreja Católica **3.** Ponte sobre o Rio Grande.



Fonte: Google

Geográfica e politicamente o povoado do Mucambo está situado nas confluências dos municípios de Barreiras, São Desidério e Luiz Eduardo Magalhães - os expoentes máximos do agronegócio, e, em si, é composto por quatro núcleos habitacionais: Mucambo de Cima; Serra Talhada; ¹Deus me Livre e Mucambo de Baixo. Contudo, na delimitação da pesquisa, optei por discutir apenas os núcleos habitacionais do Mucambo de Baixo e de Serra Talhada. São justificativas para essa opção: as características fenotípicas negra da quase totalidade dos moradores e moradoras desses dois núcleos habitacionais; segundo: as suas comuns histórias e práticas étnico-culturais afrodescendentes; terceiro; o legado de serem quilombolas. Além do que, os dois núcleos habitacionais (Mucambo de Baixo e Serra Talhada) estão intrinsecamente ligados, quer seja pela continuidade e entrelaçamento geográfico, quer seja pelas relações de parentesco. Na realidade, o núcleo habitacional, hoje, denominado de Serra Talhada é parte do Mucambo de Baixo e passou a ser assim denominado em referência a uma pequena elevação geográfica ali existente. Além do que,

¹ Um fato interessante nos chama a atenção quando o assunto é o povoado de Deus me Livre, hoje parte integrante do Mucambo. Mapas do Brasil, mesmo os bem antigos, trazem neles inserido o Povoado de Deus me Livre. Segundo a historiadora barreirense Inez Pitta, Desde o século XVII havia três rotas de ligação entre o Oeste da Bahia – mais precisamente entre Barreiras e o Leste de Goiás, uma delas passava pelo Mucambo e também pelo Povoado de Deus me Livre.

da mesma forma que o Mucambo de Baixo, é banhado pelas águas da margem esquerda do Rio Grande.



Foto 01 - Rio Grande – Mucambo (Jun, 2009).

Algumas informações orais dão conta de que as origens do Mucambo de Baixo, remonta pelo menos à metade do século XIX. Doravante, quando a referência for o Mucambo de Baixo, pelos motivos acima expostos, estará incluindo também o núcleo habitacional de Serra Talhada.

1.2 MOVIMENTO QUILOMBOLA: MARGINALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA

1.2.1 Quilombos, organização e resistência

Como é de domínio geral, a partir da chegada dos colonizadores europeus, no século XVI, inicia-se a história formal do Brasil. Nos primeiros momentos, a ocupação e exploração territoriais se efetivaram por intermédio da atividade extrativista. “A partir de 1538”, (Ramos, 1979, p. 177), chegavam em terras brasileiras as primeiras pessoas africanas escravizadas. Com isso, fazia-se a expansão da ocupação agrária e dava-se início à organização do modo de produção escravista que aqui se efetivaria ao longo de mais de

três séculos. Esse modo de produção inclusiva/excludente² encontrou diversificadas formas de resistência, uma das mais robustas se deu através da organização dos negros e negras por intermédio dos quilombos.

Contemporaneamente, o conceito de quilombo utilizado no Brasil é bastante amplo, sobremaneira a partir da revisão historiográfica efetivada pela antropologia. Essa renovação conceitual sinaliza um movimento contemporâneo em busca de uma reconstrução historiográfica que dê conta de fazer aflorar a condição de sujeitos históricos efetivada pelos escravizados apesar das adversidades historicamente por eles e elas enfrentadas. Esse posicionamento contemporâneo leva em consideração que a forma de organização quilombola no território brasileiro se efetivou de maneira dinâmica. Nesse sentido, é bastante pertinente o que discute Munanga (2009, p. 92-93):

De origem da língua umbundu de Angola, “quilombo” é um aportuguesamento da palavra *kilombo*, cujo conteúdo remete a uma instituição sociopolítica e militar que resulta de longa história [...]. É uma história de conflitos pelo poder, de cisão dos grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre grupos alheios. (Destaques do autor).

Esta reflexão sinaliza para o fato de que desde África, alguns dos estratos de povos africanos escravizados em território brasileiro, haviam construído em suas trajetórias uma longa história de organização social, política e militar, sem desconsiderar. Assim, embora em certo sentido, pode se afirmar que a efetivação dos quilombos brasileiros, carrega em seu bojo uma orientação cultural trazida do solo africano. Considerando, porém, que toda organização humana está relacionada às circunstâncias de cada momento histórico e com os(as) aquilombados(as) não foi diferente.

Nesse sentido, SILVA, (2000, p. 276) adverte: “Conceber a noção de quilombo tendo como parâmetro apenas as fontes documentais oficiais é insuficiente” até mesmo porque, continua ele,

[...] a experiência quilombola no Brasil comportou africanos de diferentes regiões, negros aqui nascidos, índios e, em alguns casos, brancos, é evidente que esta composição racial teria que repercutir nas formas de organização, na cultura e na estratégia de ocupação do território engendradas por esses grupos (p. 278).

² O conceito de exclusão inclusiva utilizado neste trabalho se fundamenta na argumentação de MENEZES e SANCHES, (2000, p.135-136): um processo dicotômico de inclusão/exclusão que inclui os negros como subalternos e desiguais resultando numa forma de exclusão.

Nessa linha de raciocínio Reis e Silva (1999), Price (2000), Gomes (1996), Reis (1996) Almeida e Peter Fry (1996), Reis (2008) entre outros, elaboram uma robusta produção literária sobre os quilombos no Brasil. Tais abordagens não deixam dúvidas da ampla diversidade de modos de organização de aquilombamento. Da mesma forma, afirmam eles, os quilombos sempre tiveram maneiras diversas e próprias de organização, a depender das exigências e das condições de cada situação. Mais que isso, souberam e sabem se contrapor a ordem estabelecida, forjando o emergir do seu próprio momento histórico. Essas produções, em que pese o legado ainda por ser pesquisado e compreendido, lançam luz sobre o que foi e continua sendo o movimento quilombola brasileiro.

Por outro lado, não podemos esquecer que as lutas históricas de organizações do segmento negro no Brasil se efetivaram em resposta aos séculos ininterruptos de escravização racializada, consubstanciada no tráfico negreiro que forçou a inclusão do elemento africano em solo brasileiro estruturando uma sociedade profundamente excludente e concentradora não só dos bens materiais, mas também dos demais bens historicamente produzidos, incluindo aí a escolarização. Também, nesse aspecto, os povos negros aqui escravizados, sem desconsiderar a particularidade de cada momento, de uma ou de outra forma buscaram se apropriar da educação escolarizada, por sabê-la indispensável.

A efetiva e sistemática ocupação agrária no Brasil se deu através de uma ordem escravocrata com base no “tripé escravidão negra, latifúndio e regime colonial” Freire, (1993, p. 25). Esse estado de exceção sobremaneira no que tange à escravização do extrato negro, desde cedo, foi respondido com a organização dos escravizados e escravizadas através das fugas, revoltas, insurreições urbanas e rurais, sobretudo por meio da organização quilombola. Segundo discorre Reis, (1999), dada as circunstâncias, a fuga organizada e sistemática era uma empreitada impossível. Contudo, a unidade básica da resistência negra foi a fuga que os escravizados, de uma ou outra maneira, acabaram por efetivar. Ela consistia em um desafio, um enfrentamento superlativo, pois representava um ataque frontal principalmente ao direito de propriedade que o senhor tinha sobre o seu escravo.

O quilombo brasileiro reconstrução ou não do *kilombo* africano foi tornado um espaço não só de resistência, mas também de busca de construção de organizações sociais

alternativas, em que pudesse reinar minimamente a liberdade e a igualdade. Essas organizações também fizeram-se presentes no perímetro urbano, com suas particularidades e especificidades, mas principalmente no espaço rural onde a possibilidade de refugio e a organização se evidenciavam com menos dificuldades. A organização de quilombos no Brasil, Munanga, (2009, p. 93), tomou tal vulto que além da superação das adversidades por tão longo período, conseguiu, por exemplo, segundo catalogação da Universidade de Brasília, chegar aos dias atuais com “2.228 comunidades remanescentes de quilombolas” catalogadas. Isso, quantitativamente, sem entrar no mérito qualitativo do que significou não só para as pessoas envolvidas, mas para toda a sociedade brasileira essa modalidade de organização e resistência. Certo é que, os quilombos proliferaram e se efetivaram Brasil afora. Assim, onde houve escravização, conseqüentemente, houve também organização quilombola.

Tanto assim é que a resistência dos quilombolas ao poder agrário oficialmente instituído não foi só de enfrentamento e escaramuças. Incluindo aí o Quilombo de Palmares que, apesar da sua histórica luta quase sem tréguas e da sua trágica dizimação, foi também de negociações, as mais diversas. Afirma Reis (1999), não raros quilombolas rurais, negociavam desde o direito de plantar alguma lavoura por reduzida que fosse para eles próprios, diminuição ou cessação dos castigos que lhes eram infligidos até dias de descanso na semana para que pudessem folgar e vadiar.

Nesse sentido, o quilombo de Palmares, ou a República de Palmares como propõe Moura, (1983, p.125) “[...] é emblemático, foi o único movimento político que efetivamente conseguiu colocar em cheque a economia e a estrutura militar colonial”. Mesmo assim, considerando que a fonte escrita da historiografia sobre sua saga foi produzida, quase com exclusividade, a partir do olhar do senhorio, responsável direto por sua destruição física.

1.2.2 Educação escolarizada: trajetória no contexto étnico racial

A escolarização no Brasil além de ter sido implantada tardiamente e, o sistema escravagista, de uma ou de outra maneira sempre foi dele tributária. Nesse aspecto, cabe frisar que foi iniciada e se desenvolveu no contexto da contra-reforma da Igreja Católica. Enquanto tal, carregou em seu bojo a inclusão excludente, sustentada nos princípios éticos

e morais da sociedade portuguesa que ainda vivia em franca sintonia, para não dizer sob a égide dos princípios do cristianismo preconizado pela Igreja Católica.

Nessa direção, a colonização brasileira, com base nos valores tão caros aos escravizadores cristãos quanto aos segmentos religiosos, ambos defensores do cristianismo, colocaram-se francamente em rota de colisão com os valores culturais civilizatórios dos segmentos indígenas e africanos. Dessa forma, para se manter a aliança de sustentação do poder então vigente, afinavam-se enquanto elite dominante.

Desse modo, a educação dos filhos dos senhores colonizadores se dava via escolarização para a dominação. A princípio organizou-se por meio das primeiras letras e, em um crescente, foi se organizando e sendo ampliada, conforme a exigência de cada época. Os indígenas foram lançados na engrenagem da escravização, por intermédio de uma escolarização catequética, até mesmo dessa “escolarização” os negros foram sumariamente excluídos durante todo período colonial e parte significativa do império. Assim, o segmento negro figura historicamente como o estrato mais excluído do processo de escolarização que, em certa medida, vem perdurando até os dias atuais. As diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, corroboram esta reflexão:

O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. (BRASIL. 2005, p.7).

Além da atitude permissiva, o Brasil teve mesmo um papel ativo na prática da discriminação e do racismo oficial, uma vez que durante um longo período, proibiu a população negra de frequentar a escola formal. Porém, como abordado acima, também no aspecto da escolarização, os negros e negras aqui escravizados perceberam, desde logo, o papel a ela reservado e, também, nesse terreno, com as armas disponíveis em cada momento histórico, travaram lutas sem tréguas para obtê-la, individual ou coletivamente, quer seja “furtando-a”, aliando-se a pessoas ou grupos sociais seus simpatizantes, organizando-se em grupos ou formando sociedades secretas ou ainda aproveitando alguma brecha no contexto da legislação, para reformular e/ou criar leis que lhes possibilitassem ou possibilitem acessar à escolarização. Essas lutas que igualmente atravessaram os tempos históricos vêm desaguando em conquistas consideráveis também na atualidade, pelo menos

no campo do direito. Embora na prática cotidiana, o que se conquistou esteja muito aquém do ideal, não pode ser considerado desprezível.

Mesmo havendo uma imensa lacuna no que diz respeito a registros dessa trajetória de lutas e conquistas, o fato de existir um número razoável de negros e negras escolarizados e com certa organização em torno da causa educativa, realidade que vai se tornando mais visível, aproximadamente a partir do final do século XIX, sinaliza pelo menos três importantes questões. Os escravizados, mesmo considerando as adversidades cotidianas, sempre lutaram e, de uma ou de outra maneira, sempre foram capazes de se fazerem sujeitos históricos. Segundo, essa assertiva problematiza a visão da existência de uma escravidão sistêmica no Brasil, contexto em que o negro teria desempenhado apenas o papel de objeto. Terceiro – a história formal dos feitos educacionais efetivados pelos escravizados, ou seja, os registros formais de suas lutas, contribuições, conquistas e organizações em torno da escolarização foi objeto de dizimação pela classe opressora, como afirma Cruz:

A problemática de carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais dos negros no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação. (CRUZ, 2005, p. 23).

Assim, do processo civilizatório afrobrasileiro como um todo, também nesse aspecto, embora seja difícil a empreitada, muito ainda há por se pesquisar e compreender. A noção de processo civilizatório que utilizo neste trabalho se fundamenta na noção elaborada por Mattos, (2003, p. 230): “Uma reunião articulada de proposições éticas, relacionais e existenciais que responde no interior da chamada civilização brasileira”. Para quem, as discussões relacionadas à cultura afrobrasileira e africana se constituem tema fundante para a compreensão da história de luta e de resistência dos diferentes povos, para os quais foi e ainda é negado o direito do exercício e desenvolvimento pleno de suas condições de humanidade.

Essa negação tem, historicamente dificultado no Brasil, a estruturação de processos civilizatórios alternativos, capazes de espelhar, inclusive, a pluralidade cultural brasileira, sobremaneira as culturas indígenas e a afrobrasileira, com destaque para as comunidades negras rurais e habitantes das periferias dos centros urbanos. No que diz respeito à escolarização, sabemos que os valores culturais eleitos e valorizados pela escola no Brasil,

ainda hoje são os eurocêtricos – que muitas vezes acabam inculcando nas crianças afrobrasileiras, os seus valores e expressões civilizatórios.

A negação do processo civilizatório dos povos índio-afrobrasileiro é uma realidade também no Oeste da Bahia, desde tempos remotos, onde a saga colonizadora não só inculcou e inculca valores eurocêtricos mas também se ocupou da dizimação pura e simples dos povos nativos.

1.3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO OESTE DA BAHIA

Informa-nos Almeida (2001, p. 13.), que “[...] antes da chegada dos colonizadores, a região foi habitada pelos índios, Acroás, Aricobés e Chacriabás que povoavam as margens dos rios, principalmente o Grande”, sendo essas tribos exterminadas pela saga colonizadora. Apesar de toda perseguição e abandono, ainda hoje existem, embora em número reduzidíssimo e vivendo às duras penas, descendentes dos Aricobés no município de Angical-Ba, e dos Xacriabás, por sua vez, segundo informa meu orientador, Professor Marcos Luciano Messeder, ressurgiram em Minas Gerais.

Atualmente, o Rio Grande corta a cidade de Barreiras ao meio. Santos Filho, (1989, p. 25) “As primeiras movimentações de entradas na região é iniciada com o processo mais amplo de desbravamento do sertão do São Francisco”. De início, no âmbito das sesmarias, a empreitada das expedições visava em primeiro plano o aprisionamento de indígenas para utilização como mão-de-obra escrava e, em segundo plano, a localização e exploração de minas auríferas. No momento seguinte, principalmente a partir do século XVII essa região começa a invadida por desbravadores que partem do litoral e adentram também o sertão oeste fundando currais, povoados, missões e arraíás, na senda de expandir a criação de gado. Na realidade, os sesmeiros com o propósito de demarcar a posse da terra, primeiramente iam fundado currais à margem dos rios, deixando em cada um deles um casal de escravizados e algumas cabeças de gado bovino.

Ao longo de sua história, a região³ já foi denominada de Sertão do Rio São Francisco, Além São Francisco e finalmente Oeste da Bahia. Segundo Freitas (1999, p.

³ O conceito de região que utilizo neste trabalho é o proposto por Milton Santos Filho (1989, p. 33): “Região não é somente uma paisagem física. A região é uma combinação de formas de relações sociais sobre um meio físico particular. [...] as relações econômicas e sociais regionais não dependem unicamente de certa combinação de fatores; mas que essa combinação de fatores se encontra subordinada ao processo de valorização, no âmbito da economia nacional e internacional.”

59), ela é fruto da ocupação, prefiro denominar de invasão, iniciada já no século XVI, dentro da lógica de apropriação e expansão territorial efetivada pelos herdeiros e familiares dos Garcia D'Ávila e dos Guedes de Brito, senhores das poderosas Casa da Torre e Casa da Ponte respectivamente. Na atualidade, ela é formada por 24 municípios, ocupando uma área de 117.052 km² e por uma população estimada de 495.716 mil habitantes IBGE, (2000).

A ocupação populacional do Oeste, assim como a sua expressão econômica até o crepúsculo do século XIX, ainda era bastante incipiente. Essa realidade foi reforçada pela abolição oficial da escravatura e a crise da economia mineradora, episódios que provocaram a fuga de escravizados. A prática escravagista apesar de não ser massificada, não deixou de ser também praticada. Com a realidade da abolição e da crise, “muitas famílias deixaram essa região, algumas indo para o Rio de Janeiro, a exemplo da família dos Almeida de Angical” Araújo, (2005, p. 50).

Nesse período, o desenvolvimento econômico passa a se organizar com base no látex que, segundo Aguiar, (1979, p. 48), “era extraído nos campos gerais ⁴de Goiás, de Minas Gerais e do oeste baiano” a partir da mangabeira,

A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma planta frutífera de clima tropical, nativa do Brasil e encontrada em várias regiões do País, desde os Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste até os Cerrados das regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste. A palavra mangaba é de origem indígena e significa “coisa boa de comer”. (SILVA JÚNIOR, 2004, s/p).

A informação de que Barreiras passou por um ciclo de desenvolvimento econômico a partir da produção da mangaba é sustentada também por Santos Filho, (1989, p. 26). “A partir de 1881, desenvolve-se a extração da seiva da Mangabeira para a produção de borracha, no contorno de Barreiras”. Na avaliação deste autor, mesmo não sendo, tal produção, algo extraordinário, esta atividade também não pode ser superestimada do ponto de vista econômico.

1.3.1 Barreiras - capital do oeste: cosmopolitismo e latifúndio

Certo é que os coronéis lideravam sua gente na paz e na guerra, eram acolhidos como verdadeiros senhores, tão

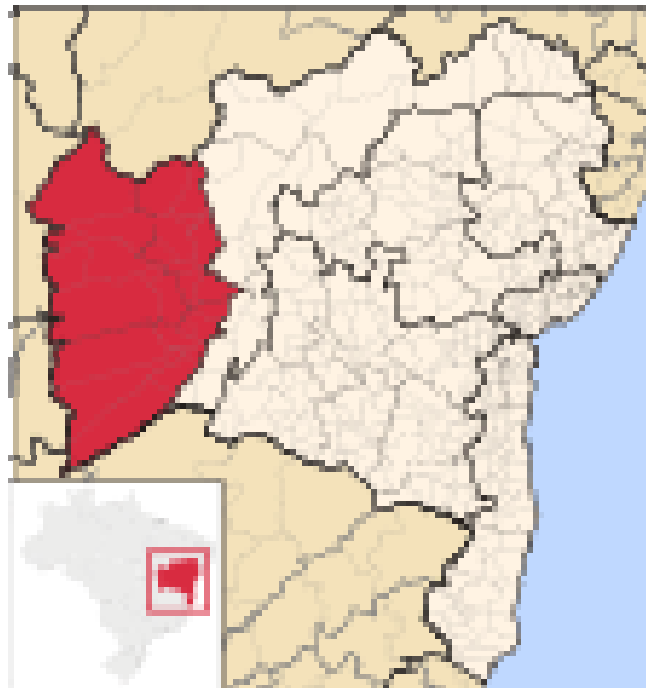
⁴ Gerais é uma denominação de uso comum na região para caracterizar as grandes extensões de terras planas (planalto, chapadão) cobertas pelo bioma do cerrado.

poderosos que, tanto só ou em aliança, influenciavam e decidiam a vida dos seus cidadãos da Bahia, de Goiás, do Piauí ou de Minas Gerais. Controlava-se os cidadãos através de regras rígidas, que invadiam o seu mundo particular, desrespeitando-se, muitas vezes, a sua vontade, como ocorria durante as eleições. (FREITAS, 1999, p. 61-62).

Barreiras, a futura capital regional, em 1850, ainda era um agrupamento de apenas 20 casebres de taipa, seguindo a dinâmica de ocupação dos cerrados baianos: “[...] lenta e rarefeita, como no conjunto do Além São Francisco, características estas mantidas até os anos 1940-1950”. Nesse contexto, um fato importante a ser observado é que com o extrativismo da seiva da mangabeira tem início o desmatamento dos cerrados oestinos que hoje caminham para a devastação.

A região do extremo oeste tem um histórico de ótima regularidade chuvosa, com um abundante índice pluviométrico, um grande quantitativo de rios perenes onde se localiza o Rio Grande, o maior afluente do lado esquerdo do Rio São Francisco, com sua extraordinária bacia hidrográfica, composta pelas bacias do Rio Branco, Rio de Janeiro e seus afluentes.

Figura 02 - Mapa da Bahia. Em destaque a mesorregião do extremo oeste da Bahia.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bahia_Meso_ExtremoOesteBaiano.svg

O bioma onde está localizado o município de Barreiras, hoje considerada a capital do oeste baiano, é o cerrado. O município tem uma densidade demográfica de 11 hab./km², possui uma área territorial de 7.895 km². Os municípios com os quais faz confrontações são: ao Norte - Riachão das Neves, ao Sul - São Desidério, a Leste - Angical e Catolândia a Oeste - Luis Eduardo Magalhães e com o estado do Tocantins. A cidade de Barreiras está localizada na Latitude Sul -12,153 graus e Longitude Oeste -44,99 graus, a 452 metros de altitude. A sua densidade demográfica contrasta com a do Oeste como um todo, pois além de possuir a mais baixa densidade demográfica com relação as demais regiões do Estado da Bahia, ou seja: 4,26, hab./km, dados do ano 2000. Bahia, (1980-2000, p. 426), possui uma população estimada e estratificada conforme explicitado nas tabelas abaixo:

Figura 03 – Relação e localização dos municípios da mesorregião do extremo oeste da Bahia. Destaque para a microrregião de Barreiras.



Fonte: [www.brasilchannel.com.br/municipios/index/recuperado 17/02/2011](http://www.brasilchannel.com.br/municipios/index/recuperado%2017/02/2011)

Tabela 01 - Dados demográficos do município de Barreiras

População Total:	31.335	Taxa de Crescimento anual:	3,67%	
População Urbana:	115.331	População Masculina:	65.906	50,18%
População Rural:	16.004	População Feminina:	65.429	49,82%

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Barreiras/BA: 0,723	
Média do IDH-M na Bahia: 0,626	Colocação no <i>ranking</i> Estadual: 11°
Média do IDH-M na Região Nordeste: 0,610	Colocação no <i>ranking</i> Regional: 39°
Média do IDH-M no BRASIL: 0,699	Colocação no <i>ranking</i> Nacional: 2556°
População identificada por cor ou raça	
Total 31.335	
Branca	49.010
Preta	10.849
Amarela	8.42
Parda	51.141
Escolarização	
Pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução e/ou menos de 1 ano de estudo	10.811
Taxa de alfabetização	85,7 %
Renda per capita e índice de pobreza	
Per capita	10.869
Índice de pobreza	40,90 %

Embora na sua trajetória constitutiva, além da sua histórica diversidade produtiva, através do que se denominou chamar regionalmente de catado, que compreendia a diversidade de produtos disponíveis e/ou produzidos na região, ou seja, pesca, caça, feijão, milho, mandioca, cana de açúcar, mel silvestre, extração de frutas nativas, Barreiras vivenciou vários ciclos de crescimento econômico e, há tempos, a produção predominante se caracteriza como monocultura da soja e do algodão, com primazia da soja. De início, foi o comércio/escambo, inclusive do sal que, desde o final do século XVII, era extraído na região de Campo Largo, hoje Taguá, distante 95 quilômetros de Barreiras. Os habitantes do leste de Goiás vinham adquirir, além do sal, produtos manufaturados, para aqui trazidos dos grandes centros comerciais por hidrovias. Dando sequência a esse período, os goianos para as suas transações comerciais com os habitantes do São João das Barreiras, anterior Porto das Barreiras e atual Barreiras, traziam pele de animais, charque e ouro.

Apesar de seu isolamento espacial ou por causa dele, relacionado à sua posição geográfica estratégica, ou seja, situada no último ponto navegável do Rio Grande que a interliga com o Rio São Francisco, historicamente, foi se consolidando como o ponto de confluência entre o Leste de Goiás, Sul do Piauí, Norte de Minas Gerais e Salvador que por

sua vez os ligava ao sul do país. Dessa forma, a cidade foi se tornando uma espécie de centro aglutinador de imigrantes de várias regiões da Bahia e do Brasil.

Nessa dinâmica de centro de confluências, a cidade foi desenvolvendo uma espécie de vocação para o cosmopolitismo, hoje, uma realidade consolidada que salta aos olhos. Outra vocação também mantida ao longo dos tempos foi a tradição para o latifúndio e o coronelismo.

[...] não se pode falar na existência de terra devoluta em todo o São Francisco. Desde cedo, acredita-se começou a ser cunhada a expressão tão repetida pelos proprietários contemporâneos: “*o serão tem dono*”. Os latifúndios foram mantidos sob a forma de condomínios e, mesmo quando divididos entre herdeiros, ainda se formaram propriedades de bom tamanho. Grandes fazendas também vieram a se formar por, múltiplas compras, as quais, por posterior união, formaram outros latifúndios. (FREITAS, 1999, p. 72. Grifo do autor)

Nesse sentido, é sintomática a informação veiculada na edição do dia 03 de junho de 2010, pelo Jornal do São Francisco, p. 8, sobre a temeridade que é para toda a sociedade regional oestina – o povo que vive no Oeste da Bahia. “[...] a concentração da propriedade rural, com pequeno grupo praticando uma agricultura de escala onde os menores plantam até dez mil hectares” informando ainda que apenas um agricultor, além dos milhares de hectares que já planta, prepara-se para incorporar mais trinta mil hectares.

1.3.2 Transformação sócio-econômica no extremo oeste da Bahia: modernização conservadora e predatória

*Sou somente pra quem conta
o amor em grãos que aflora
flor no canto da garganta
galo em galo traz aurora
sou semente que derramas
e que perdes feito a soja
muito mais do que tu amas
sou de sobra em tua loja*

*Sou somente minha sobra
uma sombra ao pôr da soja
uma luz ao pôr do pobre
e um grão de sol sem cobre
dos teus olhos vaza a grana
e dos meus a lua nasce
pelo vil metal esganas*

e eu derramo o sol no aço

Clebert Luiz; Paulo Gabiru/

Apesar da economia do oeste da Bahia no século XX ainda estar centrada na criação extensiva de gado, coadjuvada pela extração da mangaba, “a região começa a romper o agudo isolamento histórico, a que esteve submetida durante mais de três séculos”, Santos Filho, (1989, p. 27). E o interessante é que ela só passa a receber a presença do Estado no contexto da Segunda Guerra Mundial. Novamente, vai tirar vantagem de sua posição geográfica estratégica – agora em âmbito mundial – e, também, da valorização e do incremento da produção do seu antigo artigo de exportação – o látex. Motivos, entre outros, que levaram o governo americano a construir em Barreiras, em 1940, um aeroporto internacional.

O desenvolvimento econômico, não só de Barreiras como também da região, toma significativo impulso a partir da instalação de um acampamento do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS – no crepúsculo da década de 1950 no bojo da construção da Rodovia Federal 020 ligando Fortaleza a Brasília, a nova Capital Federal em construção, passando por Barreiras. Almeida, (2001). Tal empreitada tem continuidade a partir do início dos anos de 1970, com a instalação, em Barreiras, do 4º Batalhão de Engenharia de Construção – 4º BEC – para a construção da BR 242, ligando Brasília a Ibotirama. Aliás, nos anos 1960, com a construção de Brasília, a região toma novo impulso, uma vez que se localiza no raio geográfico de influência da nova capital federal.

Na atualidade, a região do extremo oeste da Bahia passa por uma fortíssima expansão agrícola, com predomínio absoluto do agronegócio e da cultura do migrante do sul do país, em detrimento da cultura nativa e, como não poderia deixar de ser, de negação da história e da cultura negra. Dessa forma, tal predomínio extrapola a questão da propriedade rural envolvendo as demais esferas da vida da sociedade.

Essa realidade salta aos olhos no campo e na cidade seja pelos vários flagrantes realizados pela Polícia Federal e Ministério Público Federal do Trabalho na região, pela prática de trabalho escravo e/ou degradante, seja por se constatar a degradação e contaminação do meio ambiente pelo uso intensivo de agrotóxicos, morte de rios antes perenes, dizimação de veredas, quer seja ainda pela inclusão exclusiva de um grande contingente populacional, resultando em uma massiva concentração de rendas e socialização de pobreza.

O conceito que utilizo para discutir propriedade, aquela praticada pelo agronegócio situado nos gerais, é o proposto por Santos Filho, (1989, p. 63) caracterizado como a “síntese de todas as formas e relações que organizam e permitem a apropriação do excedente econômico e da própria região”, incluindo aí as relações sociais e produtivas e também as técnicas que, no caso do extremo oeste, efetivam a ordenação e a reprodução das suas forças produtivas, incluindo as do seu entorno.

Tal empreendimento de expansão da fronteira agrícola teve início a partir da década de 1970. No primeiro momento chegaram as pessoas físicas e em seguida, as pessoas jurídicas - empresas rurais para ocupar e explorar econômica, social e culturalmente o Oeste. Nesse sentido, Santos Filho, (1989, p.71) propõe interessante reflexão sobre as mudanças de propriedades que seriam não somente aquelas ligadas à expansão do processo de monopolização das terras. “É preciso ver qual a forma de organização produtiva e social que tem sido o motor do processo de desenvolvimento da região”.

Aqui, a dimensão do latifúndio retroage no tempo e no espaço em alguns séculos, haja vista que empresas nacionais e estrangeiras adquirem e concentram a propriedade da terra e, além disso, intensificam a produção predatória. Orientada pela concentração fundiária incrementa-se a especulação imobiliária. Em dez anos, as terras cultiváveis tiveram um reajuste monetário de mais de 300%. Episódio recente nesse contexto, é a estrangeirização da propriedade da terra, para citar um exemplo:

Apenas as empresas Mitsui japonesa, a Adecoagro, do Jorge Soros e o banco americano AIG, somam a aquisição de mais de 200 mil hectares. Jornal do São Francisco, (2010, p. 27).

O impacto predatório dessa realidade faz-se sentir também nas esferas macro econômica e social: além da concentração e expropriação de renda, essa mega exploração e internacionalização dos gerais, incentivado inclusive – em tempos idos, pelo poder público federal na década de 1970, por exemplo, através do FINOR. Hoje, pelo poder público municipal e estadual. O primeiro por meio de polpudos incentivos fiscais da esfera federal. O segundo através do ⁵*marketing* financiado com recursos públicos municipais mundo afora, em busca de atrair o capital internacional e potenciais compradores para as terras dos

⁵ Há prefeituras na região que montam escritórios nos grandes centros financeiros mundiais subsidiando e incentivando a vinda de investidores estrangeiros para aquisição das terras dos gerais.

gerais, inclusive com gestores públicos embolsando polpudas somas em forma de comissões dos eventuais compradores:

Os novos coronéis substituem os antigos trabalhadores da terra, tomam o lugar daqueles que tinham feito um ajustamento de quase um século, apoiados pelos financiamentos oficiais do governo federal, especialmente o FINOR. (ESPINHEIRA, 1988, p. 2).

Concluída a tarefa de expropriação dos antigos brejeiros⁶, chega a vez de levar ao deslocamento latifundiários de áreas menos extensas, ou seja, os que estão situados na faixa de propriedade de “02 mil a 10 mil hectares”, segundo informa o Jornal do São Francisco (2010, p. 9),

Embora ambos, o Jornal do São Francisco e Espinheira, falem do mesmo fenômeno – expansão do capitalismo agrário - o detalhe é que Espinheira fala sobre a década de 1980 e o Jornal do São Francisco fala da contemporaneidade. Porém, as duas abordagens denunciam implicitamente o desmatamento que carrega em seu bojo uma massificada dizimação da rica fauna e flora dos cerrados, a intensificação ainda maior da mecanização e da racionalidade técnica com a consequente minimização de custos e maximização dos lucros, levando por sua vez a precarização do trabalho, aumento da utilização de pesticidas, diminuição do uso de mão de obra no campo, causando um maior inchaço da população urbana, enfim.

No panorama dos avanços capitalistas aqui iniciadas a partir da década de 1970, são visíveis as rápidas transformações efetivadas no extremo oeste e, principalmente em Barreiras. Nos últimos trinta anos, a cidade triplicou sua população, parte dela via favelização. Hoje, há uma estimativa de que a cidade conta com uma população aproximada de 160 mil habitantes, 80% de não nativos, com mais de 15 mil famílias em situação de extrema pobreza. Dessas, cerca de 65% são beneficiárias do Bolsa Família. Miranda; Dias, (2010, p. 09). O apelo midiático do discurso desenvolvimentista e da ventura da possibilidade de enriquecimento rápido estimula a imigração. A cidade torna-se cada vez mais cosmopolita e excludente. Nesse contexto, um olhar mais acurado

⁶ Denominação dada aos tradicionais ocupantes das margens das veredas (brejos) que foram expulsos de suas posses com a chegada e a expansão agrária da monocultura mecanizada. Isto quer seja pela grilagem pura e simples, ou por meio de aquisição monetária dela ou ainda por meio da aquisição das fazendas nas quais subsistiam anteriormente como agregados.

perceberá, de imediato, que a maior parte desses inclusos e, ao mesmo tempo excluídos, mesmo situados em uma cidade cosmopolita, é de nordestino e afrodecendentes.

No âmbito dessa realidade, um fato curioso é o Município de Luiz Eduardo Magalhães, antigo distrito de Barreiras, que se emancipou no ano de 1990 e, hoje, é a ponta de lança da expansão e consolidação do agronegócio e da concentração de imigrantes sulistas (os magnatas do agronegócio) e também da favelização dos nordestinos. Lá, os números são grandiosos. Só para citar um exemplo, por ocasião da realização da Bahia Farm Show – Feira de Tecnologia Agrícola e Negócios, realizada entre os dias 01 a 05 de junho de 2010, as negociações somaram R\$ 316 milhões. Sendo a cidade de Luiz Eduardo Magalhães o único município do nordeste a sediar essa mega feira.

Enquanto nas periferias das cidades de Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães vai se concentrando a pobreza, no campo, embora as mazelas sociais sejam menos visíveis, elas muitas vezes expõem os trabalhadores rurais a enfrentarem os mais primários desrespeitos aos seus direitos civis e humanos: inexistência de carteira de trabalho assinada, exposição a agrotóxicos sem o devido uso de equipamentos de proteção, alojamento e alimentação inadequados. E pior, dados da ONG RepórterBrasil, postado, *on line*, em 14 de junho de 2010, traz a informação de que, “de 2003 a 2009, a Bahia apresentou 43 casos de propriedades flagradas com trabalhadores em situação análoga à escravidão”. Desses casos, apenas dois não se referiram à região Oeste. Esse viés predatório da monocultura, sobretudo, da soja e do algodão, evidencia que além da cadeia produtiva, no que se refere ao capital, o agronegócio no oeste também protagoniza uma cadeia destrutiva e predatória.

Via de regra nos episódios de trabalho degradante ou escravo, verifica-se que os trabalhadores são, quase na sua totalidade, negros. Os dados *on line* acima mencionados corroboram essa informação com flagrante de trabalhadores em situação degradante – todos negros.

1.4 POVOADO DO MUCAMBO: CONSTITUIÇÃO E TRAJETÓRIA

1.4.1 Mucambo de Baixo, da Chapada Diamantina ao Oeste da Bahia

Quando a questão é a reconstituição histórica do Povoado do Mucambo, a falta de documentos oficiais associada às dissensões internas em torno de versões distintas reforçadas pelas injunções dos acontecimentos que tem colocado partes dele constitutiva

de lados opostos para recontá-la, dificulta a organização das informações. Para uns, o povoado teria sido formado a partir do agrupamento de ex-escravizados vindos autonomamente das lavras de diamante da Chapada Diamantina, em busca de melhores dias. Para outros, a sua formação foi organizada a partir de doações de terras pelos fazendeiros aos seus “ex-serviçais” com o término oficial da escravidão. Para outros, ainda, teria se efetivado no contexto da expansão agropecuária que teve lugar nos férteis vales, nesse caso, em particular, o entorno de Barreiras, a partir do início do século XIX. Tal expansão agropecuária regional teria sido propiciada por senhores de escravos vindos das Lavras de Diamantes da Chapada Diamantina, trazendo seus ex-escravizados e os ainda escravizados. A professora aposentada e historiadora barreirense, Inez Pitta de Almeida afirma, oralmente, que após o episódio da assinatura da Lei Áurea, o coronel Vieira cederia aos seus serviçais, ex-escravos, a parte de baixo do Mucambo. A notícia desse fato teria chegado até as lavras de Diamante da Chapada Diamantina ocorrendo, então, o deslocamento de um número considerável de ex-escravizados para aquela localidade. No Projeto Político Pedagógico da Escola Dr. Abílio Farias, sobre o povoado do Mucambo, consta apenas a seguinte informação:

[...] trata-se de uma comunidade rural que foi povoada por descendentes direto de escravos fugitivos ou alforriados, vindo das Lavras de Diamantes, na Chapada Diamantina. (PPP, 2007, p. 4).

De qualquer maneira, a história de constituição do povoado ainda é bastante truncada. A começar pelo fato de não ter sido possível até o presente momento, localizar nenhum registro histórico desse povoado. Para Almeida (2001), a região tem ligações históricas com a Chapada Diamantina desde tempos remotos:

Desde meados de 1600 desbravadores tinham alcançado o último ponto navegável do Rio Grande [...] Neste local surgiu o “Porto de Barreiras” que mais tarde deu origem a cidade e ao município de Barreiras. A partir de 1800, criadores de gado penetravam para o interior [...] Era nos vales férteis, que a agricultura e a pecuária fixavam os colonos que só buscavam o porto, para negociar com os barqueiros a produção local. Esta produção era levada nas barcas e atingia os centros consumidores da província da Bahia, as zonas de mineração das províncias de Minas Gerais e também chegava, em tropas de burros, às minas da Chapada Diamantina. (ALMEIDA, 2001, p. 18-21).

Tudo indica que o povoado do Mucambo foi iniciado a partir do século XIX, quando alguns ex-escravizados da família Catula e Mandu vieram das Lavras de Diamante da Chapada Diamantina localizadas nas proximidades de Macaúbas e foram “consentidos” pela família Vieira, que passou a utilizá-los como mão de obra escravizada na mesma localidade onde ainda hoje estão estabelecidos(as). As informações sinalizam que, desde então, o povoado do Mucambo passou a se constituir em uma espécie de acoitamento de escravizados. Atraídos por essa realidade, vários outros membros dessas famílias atravessaram os chapadões, serras e vales que separam a Chapada Diamantina do Mucambo para ali se amucambarem. A própria família Vieira, também oriunda da mesma localidade, teria contribuído para esse deslocamento, ora incentivando as suas vindas, ora trazendo ela mesma os escravizados e ex-escravizados, inclusive das suas terras localizadas na Chapada, para as novas terras apropriadas na região do povoado do Mucambo para onde se mudara definitivamente.

A extensão territorial que a família Vieira logrou dominar era parte da denominada Fazenda Tapera, cujas confrontações eram de difícil verificação, primeiro porque, como é de conhecimento geral e referendado por Pedro de Deus (2009), no Oeste da Bahia, as terras não eram quantificadas em hectare e sim em mil reis ou léguas de terras⁷. Segundo, pela sua imensidão, uma vez que a tal fazenda se estendia em léguas das margens do Rio Grande, subia serra acima e se perdia nos confins dos gerais. Da Fazenda Tapera foi desmembrada a Fazenda Prata e dessa ainda a Fazenda Cajazeira, da qual se constituiu o povoado do Mucambo, onde se estabeleceu o Coronel Vieira e, por conseguinte, também os Mucambenses de baixo.

Embora os mucambenses desde o início reconhecessem a importância da posse da terra para o cultivo e a subsistência, também logo compreenderam que o “contrato” sob o qual estavam submetidos com os que se apregoavam proprietários das terras e, de certa forma deles próprios, lhes era adverso. Contudo, minados pelo compadrio e o poder do coronelismo reinante na região e, particularmente, naquele lugar, trataram de empreender algumas estratégias que pudessem assegurar a sobrevivência do grupo.

Os mais veio conta que antigamente eis queria fazê as coisa tudo junto mais os dono morava aí em cima e num queria isso não. Muitas veis eis

⁷ Esse é um fato que por mais inusitado que possa parecer, ainda hoje é possível se confirmar, pois é possível encontrar propriedades rurais cuja escritura pública lhes quantificam por x mil réis de terras, localizadas da serra y ao rio x, por exemplo. Lógico que se trata de escrituras antigas que não foram atualizadas.

tava trabaiano, fazendo uma casinha em mutirão e os otros precisava de gente pra trabaia, ai tinha que pará e atendê [...].quando alguém ia fazê qualque casinha de um aí, chamava os colega ajudava a fazê e tudo, quando eu casei mesmo fiz minha casinha bem alí na entrada, de paia de coco, aí juntava todo mundo pra ajudá, aí os que ajudava aqui, a gente ajudava ele depois quando fosse fazê a dele. Quando ia fazê uma rocinha aí, pra prantá um prato de feijão, de mi, uma tarefa de mandioca, também era junto. É nessa quadra que nós foi criado. Hoje já ta parano mais, mais aqui sempre teve o costume de em tudo um ajudá o outro. De minha parte acho que isso tinha que continuá. (OTÁVIO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, 75 anos de idade. Em memória).

Segundo meu orientador, Professor Messeder, o relato acima é típico de mutirão, adjutório enfim regime de troca de trabalho comum em comunidades camponesas brasileiras, particularmente no nordeste. Para além dessa prática, tudo leva a crer que diante das dificuldades a serem superadas, empreenderam alguns enfrentamentos, em busca das suas liberdades, concomitante com a busca pela conquista da terra. Em desvantagem, sob todos os aspectos, perceberam que era preciso negociar e jogar. Com a efetivação de difíceis economias adquiridas, a custa de duras jornadas de pesado trabalho, se não podiam adquirir grandes áreas, foram paulatinamente amealhando pequenos lotes de caráter interfamiliar.

O conteúdo das falas abaixo, recorte de uma discussão efetivada em um grupo focal com a Família Vieira, que será discutido mais a frente, foi aqui inserido na tentativa de avançar na elucidação da trajetória de constituição do Mucambo.

[...] uns vieram das Lavras, os Vieira trouxeram eles mas já não era mais escravos, eram libertos, eles compravam lá e traziam pra aqui. Os Vieira era proprietário de escravos, quando teve a lei que libertou os negros, eles vieram embora mas trouxeram os negros. Os negros mesmo vieram querendo acompanhar seu senhor, mas não trazido como escravos. (LUVILI).

[...] quando tinha escravos pra vender eles comprava, mas não pra trabalhar como escravo. (CANDA).

Embora as abordagens acima sejam um tanto contraditórias, o que vai delas emergindo leva a uma aproximação da possibilidade de que o povoado tenha se constituído em um quilombo estruturado na prática do acoitamento, o que também se pode inferir de outras falas, de ambos os lados da questão. Segundo o Dicionário Aurélio, (1999, p. 34) acoitar é o mesmo que: “acolher, agasalhar, abrigar, [...] esconder-se, ocultar-se, refugiar-se [...]. Carvalho afirma que é preciso que se compreenda que:

[...] os acoitamentos não se davam por solidariedade [...] mesmo admitindo que isso possa ter ocorrido em algumas instâncias, principalmente nos casos em que os próprios negros escondiam companheiros sendo perseguidos”. Regra geral, os acoitamentos aconteciam por interesse do acoitador que ganhava um trabalhador sem ter que pagar por ele o preço de mercado. (CARVALHO, 1998 s/p.).

Reis (2008, p. 353), por sua vez, ao refletir sobre as diversas possibilidades de aquilombamento existente no Brasil, em seu artigo sobre “Escravos e Coiteiros no Quilombo do Oitizeiro, afirma que, pelo menos no Oitizeiro, “os escravos não estavam ali aquilombados contra suas vontades [...]. Havia um acordo: refúgio, proteção, comida, e talvez remuneração - ou, mais provavelmente acesso a um pedaço de terra – em troca de trabalho”.

Com relação ao Mucambo, embora os depoimentos falem de uma relação amistosa entre brancos e negros, o que transparece mesmo é que as adversas circunstâncias do acoitamento conjugado com o exercício do poder local que por sua vez, estava em conexão com o coronelismo vigente na região, inibiam aos seus escravizados ex-escravizados e/ou “semiescravizados”, o apossamento de áreas mais extensas de terras, assim como também não permitiam a produção comunitária, pois a lógica dos exploradores era dividir para dominar. Mesmo assim, capitaneados pela amizade e o companheirismo, os amucambados organizavam-se em mutirões para plantar, colher e construir suas moradas.

Fica a impressão de que com essa itinerância foram percebendo que embora a organização comunitária da propriedade da terra e da produção agrícola não fosse tolerada pelo fazendeiro, visualizavam a união e o fortalecimento do grupo e a sua demarcação étnico-racial como uma questão de sobrevivência. Pode-se depreender que foi dessa maneira, por exemplo, que se apropriaram de importantes expressões culturais, como o reisado ou o Santo Reis, como preferem. Dominaram a técnica do fabrico de instrumentos musicais para cultivá-los de maneira própria e independente. Concomitante a isso, da mesma forma que o grupo ia sendo discriminado na sua constituição étnico-racial, foi se assumindo, se distinguindo e se unindo sob a orientação do estigma da negritude que lhe era atribuída.⁸ Chegado o momento do fim formal da escravização, deram continuidade à política de rompimento e aproximação historicamente praticada com o fazendeiro, conquistando-lhe finalmente, algumas porções de terras na margem esquerda do Rio

⁸ A noção de estigma aqui proposto busca respaldo em Goffman (1998, p. 13), para quem, o estigma em si não é nem honroso nem desonroso. O que o potencializa negativamente “é uma relação entre atributo e estereótipo”.

Grande, juntaram-na com outras pequenas parcelas que já tinham de uma ou outra forma conquistado, é onde vivem até hoje.

Outra demonstração da capacidade dos amucambados já à época mucambenses, em se organizarem em consonância com cada momento e as circunstâncias históricas, é o fato de virem ao longo do tempo, conseguindo conquistar para os seus domínios territoriais, ou seja, para o Mucambo de Baixo, a instalação dos bens públicos: a igreja, a escola, o posto de saúde. Para isso, certamente colocaram em prática a sutileza que precisou ser construída e burilada para sobreviver ao longo período de escravização imposta aos africanos e aos seus descendentes, grupo em que também se inserem. Contam que enquanto a família Vieira primava pela posse da terra e relutava em cedê-la para benfeitorias públicas, os(as) mucambenses ao contrário, percebendo o significado de terem esses bens públicos em seus domínios, aproximavam-se dessa ou daquela autoridade, cediam-lhes uma parte da pequena porção da terra que possuíam e, assim negociando, foram paulatinamente conquistando com "jogo de cintura", as suas instalações no Mucambo de Baixo. Dizem que Dona Bizuca, Prisilina Vieira dos Santos⁹, por exemplo, uma matriarca dos Catula, com sua fervorosa fé católica, desprendimento material e a determinação própria dos(as) afros(as), se aproximou do histórico Padre Armindo, pároco de Barreiras, nas décadas de 1900 a 1970 e organizou a comunidade em torno dessa empreitada da qual saiu exitosa, ao se transformar em ícone da luta para que a Igreja fosse ali instalada.

Independente da discussão sobre o início de sua constituição, o certo é que hoje, a propriedade das terras do Mucambo de Baixo se encontra bastante fragmentada. São raros os moradores que possuem documentos delas. Mesmo sendo as propriedades historicamente caracterizadas como minifúndio, atualmente, em média, o lote de cada família está situado na faixa de 2 hectares cada um, o que caracteriza um minifúndio. A propósito, o Estatuto da Terra Brasil prevê três tipos de propriedade: a propriedade familiar, o latifúndio e o minifúndio, este caracterizado como uma área rural menor que a da propriedade familiar, o que, no Mucambo, impossibilita a própria função social da terra, pois com essas mínimas porções torna-se impossível até a subsistência, das famílias que são compostas por inúmeras pessoas. Brasil, Estatuto da Terra, LEI nº 4.504, (1964).

⁹ Embora a Senhora Prisilina fosse do tronco familiar dos Catula tinha o sobrenome Vieira. Segundo informações, o Coronel Vieira tinha o hábito de dotar filhos extra conjugais, com as negras, com o seu sobrenome.

Ao situar a questão agrária relacionada ao povoado do Mucambo de Baixo, o conceito de propriedade que discuto está relacionado à estrutura fundiária e distribuição de terras e função social por tamanhos de propriedade cuja exploração atende quando muito a perspectiva de subsistência e, muitas vezes, não chega nem a isso, pois que, pelo reduzido tamanho das propriedades, não oferece condições para que toda a família possa dela desfrutar. Não há dúvida de que o efetivo encaminhamento para esse problema está na ampliação do território da comunidade. Nesse sentido, só a demarcação e a titulação de terras para si seria uma ação efetiva para a sua independência e dignidade.

No seu cotidiano, muito embora não exista campo de trabalho para todos, os adultos/as logo de manhã se deslocam para suas lides agropecuárias em seus reduzidos lotes. Os jovens que não estão trabalhando nos gerais, principalmente a tardezinha/noite entabulam conversas na praça central do povoado; as crianças brincam na rua em frente de suas casas e os adultos, especialmente as senhoras, reúnem-se em pequenos grupos nas portas de suas residências e conversam animadamente.



Foto 02 - Mulheres raspando mandioca na casa de farinha. (Ago, 2010).

Só para se ter um exemplo das dificuldades de ganho, essas senhoras trabalham oito horas por dia, no fabrico de farinha, com alimentação às suas custas, para ganhar, cada uma delas, 03 pratos de farinha de mandioca, equivalente a 09 litros. Na feira de Barreiras, compra-se esse volume de farinha por R\$ 18,00, já agregado aí o ganho do atravessador.

No que se refere a organização sócio econômica, o Mucambo de Baixo está assim estratificado:

Tabela 02 - Dados demográficos do Mucambo de Baixo

População Total:	
	577
Total de residências:	150
População Masculina:	287
População Feminina:	290
População por ocupação e renda	
Aposentados	98
Famílias que recebem bolsa família	70
Trabalham no Mucambo	277
Trabalham em emprego fixo	85
População estudantil	
Total de estudantes	284
Estudam no Mucambo	138
Estudam fora do Mucambo	46

Fonte: COMUNIDADE

No que tange às atividades laborais, os moradores do Mucambo de Baixo as exercem praticando agricultura de subsistência, prestando serviços menos qualificados na cidade de Barreiras e/ou serviços braçais nas empresas do agronegócio localizadas no denominado gerais, situado principalmente nos municípios de Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães e São Desidério. Uma pequena parcela ocupa cargos nos órgãos públicos locais. Utilizam como espaço de lazer: o campo de futebol - de chão - o Rio Grande e, principalmente, a praça da igreja católica. Existe um cemitério que serve ao Mucambo como um todo, está localizado no Mucambo de Cima. Afirmam alguns moradores que, antigamente, brancos e pretos eram sepultados em partes separadas e distintas dele. No centro do Mucambo de Baixo existe uma praça em forma de triângulo, em cuja base está localizada a igreja católica. O povoado conta também com duas igrejas pentecostais, um posto de saúde, luz elétrica, água encanada, telefonia fixa, sinal de telefonia móvel em alguns pontos de altitudes mais elevadas, cinco bares, um açougue, dois mercados, uma banca do jogo do bicho, 02 orelhões (um funcionando), e é servido por uma linha de transporte coletivo a cada duas horas.

Do lugarejo como um todo, o Mucambo de Baixo, núcleo central do povoado, é a parte de maior densidade demográfica e onde se localiza o comércio e a igreja católica que exerce historicamente grande influência sobre a comunidade. Ai estão localizados os órgãos públicos, entre eles a escola e o PETI (Programa de Erradicação do trabalho Infantil) Programa do governo federal em parceria com estados e municípios.

Entre as explicações para o fato dos órgãos públicos estarem localizados no Mucambo de Baixo, dos pretos historicamente desprestigiados e não no Mucambo de Cima dos dominantes econômica e culturalmente, tem as dos moradores do Mucambo de Cima afirmando que o desconhecimento do valor monetário da terra por parte dos mucambenses de baixo os levaram a estar sempre dispostos a doarem parte de suas terras para a construção desses órgãos. Todavia, para alguns do Mucambo de Baixo, isso seria fruto da tradição de dividir as terras entre si e até fazer doações delas não só ao poder público, mas também, a terceiros despossuídos, conjugada com a visão da importância desses órgãos para a valorização da comunidade.

Um fato é certo, até o momento em que a escolarização no povoado era realizada em casa de particulares, cedida ou alugada para a prefeitura, localizava-se no Mucambo de Cima, passando a ser localizada no Mucambo de Baixo no exato momento em que passou a funcionar em prédio público, construído para essa finalidade.

Nesse contexto há também que se considerar que a concentração de habitantes bem como de eleitores existentes no Mucambo de Baixo, tem despertado o interesse de grupos políticos visando sobremaneira às eleições político-partidárias. Tais grupos políticos, ao longo dos tempos, construíram e mantêm, sobretudo com aqueles que se arvoram lideranças, uma relação de compadrio, relação essa que, de uma ou outra maneira, os(as) mucambenses conseguem identificar como um dos grandes males para a comunidade. E, embora os repudiem, acabam sendo presas fáceis, dado o alto grau de dependência em que são mantidos

Nesse sentido, é interessante observar que os mucambenses embora internamente se dividam em vários grupos políticos, têm o hábito histórico de encaminhar a votação em massa nesse ou naquele candidato majoritário, que utiliza do mecanismo de fazer acordos não com a comunidade como um todo, mas com cada “representante” em separado, com os quais mantém vínculos de assistencialismo. Assim, dividem e governam. Isso faz com que “líderes” políticos do seio da comunidade mesmo desunidos na política partidária interna,

quase sempre se ligam ao mesmo grupo político externo, transparecendo certa disputa por espaço de poder, o que acaba por minar as tentativas de organização da comunidade.

CAPÍTULO 2
TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

2.1 Considerações sobre a caminhada investigativa: a opção teórico-metodológica

Para sustentar a opção metodológica do trabalho, busquei fundamentação teórica na argumentação de André (1986), André (2005), e assim por diante Velho, (2004); Minayo, (2002); Geertz, (1989); Bogdan, Biklen (1994) entre outros. André (1986), por exemplo, defende que a pesquisa etnográfica, entre outras possibilidades, é relevante por se caracterizar fundamentalmente em um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permitindo que sejam reconstruídos os processos e as relações configuradoras da experiência diária do universo pesquisado. Na senda dessa compreensão, procurei me apropriar de questões que elegi como sendo as mais significativas no que diz respeito à comunidade da pesquisa. Isso também por que, além da contribuição proporcionada pelo trabalho investigativo em si, outro aspecto relevante nessa modalidade de pesquisa é representado pelo que conseguimos aprender com ela, André (2005).

Esse tipo de estudo André, (2005, p. 40) possibilita ao pesquisador “[...] uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade complexa”, embora, tempo e falta de recursos sejam condicionantes para a realização de um trabalho dessa envergadura. E reafirma, ainda, se o objetivo é “entender um caso particular levando em conta seu contexto e sua complexidade, então a metodologia do estudo de caso se faz ideal”.

Os desafios e possibilidades, colocados pelas particularidades e complexidade do contexto do estudo, ou seja, uma comunidade que possui a certificação de auto-reconhecimento de “remanescentes de quilombos”; que tem em seus domínios territoriais uma escola quase centenária com várias contradições; evidencia algumas dificuldades na identificação com a sua etnocultura, incluindo o pertencimento quilombola e por outro lado, preserva e ressignifica historicamente um conjunto de expressões e práticas da cultura étnico-racial negra, quiçá quilombola, reforçaram essa opção teórico-metodológica. Além do que, segundo Minayo:

A pesquisa qualitativa responde por questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um

espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p. 21, 22).

Assim sendo, para a modalidade do trabalho proposto, a pesquisa qualitativa é bastante consistente, uma vez que, consubstanciada com o uso de técnicas e instrumentos metodológicos tradicionalmente associados à etnografia, possibilita compreender vinculações subjacentes mais profundas do modo de ser dos processos e das relações configurantes das experiências diárias dos sujeitos do contexto pesquisado, não disponíveis à primeira vista. Para a compreensão e interpretação de tais vinculações, é interessante o que propõe Velho, (2004, p. 124), como métodos de pesquisa qualitativos, “A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado”

Outras características também importantes da pesquisa etnográfica, segundo André (2005), é a possibilidade de o pesquisador fazer uso de uma grande quantidade de dados descritivos podendo ser situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos além de análise de documentos, Geertz (1989, p.12) por sua vez, afirma que esse tipo de pesquisa contribui para a explicitação dos resultados através de uma descrição densa, aliás, em síntese “[...] a etnografia é uma descrição densa”.

Ao assegurar que “Os investigadores qualitativos acreditam que as situações são complexas”, por isso buscam a realização de uma descrição abrangente, Bogdan, Biklen (1994, p. 89), juntamente com meu objeto de estudo, também contribuíram para a escolha dessa abordagem, pois ao pesquisador qualitativo cabe não apenas observar, recolher informações, transformá-los em dados, analisá-los descrevê-los, mas principalmente compreender as suas interconexões, uma vez que só assim poderá desvelar o que está para além do familiarmente perceptível, exercendo com essa compreensão, a sua condição também de instrumento metodológico, o que é fundamental nesse perfil de processo investigatório.

Desde o início da pesquisa em que pese certa insegurança relacionada à minha pouca bagagem em pesquisa de campo, sobretudo etnográfica, desde cedo, percebia que realizar a tarefa a que me propunha não seria empreitada fácil, o que, na realização da pesquisa, pude, na prática, confirmar. Também, por isso, em todos os momentos, direcionei meus passos na realização do trabalho, por dois caminhos complementares – por um lado estando o máximo de tempo possível em interação com o *lócus* do estudo, por outro,

buscando sugestões de bibliografias e realizando estudos inerentes, em busca da compreensão teórico-metodológica do *ethos* dos mucambenses, sabendo que:

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético, e a sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete (GEERTZ, 1989, p. 93).

Com o aprofundamento teórico em inter-relação com o convívio na e com a comunidade fui compreendendo, entre outras perspectivas, que no trabalho em pesquisa etnográfica tudo no campo é relevante, desde os aspectos mais rotineiros até os que nos parecem mais complexos, como propõe Geertz, (1989). Pois assim como é importante a aproximação entre o pesquisador e seu campo de trabalho, também é fundamental a compreensão o quanto mais abrangente possível de toda a diversidade desse campo e das relações entre os sujeitos que o compõem, uma vez que ao pesquisador qualitativo cabe contextualizar a realidade em que se encontra inserido.

Se se pretende caminhar com Geertz, no sentido de que:

Fazer a etnografia é como tentar ler [...] um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos escrito não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelo (GEERTZ, 1989, p. 07).

Tem-se que estar preparado e disposto a tudo observar, anotar em busca de dar cabo da difícil, porém gratificante tarefa de reconstruir conhecimentos, a partir de saberes elaborados pelos sujeitos da pesquisa.

Ao fazer uma retrospectiva do início da minha caminhada no mestrado, concluo que o marco do início formal dessa nova etapa foi o ano de 2008, quando fui aprovado no Mestrado em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, o qual iniciei a cursar em março de 2009.

Com as reflexões proporcionadas pelas disciplinas que eram cursadas, tratei de aguçar os sentidos buscando tanto tornar familiar, Matta, (2009) quanto estranhar o contexto que, a partir daí, passava a ser o meu campo de pesquisa, problematizando-o sempre. Compreendendo com Rocha e Tosta, (2009, p. 137) que um trabalho em tal perspectiva “exige observação ampla da cultura e da vida social que não é dada em crenças, sentimentos, normas legais e costumeiras”.

Foi assim pensando que, em 27 de abril de 2009, fiz a primeira visita oficial ao Povoado do Mucambo, agora na condição de mestrando e pesquisador. Na oportunidade, contatei a diretora e outros profissionais da Escola Dr. Abílio Farias, contatei também o presidente e o ex-presidente da Associação dos Moradores comunicando-lhes a minha proposta preliminar de trabalho ao tempo em que, fundamentado no que ensinam Bogdan e Biklen, (1994), solicitei-lhes autorização para a realização da pesquisa. Fui recebido de maneira a mais acolhedora possível por todas as pessoas que contatei. Mais que isso, embora tivesse também encontrado certas resistências ao meu trabalho, senti, não só naquele momento como em todo o transcorrer da realização da pesquisa, uma espécie de apoio, de torcida para que ele fosse realizado e a história deles, enfim, viesse a público, fosse formalizada.

Por ter percebido a particularidade e a complexidade do contexto em que desenvolvia a pesquisa, dando continuidade e consequência ao meu trabalho, a partir dessa primeira visita oficial, passei a estar no povoado periodicamente até o final do mês de fevereiro de 2010, ocasião em que aluguei uma casa na rua central do povoado passando a residir, como diz Macedo, (2006, p. 18), “na minha *região de inquérito*”. (Grifo do autor). Com isso, transitei da fase da pesquisa exploratória para a do “núcleo duro” da sua realização.

Retomo a discussão sobre a minha moradia no povoado. A localização da casa que aluguei, na realidade um quarto com banheiro, pia para lavagem de louças, tanque para lavagem de roupas e uma arejada área onde recebia meus colaboradores diretos e indiretos, era a mais estratégica possível, uma vez que fica situada de frente para a praça central onde está localizada a igreja católica. A praça é o espaço onde acontece quase que a totalidade da vida sócio cultural da comunidade. Ali é também o lugar do burburinho dos mucambenses, assim como dos forasteiros, que a freqüentam diuturnamente - de segunda a domingo, superlativamente nas tardes-noites de sábado e aos domingos – dias esses em que a sua ocupação supera inclusive a freqüência ao Rio Grande, que margeia o povoado e é um importante espaço de lazer.

No contexto mesmo do meu perscrutar etnográfico, nos dois primeiros dias e noites seguidos que passei no povoado pude concluir, observando, questionando, conversando que das 05:30h., para as 06:00h era o período do despertar dos(as) mucambenses, assim como a partir das 22:30h., para as 23:00h., era o horário dos seus recolhimentos para o pernoite. Por isso, a partir do terceiro dia de residência optei pela dinâmica de lá chegar por volta das 05:00h., e por volta das 23:00h., regressar a Barreiras onde resido.

A dinâmica de alternância, comunidade, residência oficial – Mucambo, Barreiras - trabalho de campo, revisão dos registros/dados, somados às leituras e seus respectivos fichamentos foi bastante produtivo pois essa dialeticidade fez com que uma realidade iluminasse a outra e todas se alimentassem recíproca e concomitantemente Zago et al, (2003, p. 185). A alternância entre “estudos e levantamentos” é um aspecto interessante da pesquisa, podendo inclusive contribuir para “redefinição de parâmetros prévios da investigação. Sempre que arranjava um tempinho ouvia as gravações das entrevistas para realimentar as informações e problematizar minhas provisórias conclusões.

Assim, enquanto estava na minha residência oficial, em Barreiras, transcrevia anotações, reavaliava posicionamentos, situações, realizava leituras, releituras. Durante a permanência no povoado, em todas as oportunidades possíveis - naturais ou por eu criadas, estava simplesmente me fazendo ver, ser observado ou observando, gravando, anotando, fotografando, memorizando, participando de eventos oficiais, públicos, particulares, religiosos e/ou festivos, na condição de convidado ou não. Isso tanto no âmbito da escola, quanto da comunidade. Fundamentado no que diz Zago, et all (2003, p. 185) sobre a importância e, às vezes, até a necessidade de se buscar outras fontes de informação que possam indicar outros dados, por exemplo “histórico do grupo”, fiz incursões investigativas também fora do perímetro geográfico do Mucambo. Contudo, nessa importante parte do trabalho foi que menos consegui avançar, pois além da ausência de registros históricos, as falas a esse respeito são truncadas e contraditórias.

Essa realidade, revela a lógica dos silêncios e versões da memória local. No que tange aos mucambenses de baixo é perceptível o constrangimento que a maioria demonstra sentir quando a tarefa é rememorar os feitos do passado, talvez isso esteja relacionado à falta de informações que não lhes foram legada pelos seus antepassados, conjugada com a vontade que sentem de compreender como se deu de fato a trajetória da comunidade, sobremaneira diante de um questionamento para tanto. Pode ser também que tal situação seja motivada pela proximidade geográfica e a realidade histórica que os ligam diretamente aos descendentes dos familiares que no passado remoto submeterem seus antecessores à escravidão, sem falar na prática da discriminação e do preconceito raciais presente nas relações entre os dois grupos que compõem o Mucambo como um todo.

No que se refere aos mucambenses de cima, de certa maneira integrantes da mesma trajetória, porém com um histórico de protagonismo do lado oposto preferem externalizar a sua versão que, embora soe como amenizadora dos fatos históricos, no recorte que

constroem, fazem questão de explicitar alguns feitos sinalizadores de suas condições de dominadores.

Quanto aos habitantes históricos do entorno do Mucambo e até da própria cidade de Barreiras, que contatei, são de famílias também com perfil de dominantes e/ou de defesa deles, assim, os seus posicionamentos em nada contribuem para se avançar no encadeamento dos fatos, pelo contrário, colaboram ainda mais para truncá-los. No conjunto, o que se percebe a esse respeito, é uma espécie de pacto de silenciamento em defesa de certos interesses.



Foto 03 - Avenida central do povoado, do lado esquerdo está a praça central, à frente em azul e amarelo está a igreja católica. (Jul, 2010).

2.2 O início da caminhada investigativa: pisando o chão da etnografia

Para além da fase exploratória da pesquisa, o meu trabalho de campo durou 06 meses, ou seja: do dia 01 de março ao dia 31 do mês de agosto de 2010. Embora tenha se dado num *contínua*, para efeito didático, divido-o em 05 períodos: o primeiro, vai do dia 01 de março ao dia 04 julho de 2010. A partir dessa nova realidade, mais cioso do papel da etnografia, pude melhor compreender o alcance da fala de Geertz, (1989, p. 04) quando afirma que desenvolver a etnografia é ter a capacidade de fazer relações “[...] selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias”, perscrutar campos, construir um diário de campo, levantar e organizar dados simples, dispersos e transformá-los em uma

“descrição densa”. Muito embora desde as minhas primeiras aproximações oficiais com o campo empírico, visando a construção do objeto da pesquisa tenha sempre levado essas premissas em consideração, posso afirmar que se não tivesse tido a experiência de residir no povoado, embora hoje perceba que poderia ter aprofundado muito mais qualitativamente o meu trabalho, jamais teria reunido as condições que reuni para a compreensão mais densa do fazer da comunidade.

O segundo período foi de apenas 15 dias: de 05 a 19 de julho de 2010. Esse tempo não foi de presença no povoado, pelo contrário, foi de afastamento físico. Esse afastamento também está relacionado aos ensinamentos do meu orientador sobre a necessidade e validade da aproximação e também do afastamento do *lócus* da pesquisa.

A experiência desse afastamento foi bastante significativa, pois oportunizou uma reflexão mais profunda sobre todo o fazer da investigação até então – Zago et al, (2003, p. 196): “É o momento em que o pesquisador volta à tona depois da sua inserção na vida do grupo que estuda”. Esse fato além de ter ajudado na compreensão dos caminhos já percorridos, sinalizou novas necessidades, pois neste íterim, pude melhor avaliar o que estava dando certo, o que estava enviesado e o que precisava ser reforçado. Pude rever e compreender a importância de alguns registros já efetivados sem a devida compreensão, até então, dos dados que ia recolhendo, tão envolvido estava com o arcabouço de informações que ia recolhendo, conjugado com a ansiedade por encontrar algo mais consistente ou, ainda, conseguir desvendar informações que me chegavam de forma bastante truncadas. Foi o momento em que novamente propus novos, e interessantes rumos para a pesquisa. Por isso, considero esse período temporal relativamente curto, contrastante com o significativo resultado que propiciou.

O terceiro período vai do meu reingresso na comunidade, ou seja: do dia 19 de julho ao dia 31 de agosto de 2010. Esse tempo foi mais voltado para a escola e seu contexto, no que tange à observação, na perspectiva mesma da antropologia que, segundo Zago, et al, (2003, p. 189), “[...] focaliza mais amplamente o contexto sociocultural do ambiente escolar, o que inclui a genealogia dos acontecimentos, articulações com outros ambientes sociais [...]”. Assim, durante esse período, com o olhar sobre o fazer da escola buscava além de compreendê-la nas suas micro relações internas, também relacioná-las com as macros relações do seu contexto externo.

O quarto período vai de 31 de agosto até 30 de setembro. Esse período não estava preliminarmente planejado para minha permanência no campo. Contudo, a demora e certa

difficuldade em levantar, junto ao corpo docente, os dados como planejado, mesmo não estando mais de moradia no povoado, tive que continuar indo diariamente a campo, mais precisamente à escola.

O quinto e último período é o que vai da sistematização e análise dos dados à conclusão da dissertação. Nesse período, voltei esporadicamente ao campo para revisões ou mesmo coleta de dados complementares

Aquela impressão que tive de que os/as mucambenses me desejavam boas vindas e solicitavam pelo menos subjetivamente para que a história deles/as fosse organizada e descrita formalmente, quando da comunicação oficial da minha condição de pesquisador na comunidade, foi corroborada, entre outras coisas, por uma faixa, ilustrada pela foto abaixo, que viria a ser colocada no mês de novembro de 2009, na entrada do povoado, por ocasião das comemorações da Semana da Consciência Negra.



Foto 04 – Faixa alusiva à comemoração da Semana da Consciência Negra no Mucambo (Nov. de 2009).

Quando da entrada no campo, embora eu já tivesse certa aproximação com a comunidade, avaliava: uma coisa era ir lá de vez em quando e realizar atividades pontuais, manter contato com algumas pessoas, outra bem diferente seria estar com eles cotidianamente, perguntando, “bisbilhotando”, observando, tentando trazer à tona possíveis segredos que jaziam historicamente imersos Zago et al, (2003, p. 189) “Há segredos do grupo, formas, padrão de conduta, silêncios e códigos que podem ser desvelados”. Por

outro lado sabia que, embora o meu objetivo fosse entender em abrangência e profundidade o fazer dos(as) mucambenses, entendia que “o cotidiano não se manifesta ou dá a conhecer à primeira vista, é preciso tempo, maturação do olhar e um inevitável envolvimento com seus sujeitos – Rocha e Tosta, (2009, p. 137) e isso implica não simplificar nem desprezar nenhuma situação, pelo contrário, a nova realidade passava a cobrar-me uma “apropriação e interpretação em termos holísticos” da experiência dos mucambenses e isso exige rigor científico, disponibilidade de tempo, dedicação profissional, fundamentação teórica em interação com a prática.

Nesse contexto, o gentil acolhimento a mim conferido pela comunidade, além de me deixar bastante a vontade, passou a exigir uma determinação ainda mais vigorosa, uma transformação mesmo, de observador para pesquisador para que pudesse dar o melhor em busca da realização de um trabalho que além de uma resposta formal ao mestrado, pudesse, Minayo, et all, (1994, p. 51) “também criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” que fosse uma contribuição científica com relação à temática em estudo e que estivesse a altura do voto de confiança em mim depositado pela comunidade. Como afirma Carvalho (2003, p. 194) no fazer da pesquisa, “[...] a grande transformação ocorre no momento em que o pesquisador verifica que o campo o acolhe e que ele passa a fazer parte do grupo”. Embora sentindo-me acolhido, achei também prudente pensar com Geertz, (1989), sobre o quanto é complicado entender as concepções que não foram por nós construídas. Nesse sentido, o mais adequado sempre é a problematização mais ampla possível.

Durante todo o transcorrer do trabalho fiz questão de não esquecer o lugar reservado à escolarização, uma vez que a minha formação e meu mestrado são na área educacional, consubstanciados pelas contradições que percebia estar presente na Escola Municipal Dr. Abílio Farias, que ocupou lugar de destaque no conjunto do estudo. Contudo, sabendo que para a compreensão da problemática da pesquisa não seria suficiente trabalhar apenas com a comunidade escolar, a opção foi por igualmente privilegiar no contexto do campo empírico da pesquisa, também o povoado do Mucambo de Baixo. No decorrer do desenvolvimento da investigação e no delineamento da sua metodologia, fui fazendo as priorizações dos seus sujeitos sociais, das técnicas e dos instrumentos metodológicos que os seus caminhos iam sinalizando como os mais adequados para com os propósitos desejados.

2.3 Redefinindo os rumos da abordagem da pesquisa

No que se refere ao problema preliminarmente pensado e construído no projeto de pesquisa, estava assim colocado: o que leva a comunidade, os adolescentes, os jovens e, principalmente, as crianças que estão frequentando as salas de aula a negarem as expressões e valores culturais identitários de suas raízes afrodescendentes e seu pertencimento quilombola? Contudo, segundo minha interpretação, meu orientador, professor Marcos Luciano Messeder, sinalizava que a problematização, da forma como estava proposta se constituía em um equívoco, ou seja, a minha militância da causa negra presente na minha escrita, poderia enublar a visualização de importantes aspectos do trabalho. Todavia, com toda a discrição que lhe é peculiar, nunca fez disso uma cobrança, pelo contrário, foi dialogicamente me possibilitando perceber a necessidade da elaboração de uma escrita de cunho mais científica e menos militante, sem deixar de ser um ativista dessa causa. Na medida em que fui me aproximando do fazer cotidiano da comunidade e lapidando meu objeto de estudo, fui me convencendo do acerto de suas ponderações.

Nesse sentido, o problema da pesquisa, inicialmente proposto, começou também a me inquietar. Cada vez mais, ia me convencendo que uma das principais complicações da abordagem inicial proposta, sobremaneira no problema da pesquisa era o meu *a priori*, ou seja, a revelia da realidade a ser ainda pesquisada, eu antecipava uma prematura e equivocada conclusão, pois já partia da premissa de que a comunidade negava seu pertencimento étnicocultural. Os objetivos da pesquisa como discuto abaixo, também caminhavam nessa direção. Nesse sentido, importante contribuição foram as leituras de Macedo, (2006, p. 16) incluindo a sua reflexão de que a percepção do fenômeno não se efetiva no vazio, sendo por isso necessário “ir às coisas mesmas”, compreendi que isso é de fundamental importância, pois, sem ignorar que temos nossos preconceitos é necessário problematizá-los. Porém, sem cair na tentação de uma objetividade positivista.

Por isso, na proporção em que ia melhor conhecendo o fazer da comunidade, apropriando-me de algumas informações proporcionadas pelo meu caminhar no povoado e com a realização de leituras inerentes, fui me permitindo, através de longas reflexões, concluir que muito mais interessante científica, política e socialmente seria, ao invés de partir de uma abordagem, *a priori* e ainda por cima, denegatória da visão da comunidade sobre si mesma, seria ir perscrutando os dados da pesquisa e tentando compreender o que tinha para ser compreendido e interpretado. Essa problemática me consumiu várias horas

de sono e me acompanhava noite e dia. Eu sabia que era necessário dar outro norte à pesquisa, porém não conseguia encontrá-lo – formalizá-lo.

Diante desse dilema, pensei que seria mais interessante dar continuidade à pesquisa enquanto maturava a elaboração de um problema que pudesse minimamente propiciar o emergir do fazer mais complexo da comunidade. Assim pensando, decidi propor-me as seguintes metas: aguardar e ao mesmo tempo provocar esse evidenciar mais em profundidade da práxis da comunidade.

Por outro lado, em diálogo/monólogo contínuo com as recomendações de meu orientador, também com as abordagens de André, (2005); Bogdan; Biklen, (1994) e outros, dava-me certo conforto de que na pesquisa qualitativa sobremaneira na perspectiva da etnografia, além dos instrumentos clássicos como caderno de campo e observação participante, nem metodologia, nem instrumentos são propostos *a priori* mas, construídos no transcurso da realização da investigação

Dessa forma, continuei o meu trabalho atento e em constante diálogo com o campo na expectativa de que ele mesmo fosse sinalizando qual o momento mais adequado para a definição não só dos instrumentos e técnicas mais refinados da pesquisa, como também da escolha dos sujeitos que dela fariam parte mais diretamente. Nesse sentido, sempre considerando que, em linhas gerais, dado o perfil do trabalho, o meu foco de atenção precisava estar voltado primeiro para os mais idosos, depois para as professoras e professores, e, por último, jovens e estudantes.

A instabilidade que sentia na realidade, entre outras coisas, evidenciava as dificuldades a mim colocadas pela perspectiva mesma da pesquisa, fundamentada na etnografia, que é, por natureza, bastante complexa, sobremaneira para o meu perfil de formação – Pedagogia. Isso, mesmo tendo me empenhado desde o início do mestrado com bastante responsabilidade no que tange à busca de leituras para me apropriar teoricamente das abordagens afins para responder aos desafios que vislumbrava.

Talvez essa particularidade tenha contribuído para que desde o começo do trabalho eu cultivasse certa preocupação para encontrar uma estabilidade identitária da comunidade, como se a identidade fosse um dado, fosse estática. Mas, acabei compreendendo que isso era um equívoco. Contribuíram para desestabilizar essa visão, as reflexões de Loureiro, (2004, p. 51), para quem, “A identidade nunca é estabelecida como uma realização, na forma de uma armadura da personalidade ou qualquer coisa estática e imutável, é um processo em permanente construção”; Rocha; Tosta, (2009, p. 132) “A identidade, seja

individual, seja coletiva pressupõe sempre a dimensão da alteridade como uma categoria social e relacional”, Hall (2001, p. 11) a identidade na “concepção sociológica clássica” é construída na inter-relação “entre o eu e a sociedade”; Mello:

A identidade não se reduz somente a uma representação do indivíduo a distingui-lo de outros, e ao mesmo tempo indicando uma semelhança sua em relação a determinado grupo de referência, porém, mais do que isso – e o que é decisivo para o desenvolvimento da identidade do afro-descendente em uma comunidade hegemônica de valores “brancos” – a identidade é uma referência em torno da qual a pessoa se constitui (MELLO, 2000, p. 47. Aspas do autor).

Assim, a compreensão de que a construção da identidade, embora esteja fundamentada em uma base que serve como ponto de referência, é relacional, ajudou-me a estar mais aberto e assim poder enxergar mais e melhor os acontecimentos cotidianos e fazer as devidas e necessárias conexões entre eles. Concomitante a isso, lancei mão de alguns arquivos da memória e entabulei algumas rememorações principalmente de contribuições do meu orientador e passei a construir um diálogo/monólogo, isto é, uma conversa comigo mesmo, com o campo empírico da pesquisa e com o embasamento teórico que ia construindo, os quais foram iluminando o fazer da pesquisa. Isso me possibilitou certa estabilidade e fôlego para diminuir a ansiedade por buscar um foco consistente, já naquele momento, para nortear os rumos do trabalho.

Nesse ínterim, no mês de outubro/ 2010, tive aprovada uma comunicação, para ser apresentada no I Congresso Internacional de Línguas e Literaturas Africanas e Afro-brasilidades – Uneb, na cidade de Seabra – Bahia. O artigo era parte da pesquisa no Mucambo, escrito ainda no ano anterior para ser publicado em outro evento que não foi efetivado por perda do prazo de inscrição. Quando estava organizando os slides para a apresentação, veio-me novamente o dilema sobre como abordar a temática dos mucambenses em um congresso.

Nesse diálogo comigo mesmo, conclui que a abordagem daquele artigo estava um tanto defasada, pois naquele novo momento da pesquisa eu já dispunha de elementos que me autorizavam a afirmar que a comunidade mucambense, apesar de algumas contradições, de diversas formas, embora não visíveis familiarmente vêm historicamente (re)afirmando seu pertencimento identitário étnico-cultural, enquanto comunidade quilombola, conclusão: *Eureka* – pronto – achei!

Naquele momento estava encontrando o tão buscado, esperado, maturado eixo norteador e agregador do meu diálogo reflexivo com os dados do campo, ou seja, o problema da pesquisa, que passei a assim denominar, inclusive na apresentação do trabalho em Seabra: O Mucambo nega ou (re)afirma o seu pertencimento identitário étnico – cultural afrodescendente e quilombola?

Contextualizar e problematizar a realidade do campo empírico da pesquisa nos leva a pensar que o Mucambo é um povoado centenário; tem todos os predicados de uma comunidade negra rural ou quilombola; convive com a escolarização há mais de 78 anos e parte considerável das pessoas de 70 anos abaixo, passou por ela; vivencia alguns dilemas de identificação étnico-racial; cultivava historicamente significativos valores e expressões culturais da etnia negra, está historicamente exposto a certas hostilidade étnico-raciais no âmbito mesmo de sua territorialidade. Então, é de se questionar: o que leva a comunidade mesmo inserida em um contexto hostil à sua etnocultura, a preservar e ressignificar historicamente seus valores e expressões étnico-raciais e culturais? Por que crianças, jovens e estudantes têm dificuldade em levantar a bandeira de sua identificação étnico-racial negra? Que visão de mundo norteia o fazer cotidiano da comunidade? Que influências o contexto endógeno e exógeno exerce sobre o seu fazer cultural? Que papel tem exercido a escolarização inserida no contexto de uma comunidade com esse perfil?

Por buscar responder a essas questões (re)defini para a pesquisa os seguintes objetivos: analisar que tessitura dá sustentação identitária étnico cultural à comunidade do Mucambo; compreender o que lhes identifica enquanto comunidade; analisar que visão de mundo norteia o fazer cotidiano da comunidade; refletir criticamente sobre o papel que exerce a escola na realidade do contexto civilizatório que a insere; identificar as relações endógenas e exógenas de influência do seu fazer étnico-racial.

O *insight* possibilitou o rearranjo dos elementos da pesquisa e deu novo fomento ao trabalho, pois através dele passei a ter maior possibilidade de fazer uma abordagem problematizadora e, assim, provocar o emergir de informações capazes de serem traduzidas em conhecimentos, levando em consideração o que ensina Minayo,(1994, p.15): “A realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento, qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”.

2.4 Produções acadêmicas e aprofundamento do embasamento teórico

No contexto da necessidade de aprofundamento teórico para responder aos desafios inerentes à pesquisa, além do cumprimento dos créditos formais do mestrado produzi, apresentei e publiquei alguns trabalhos nos eventos descritos a seguir: Formação autoformação: memória e história, no III Encontro Norte / Nordeste de História da Educação e X Colóquio de História da Educação na Bahia – UNEB; Povoado do Mucambo: educação e construção da sua arkhé civilizatória, no Fórum de Didática e Prática de Ensino – FAGED – UFBA; A contribuição da Educação para estruturação etnocultural da comunidade do Mucambo, no 19º EPENN - Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste – Universidade Federal da Paraíba; Hibridismo e identidade: noções e perspectivas, no II Simpósio Estadual de Representação social – UNEB; Educação e identidade: perspectivas educacionais afrobrasileira, no III Fórum próigualdade racial e inclusão social do Recôncavo. Os dois últimos trabalhos foram realizados em parceria com a colega do mestrado, Jackline Pinto do Amor Divino. Além dessas produções, também construí em parceria com a colega do mestrado, Nilza da Silva Martins de Lima, um trabalho intitulado: Os movimentos sociais nas sociedades modernas vivem uma nova configuração? Esse trabalho será objeto de capítulo de um livro, (no prelo), a ser publicado pela Editora UNEB.

Ainda dentro da dinâmica da busca de preparação teórica, relacionada ao objetivo de melhor compreender a minha temática de estudos, realizei uma busca sobre as produções das teses e dissertações no site da CAPES – nessa pesquisa, que cobriu o período de 1995/2009, utilizei como ferramenta de busca duas categorias: quilombo e educação quilombola. Considerando o quantitativo de pesquisas disponibilizadas por região do Brasil, as produções ficaram assim distribuídas: Centro Oeste 21%, Norte 2%, Nordeste 35%, Sudeste 36% e Sul 6%. Distribuição por região do Estado da Bahia: Chapada Diamantina 10%, Oeste da Bahia 30%, Salvador 60% e extremo oeste, região em que se localiza o campo empírico da minha pesquisa de mestrado, não foi encontrada nenhuma produção. Distribuição por instituição de ensino universitário no Estado da Bahia: UNEB 52%, UFBA 27%, UCSAL 15%, Visconde de Cairú 6%,

Também era objetivo dessa busca, além de mapear dados quantitativos, também aprofundar aspectos qualitativos, da produção de pesquisas sobre os “remanescentes de quilombos” assim como as questões relacionadas à sua educação. Porém, a busca acabou ficando relacionada quase que ao campo quantitativo, uma vez que, além de ter conseguido acesso apenas aos resumos dessas produções, nem sempre apresentam resultados objetivos

e organizados a ponto de oferecer uma visão mais segura sobre suas abordagens. Nesse sentido, Teixeira, afirma:

Quando em um ou mais resumos faltam alguns dados, e se eles constituem aspectos significativos para a construção de uma pesquisa, esses estudos sobre “Estado da Arte” ou “do conhecimento” ficam bastante prejudicados. O ideal, nesse caso seria o exame dos textos originais, ainda que se admita a dificuldade de acesso a eles. (TEIXEIRA, 2006, p. 61).

As dificuldades apontadas pela pesquisadora Célia Teixeira, no trabalho sobre sua tese de doutoramento, foram constatadas quando da busca que efetivei. Lembrando sempre que tal busca não tem o caráter do que se efetiva enquanto “Estado da Arte”, por isso, não está colocada a exigência do rigor de uma pesquisa com essa característica, embora se trate de uma busca/pesquisa para consubstanciar uma dissertação de mestrado.

No que diz respeito à escolha do início do período da busca: 1995, fundamenta-se no fato de que, até aquele ano, são tão escassas as produções, pelo menos disponibilizadas no banco de dados da CAPES, que, para o propósito da pesquisa, o entendimento é de que este recorte foi satisfatório.

Das cinquenta e duas produções encontradas na busca, quatro são de doutoramento e quarenta e oito de mestrado. Além dos dados anteriormente explicitados, a busca também possibilitou perceber que o Estado da Bahia responde por 19,2% de todas as produções do Brasil e por 55,6% das produções do Nordeste. Neste contexto, a Universidade do Estado da Bahia, responde por 9,6% das produções do Brasil e por 27,7% das produções do Nordeste. As discussões sobre esses dados não podem deixar de considerar que eles contemplam apenas produções disponibilizadas no site da CAPES. Sendo assim, a busca não alcançou tantas outras pesquisas e produções relacionadas à temática aqui em discussão e que, por certo, deve haver mecanismos para serem acessadas no banco de dados de outras instituições.

Contudo, os dados levantados possibilitam, por exemplo, entre outras considerações, dizer que embora haja estados da federação com um quantitativo de instituições de ensino universitário que oferecem cursos *stricto sensu*, mais antigas e melhores estruturadas do que as do Estado da Bahia, a contribuição das instituições de ensino universitário desse Estado, para a discussão dessa temática é bastante relevante. No que diz respeito às produções disponibilizadas pelas instituições do nordeste brasileiro, os números

explicitados pelas instituições de ensino universitário da Bahia são superlativamente superiores. Quando as reflexões consideram apenas as produções por instituição de ensino superior do Estado da Bahia o destaque fica por conta da UNEB - Universidade do Estado da Bahia, que se destaca com nada menos do que 25% de todas as produções disponibilizadas. Outro dado, bastante significativo, aponta que todas as produções disponibilizadas pela UNEB, são do PPGEduC - Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade.

Com referência aos dados expressados por regiões do estado da Bahia, chamo a atenção para a região do extremo oeste, local da minha pesquisa. Embora haja nela a incidência de várias comunidades quilombolas, algumas inclusive com graves conflitos fundiários, por exemplo: Beira do Rio, Mutamba e Boqueirão no Município de Formosa do Rio Preto; Sacutiaba e Riacho de Sacutiaba, em Wanderley. E evidência de tantas outras, embora não conflituosas, como por exemplo: Crioulas, em Angical; Arraiá da Penha e Rio de Ondas, no Município de Barreiras, não existia, até novembro de 2009, nenhuma publicação de mestrado ou doutorado sobre elas, pelo menos disponibilizado no banco de dados do site da CAPES, campo da busca realizada.

2.5 Sujeitos, técnicas e instrumentos da pesquisa

Iniciei o trabalho preliminarmente com a utilização dos seguintes instrumentos para a coleta de dados: observação participante e entrevistas abertas. Durante o desenvolvimento da investigação, realizei análise de documentos secundários da escola e participei de suas reuniões, lancei mão também das técnicas da história oral e do grupo focal, entrevistas semiestruturadas e de reuniões da comunidade.

A decisão de utilizar também a técnica da história oral, não prevista preliminarmente, ficou evidenciada durante a gravação de algumas entrevistas. Percebendo que alguns colaboradores(as) apresentavam dificuldades em externar algo que transparecia ser interessante para preenchimento de lacunas no encadeamento dos fatos, procurei refinar a aproximação, provocando lembranças e falas pontuais. No momento em que me parecia mais oportuno, encaminhava a solicitação para a gravação de uma conversa mais aprofundada. Para tanto, busquei sustentação teórica em Meihy, (2005, p. 24) para quem: “A história oral responde a necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais [...]”

No trabalho de campo, além das diversas pessoas que colaboraram com ele, contei com uma contribuição especial do jovem Elinton Oliveira de Souza, de 23 anos – inteligente, perspicaz e de uma bela integridade moral. Ele também é animador de quadrilha junina, uma das expressões culturais mais valorizadas pela comunidade, principalmente pelas crianças e jovens, com quem fez amizade e acabou se revelando um verdadeiro auxiliar da pesquisa. Em diversas ocasiões me acompanhou, e como é muito dinâmico, conhecido e querido na comunidade, além de me indicar pessoas que pudessem colaborar com informações diferenciadas, a sua presença quebrava resistências e encorajava os colaboradores/as a falarem de coisas que dificilmente fariam a sós comigo. Esse rapaz exerceu papel tão importante no desenrolar da pesquisa que, provocado por ele, várias vezes trocamos interessantes ideias a respeito de impressões subliminares que ele conseguia captar nas falas dos entrevistados, que até então nem ele conhecia, as quais os(as) entrevistados nunca tiveram nenhum interesse em tornarem conhecidas nem dos próprios familiares, como era o caso dele próprio.



Foto 05 - Elinton Oliveira de Souza, animando a “sua” quadrilha Junina em apresentação noturna na praça central do povoado. (Jun, 2010).

No Mucambo existem duas quadrilhas juninas, apesar de certa rivalidade existente entre as suas coordenações, acabam convivendo e se integrando. Na região, existe a tradição de concursos de quadrilhas no período junino, época em que ambas as quadrilhas

do Mucambo fazem as suas apresentações, com toda a pompa possível, para a comunidade e visitantes que acorrem para as festividades, uma espécie de ensaio geral preparatório para as disputas fora do povoado. Depois, elas entram nas competições nos municípios vizinhos e até em Salvador, logrando sempre ficar entre as mais bem classificadas.

Em continuidade ao trabalho, para a realização das entrevistas, busquei embasamento teórico nas argumentações de Szymanski, (2008), para quem o entrevistando(a) não deve ser visto como objeto, pelo contrário, deve ser tratado como sujeito social, portador de subjetividades, alguém com conhecimentos, capacidade e disposição para interferir intencionalmente no “jogo” da conversação e embaralhar os dados - (aspas minhas).

No conjunto das atividades de entrevistas busquei contemplar também abordagens por intermédio do grupo focal, até porque, esse instrumento metodológico vem se destacando como técnica de pesquisa, na preferência dos pesquisadores em ciências sociais, principalmente no estudo de caso. Todavia, Gatti, (2005), afirma que deve ser utilizado de maneira apropriada, ou seja, observar que existe toda uma particularidade no envolvimento dos sujeitos sociais, na organização de atividades que possam preparar o ambiente e propiciar o clima para que os trabalhos fluam ao mesmo tempo de maneira agradável e científica. Assim pensando, realizei apenas dois encontros consubstanciados por essa técnica. Um com quatro componentes da família Vieira, fonte direta dos atritos étnico-raciais no contexto do Mucambo. A família Vieira é herdeira do eminente coronel Vieira, outrora senhor absoluto naquela localidade e também da sua região de abrangência.

O meu anterior relacionamento com parte dos moradores do povoado e com integrantes da escola foi fundamental para o meu trânsito na comunidade. Ter ido morar no Mucambo foi outro fator da maior importância para a realização da pesquisa e para uma compreensão mais abrangente da visão de mundo e do ethos dos/as mucambense, isto na perspectiva de Geertz, (1998, p.93) para quem a visão de mundo é formada pelos aspectos cognitivos e existenciais do grupo social, orientadora na elaboração das coisas “como elas são na simples realidade”, assim como é orientadora do “seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade”. Enquanto “O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético” (p. 103). Ele propõe a existência de uma circularidade entre visão de mundo e ethos.

Outro aspecto também importante, nesse contexto, foi o estabelecimento da relação entre o embasamento teórico e o fazer dos/as mucambenses, buscando a construção dialética teoria prática, como quer Zago, et al, (2003, p. 186), o entendimento da maneira

de pensar de um povo “tem como implicação metodológica exatamente levar em conta as interpenetrações entre o senso comum e a teoria social”.

Dado o perfil da pesquisa e dos seus objetivos, fiz uso dos seguintes instrumentos metodológicos: organização de grupos focais com professores, alunos e membros da comunidade; aplicação de questionários; análise de documentos secundários da escola; realização de entrevista aberta e semiestruturada; utilização de caderno de campo para anotações assistemáticas e sistemáticas; entrevista semi-estruturadas, entrevistas aprofundadas e a observação participante como um dos seus principais instrumentos, por terem lugar assegurado no trabalho de cunho etnográfico, como assegura André:

A observação participante e as entrevistas aprofundadas são os meios mais eficazes para que o pesquisador aproxime-se dos sistemas de representação, classificação e organização do universo estudado (ANDRÉ, 2005, p. 45).

Esse tipo de observação “pode ser utilizada tanto para registrar situações típicas (tais como ocorrem) quanto para registrar situações que tenham sido criadas deliberadamente”. Moroz; Gianfaldoni (2006, p. 77. Destaque das autoras). Essas argumentações também contribuíram para a minha tomada de decisão em residir na comunidade e, como foi dito anteriormente, lá morei por seis meses buscando a tudo observar e compreender Zago, (2003 p. 189) “A observação [...] é um mergulho profundo na vida de um grupo com o intuito de desvendar as redes de significados, produzidos e comunicados nas relações interpessoais”. Porém, esse mergulho profundo não necessariamente garante, como ensina Geertz, (1989), uma compreensão também profunda do fazer de determinado grupo humano, o que ele pode proporcionar “são interpretações” p. 16.

Não raras vezes, durante momentos de festejos – quase sempre religiosos, pessoas se colocavam no raio de abrangência da máquina a fim de serem fotografadas. Outras gentilmente acolhiam quando solicitado para tal, como a Sr^a. da foto abaixo.



Foto 06 - LÍBIA, na saída do povoado. (Mai, 2010).

2.6 Em campo: coleta de dados e os(as)colaboradores(as) da pesquisa

Durante o trabalho de campo gravei 38 horas de entrevistas com a colaboração de 55 pessoas assim distribuídas:

Quatorze moradores e moradoras adultos(as) da comunidade sendo quatro anciões, um com 75 anos de idade, um com 78 anos, uma com 80 anos e um com 85 anos - três do sexo masculino e uma do sexo feminino. O critério para a escolha das pessoas idosas se sustentou principalmente na necessidade de compreensão do passado sócio antropológico e educacional da comunidade, desde tempos mais remotos, e quais os parâmetros endógenos e exógenos os têm alicerçado.

Dois anciões de fora do Mucambo, um com 91 anos e um com 78 anos. Esses dois moradores de fora do povoado foram eleitos para participarem como sujeitos da pesquisa pelos seguintes motivos: o primeiro por ter nascido e residido toda a sua vida nas imediações do Mucambo e ser a pessoa mais idosa de toda a redondeza e, por conseguinte, estar bastante lúcido, pressupus disponibilizar conhecimentos que pudessem contribuir para a compreensão da constituição da história dos mucambenses. O segundo, além de ter 78 anos, lecionou durante 35 anos no Mucambo - do ano 1951 a 1986. Como no momento da eleição dos sujeitos da pesquisa eu já tivesse informações de que a escola desde antigamente reproduz manifestações de preconceito e discriminação raciais, pensei que ele

pudesse contribuir para a compreensão do fazer da escola, principalmente no que tange aos encaminhamentos didáticos pedagógicos das questões étnico-raciais e culturais da comunidade do seu tempo, além da sua possível contribuição para a compreensão do processo histórico de constituição da escola no povoado.

Entrevistei cinco pessoas da família Vieira, quatro compondo um grupo focal e uma em entrevista individual, sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. A justificativa para a eleição desse grupo familiar, fundamentou-se nos seguintes motivos: os antepassados dessa família terem sido senhores de escravos na Chapada Diamantina e, pelo que tudo indica, no Mucambo também; a tradição de seus integrantes de atuarem na escolarização mucambense, dos tempos idos até a atualidade. O conjunto desses predicados conjugados com o fato da existência da histórica rivalidade entre os Mucambos de Cima e de Baixo, serviram de base para a escolha desses(as) sujeitos(as).

Onze docentes, sendo dez professoras e um professor dos três turnos: matutino, vespertino e noturno, do pré-escolar à oitava série/9º ano do Ensino Fundamental, incluindo a EJA – Educação de Jovens e Adultos. Dessas(es) entrevistada(os), cinco residem em Barreiras, uma reside próximo ao Mucambo, três residem no Mucambo de Baixo e duas no Mucambo de Cima. Da totalidade das(os) onze entrevistadas(os), sete são não brancas(os). Como a escola ocupa lugar de destaque na pesquisa, o critério utilizado foi tentar ouvir a totalidade das(os) docentes, respeitando sempre as suas disponibilidades. Assim, o quantitativo de onze docentes colaboradores diretos da pesquisa, expressa o somatório apenas das professoras e professor que se disponibilizaram a gravar entrevistas.

Quinze estudantes da 3ª a 8ª série, sendo sete do sexo masculino e oito do sexo feminino, variando entre 09 e 16 anos de idade. Do total dos/as estudantes entrevistados 85% residem no Mucambo. Para a escolha dos(as) estudantes para as gravações das entrevistas foram utilizados os seguintes critérios: estudantes que estivessem cursando da 3ª a 8ª série; seria ouvido pelo menos um estudante por sala e por turno; os estudantes foram escolhidos(as) intercaladamente, a professora indicava um e eu indicava outro. Para eleger quem dos estudantes eu ouviria, solicitava a permissão da professora, entrava na sala de aula e após explicar os meus objetivos, perguntava quem gostaria de colaborar concedendo uma entrevista. Quando a disponibilidade para a gravação não ocorria espontaneamente, eu utilizava a conversação como convencimento. As entrevistas com o corpo docente foram todas feitas na sala dos professores ou na sua própria sala de aula, as do corpo discente foram efetivadas no interior da escola: na sala de aula, no pátio, ou na

sala dos(as) professores(as). Esperava que esses grupos de participantes, além de contribuir para a compreensão do fazer didático e sócio pedagógico da escola, pudessem também ajudar no entendimento da sua relação com a cultura da comunidade, assim como na compreensão de como eles(as) próprios(as) se viam nesse processo.

Dez jovens integrantes da comunidade, sendo seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Para a escolha dos jovens que participariam como sujeitos da pesquisa, utilizei dois critérios: nas conversas que ia mantendo com a comunidade tentava identificar quem tinha mais disposição para falar e, no momento que achava apropriado, fazia a abordagem, com essa dinâmica. Em um dado momento da pesquisa, solicitei a Elinton, anteriormente mencionado, para que indicasse jovens para gravar entrevistas. Por sua indicação entrevistei os outros seis jovens. A eleição deles buscou a compreensão de como percebiam e vivenciavam as questões sócio-étnico-culturais e raciais na comunidade; como avaliavam a questão da discriminação e do preconceito raciais, como observavam e trabalhavam as influências culturais endógenas e exógenas ao Mucambo, qual o impacto da escolarização nesse contexto e nas suas visões de mundo.

Valendo-me da intenção de preservar a identidade dos(as) colaboradores da pesquisa, seus nomes foram mantidos no anonimato. Eles(as) foram nominados(as) da seguinte forma: os(as) adultos(as) tiveram seus nomes substituídos por nomes de países africanos; os(as) jovens tiveram seus nomes permutados por nomes de capitais de países africanos; os(as) estudantes foram denominados por nomes de invenções africanas¹⁰; as professoras e o professor foram nomeados por rios africanos; os membros da família Vieira, por sua vez, com nomes de montanhas africanas. As exceções foram: o Sr. Ruy Pacheco por ter sido quem encaminhou a solicitação à Fundação Cultura Palmares para obtenção do título de autoreconhecimento de “remanescente de quilombo”, devido a implicação que isso vem tendo para a comunidade e por ter deliberadamente consentido que assim fosse ; Elinton Oliveira de Souza, primeiro por toda a contribuição direta que dispensou ao trabalho, segundo por não ter colocado nenhuma restrição para a explicitação de seu nome; a Sr^a. Prasilina Vieira dos Santos - a Dona Bizuca - por ser figura histórica e já falecida; o Sr. Otavio da Conceição de Oliveira e a sua esposa, a Sr^a Generosa Pereira da Silva, em homenagens póstumas, pois além de ambos terem falecido ainda durante a realização da

¹⁰ Como afirma meu orientador, Professor Messeder, ao longo da trajetória da história humana, vários eventos ocorreram quase que simultaneamente, assim embora eu credite certos inventos aos povos africanos, reconheço que alguns deles possam ter sido inventados também por outros povos.

pesquisa, ela em 25/11/2010 e ele em 25/02/2011, também porque eram os baluartes da tradição cultural/religiosa do Reisado e pelas preciosas contribuições que, principalmente ele, com sua generosidade, deu à pesquisa.

2.7 Definição das categorias de análise

As mensagens veiculadas pelas falas dos diversos e diversificados sujeitos foram analisadas por intermédio de alguns elementos do procedimento da análise de conteúdo, Franco (2008). Pois de acordo com Gomes, (1994, p. 74): “[...] através da técnica da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação”.

Das categorias de análise, apenas as norteadoras das entrevistas foram definidas *a priori*, as demais emergiram e foram definidas a partir das observações e leituras do conjunto do material colhido em campo. Com a adoção dessa técnica de trabalho buscava levantar as informações mais evidentes mas, também, fazer com que a triangulação dos dados do trabalho pudesse desvelar informações mais profundas existentes nas suas interconexões. Nesse aspecto, considere o proposto por Moroz, (2002, p. 88): “[...] o pesquisador deve preocupar-se com a fidedignidade dos dados e um procedimento que ajuda a garanti-la é a triangulação. Essas argumentações embasam a problematização das falas, pois a análise de conteúdo por ser inerente à análise qualitativa permite uma problematização das falas dos sujeitos da investigação, Franco, (2008, p. 29): “[...] uma importante finalidade da análise de conteúdo é produzir inferências sobre qualquer um dos elementos da comunicação”.

Nesse sentido, importa considerar que o conteúdo da pesquisa vai além das falas dos sujeitos, ele contempla também as não falas, o não dito, as entrelinhas além do que, pensando ainda com Franco (2008, p. 25), as comunicações humanas de qualquer natureza trazem significativas informações sobre seus autores(as) em que subjaz “[...] filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc.”. Afinal, tais autores(as) enquanto sujeitos sócio, históricos, produzem o contexto em que se inserem, mas também são por ele influenciados(as).

Ao observar, ainda, as orientações de Franco (2008), as porcentagens das falas das categorias criadas a *posteriori* constantes nas tabelas¹¹ com seus respectivos significados, discutidas em blocos, ao longo da análise dos dados, foram calculadas a partir do total de problemas explicitados e não a partir do número de respondentes.

¹¹ As tabelas em referência, em que se encontram os dados sistematizados por percentual de falas em cada categoria, estão disponíveis apenas nos apêndices

CAPÍTULO 3
ESCOLARIZAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICOCULTURAL : o chão da
escola e o contexto que a insere

ESCOLARIZAÇÃO E DIVERSIDADE ÉTNICOCULTURAL: O CHÃO DA ESCOLA E O CONTEXTO QUE A INSERE

3.1 Escolarização mucambense: do abrigo das árvores a um prédio escolar próprio

No que tange à escola, registros orais informam que a sua existência no povoado remonta aos anos 1930. Antes, porém, como defendem alguns moradores, a escolarização era praticada por particulares, por isso, seu início é anterior, inclusive, em um passado distante, teria sido praticada até debaixo de árvores, em um interregno entre o funcionamento em uma ou outra casa de particulares, dessa ou daquela professora que ensinavam de favores ou sob a remuneração de pais de estudantes.

A sequencia das professoras(es) que lecionaram no Mucambo, cujos nomes e períodos a memória dos(as) colaboradores(as) pode alcançar são: Professora Milú Catula dos Santos – décadas de 1930 e 1940. Professora Altina Vieira Gomes – década de 1950. Professora Isabel – década de 1950. Professor Domingos Oliveira (Dudu),¹² da década de 60 em diante. A partir daí, embora as escolas ainda funcionassem nas casas das(os) professoras(es), passaram a receber denominações oficiais.

Nesses primeiros tempos de existência, a escolarização teria acontecido apenas no Mucambo de Cima. No ano de 1967, com a denominação de Ruy Barbosa a escola foi instalada em um prédio construído nos domínios territoriais do Mucambo de Baixo, finalmente em um prédio escolar próprio. A princípio, a escola Ruy Barbosa continha apenas 02 salas de aulas. Nela lecionaram as Professoras Elizabete Carvalho e Mazinha Guimarães – décadas de 1950 e 1960. Desde então o prédio escolar passa por uma sequencia de denominações. Escola Milton Borges: Professora Joanita Araújo Vieira – década de 1960 - Escola Anibal Barbosa: Professora Teonilha Francisca de Souza – décadas de 1960 e 1970; Escola Baltazarino Araújo Andrade: Professora Maria Vieira Alves - década de 1970; Escola Juthay Magalhães: Professora Maria da Conceição Oliveira Queiroz – década de 1970.

Em 1992, o prédio escolar passa a ser identificado por Escola Dr. Abílio Farias, que foi ampliado no ano de 1997 e continua sendo no mesmo espaço e com o mesmo nome.

¹² O Professor Domingos Oliveira (Dudu) lecionou por mais de 20 anos em sua residência na localidade de Deus me Livre, extensão do Mucambo.

As(os) primeiras(os) a lecionarem na escola Dr. Abílio Farias, foram: Professora Irandi Alves; Maria Áurea da Silva Carvalho e Professor José Alves.

Atualmente, a escola é composta por quatro salas de aula, uma minibiblioteca, dois banheiros (masculino e feminino), uma cantina, uma sala onde estão instaladas a direção, serviço técnico administrativo, secretaria e a sala de informática¹³, uma mesma sala é destinada à coordenação e aos professores(as). Em 2003, foi construído o Anexo I da Escola Dr. Abílio Farias, também no Mucambo de Baixo, distando 200 metros da Sede, com mais quatro salas de aulas, dois banheiros e uma pequena dispensa. Com isso, a instituição conta ao todo com oito salas de aulas, onde é oferecido o Ensino Fundamental - da Educação Infantil à 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental – além da Educação de Jovens e Adultos, assim distribuídos:

Tabela 03 - Distribuição de turmas por série e quantitativo de estudantes – Sede e Anexo I

SEDE			
Série/ano	Turno	Quantitativo de turma	Quantitativo de Estudante
1º Ano	Matutino	01	27
3º Ano	Matutino	02	31
4º Ano	Matutino	01	32
5ª Série	Vespertino	02	44
8ª Série	Vespertino	01	32
7ª Série	Vespertino	01	32
EJA I Noturno			
Multiseriada 1ª à 4ª Série		01	15
EJA II Estágio IV	Noturno		
5ª e 6ª Série		01	15
EJA II Estágio V	Noturno		15
7ª e 8ª Série		01	14
Sub total		12	257
ANEXO I			
Série/ano	Turno	Quantitativo de turma	Quantitativo de Estudante
Pré I	Matutino	01	16
Pré II	Matutino	02	30
4º Ano	Matutino	01	19
2º Ano	Vespertino	01	18

¹³ No laboratório de informática estão instalados sete computadores. Porém, apesar de semi-novos, apenas dois estão funcionando. Desde 2011, nesses computadores é disponibilizada internet banda larga via GESAC do MEC. Eles são disponibilizados para os estudantes pesquisarem.

4ª Série	Vespertino	01	28
6ª Série	Vespertino	02	30
Sub Total		08	141
TOTAL GERAL		20	398

FONTE: Escola Dr. Abílio Farias

O quadro funcional da Escola Sede e Anexo I é composto por 27 professores, sendo 22 do sexo feminino e 05 do sexo masculino, 01 coordenador pedagógico, 01 secretária, 01 técnico administrativo, 01 porteira, 02 zeladoras, 02 vigilantes e 02 merendeiras. A gestão dos dois espaços de escolarização é exercida por uma única professora que também leciona na Escola Sede. Existe um ônibus do município disponibilizado para o transporte escolar diurno. Contudo, os estudantes que demandam o Ensino Médio ou universitário, têm que se deslocar para Barreiras, só dispondo de transporte escolar público, quando tem, no período diurno. No Mucambo de Baixo funciona também o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - atendendo 150 estudantes nos turnos opostos ao das suas escolarizações “regulares”. No PETI – que funciona desde 2006, trabalham os seguintes profissionais: 03 orientadoras educacionais, 01 facilitadora, 01 vigilante, 01 secretária, 01 coordenador geral, 01 coordenadora educacional, além de 03 pessoas que executam os serviços gerais.

Quanto à escolarização e a qualificação profissional o quadro está composto por 08 graduadas(os) sendo 05 licenciadas(os), 01 especialista lato sensu e 02 cursando especialização. A área de formação, está assim distribuída: 01 professora graduada em matemática, 06 professoras(es), 01 coordenador pedagógico e 01 secretária graduada em Pedagogia. Há também, 02 professoras cursando Pedagogia, 01 cursando Letras e 02 cursando Matemática. Do total dos(as) 27 docentes que atuam na escola, 03 residem no Mucambo de Baixo, 02 no Mucambo de Cima, 03 nas proximidades do Mucambo e 19 em Barreiras. 22 são do sexo feminino e 05 do sexo masculino.

3.2 A escola e a comunidade: seus saberes e fazeres

A existência da Escola Dr. Abílio Farias no povoado do Mucambo é uma realidade bastante interessante. Mais recentemente, cerca de uns cinco anos, tem

realizado em novembro, através do Projeto Raízes,¹⁴ a denominada Semana da Consciência Negra, cujos objetivos são discutir temáticas relacionadas ao pertencimento identitário étnicoracial da comunidade, bem como disponibilizar espaços e oportunidades para que produções artísticoculturais próprias dos/as mucambenses possam ser apresentadas por componentes da comunidade, sobremaneira pelos jovens e estudantes.

O que chama a atenção é que esse acontecimento embora pontual e isolado tem suscitado pelo menos certa polêmica se ela se constitui uma comunidade de quilombo. O Projeto Raízes tem sido, inclusive, um dos poucos canais a possibilitar principalmente aos jovens e às crianças que se apropriem de conceitos sobre a discriminação e o preconceito raciais. Esse projeto é realizado via linguagens próprias da juventude, ou seja, encenações teatrais, danças, jogo de capoeira, entre outros, para que aspectos relevantes da etnia negra sejam, até certo ponto, cultivados e mantida acesa alguma chama da importância do pertencimento a essa etnia. Considerando essa realidade e a retórica do corpo docente sobre o Projeto Raízes, ao propalar que seria um projeto amplo da escola, enquanto elo dos saberes entre escola e comunidade, é que propus a discussão, a seguir, relacionada a esse respeito.

Início as reflexões buscando compreender a valorização pela escola dos saberes da comunidade. Porém, levando em conta o nível de complexidade e a particularidade da temática, a proposta foi direcionada apenas para os grupos de respondentes jovens e adultos. Por outro lado, em busca do entendimento da visão que os(as) estudantes, assim como as(os) docentes externalizam a respeito desses saberes, a problematização a eles proposta foi reelaborada como pode-se observar mais abaixo. Com base nesse raciocínio e norteado pelas regras da exclusão mútua da análise de conteúdo que orientou a discussão deste texto, no que diz respeito à organização e análise dos dados, proposta por Franco (2008, p. 67), em que “um único princípio de classificação deve orientar” a organização do trabalho no que tange à definição das categorias. Determinados blocos de discussão contemplam alguns dos grupos de respondentes da pesquisa em detrimento de outros. A assunção de tal procedimento buscou adequar as problematizações ao nível ou perfil de cada grupo de respondentes, visando a triangulação dos dados.

¹⁴ ¹⁴ O Professor e pedagogo Júlio Cesar Dias, enquanto gestor da Escola Dr. Abílio Farias, no ano de 2007, embora residisse em Barreiras, foi o idealizador do Projeto Raízes, e esteve à frente da sua implantação e de suas primeiras realizações.

A partir desse momento, passo a grifar as categorias de análises que defini a priori, e insiro também a referência da respectiva tabela, disponível nos apêndices, nos quais os percentuais dos dados estão inseridos. Realizo as discussões de tais dados por blocos de abordagem. Quando os percentuais são discutidos pela média das falas, faço referência a essa média. Quando não faço referência à média é porque os dados se referem apenas a um grupo de respondentes sobre uma determinada categoria.

Posicionamento dos respondentes a respeito da valorização pela escola dos saberes da comunidade. (Tabela 04).

Das falas desse bloco 37,2% afirmaram, na média, que a escola valoriza os saberes da comunidade, contudo acrescentaram que essa valorização se efetiva por intermédio do Projeto Raízes. Por outro lado, na média, 27,8% negaram a mencionada valorização, 17,2% optaram pelo meio termo afirmando que valorizam mais ou menos, e 17,8% não souberam responder.

Esses posicionamentos permitem algumas reflexões, por exemplo: embora sejam bastante expressivos os percentuais em sentido afirmativo, fica visível que a valorização dos saberes da comunidade pela escola está atrelada ao Projeto Raízes. Até aí tudo bem. O problema é que ele é realizado uma vez por ano. Logo, embora seja a escola que esteja a frente de sua realização, o que transparece é que os saberes da comunidade não são efetivamente trabalhados pela escola de maneira sistemática, orgânica e sim apenas de maneira pontual.

Esses dados, a princípio, além de problematizar a prática da escola com referência aos saberes da comunidade, exigiram o aprofundamento da discussão sobre o Projeto Raízes.

Por isso, a mesma problematização anterior foi reelaborada e proposta apenas para o grupo de respondentes docente, na perspectiva de triangulação das informações.

Posicionamento do grupo docente sobre como a escola trabalha os saberes da comunidade. (Tabela 05).

Tem o Projeto Raízes, mas na minha opinião deveria ser trabalhado no ano inteiro, porque a cultura fica muito fraca, deixa a desejar, porque só mostra, na época do ano que tem as apresentações. Tem que trabalhar mais a cultura negra na comunidade. (BENGO).

Trabalha discutindo a nossa cultura na escola e temos o Projeto Raízes. (DANDI).

Muito solto, é mais na Semana da Consciência Negra mesmo. (LONGA).

A questão da escola eu vejo assim, eu nem posso dizer que se torna alheia à comunidade. Mas, não trabalha quase nada. (BENGO).

Os conteúdos das falas, acima, aprofundam a discussão apontada anteriormente pelos grupos de respondentes jovem e adulto e problematizam o papel desempenhado pela escola tanto frente aos saberes da comunidade quanto frente ao Projeto Raízes. Neste bloco, percebe-se que é altamente representativo o percentual de 88,9% das falas dos(as) docentes afirmando que a escola trabalha os saberes da comunidade, também é igualmente significativo que tenham acrescentado que isso se dá através do Projeto Raízes. Porém, não menos relevantes são os 11,1% das(os) professoras(es) que afirmaram simplesmente que ainda não estão informadas(os) sobre ele. Como, se ele é efetivamente trabalhado enquanto um projeto da escola? Nesse sentido, as falas são contundentes e reveladoras, pois alertam que a escola não tem valorizado a cultura da comunidade e que o Projeto Raízes acontece apenas de forma pontual e descontextualizada. Nenhuma fala foi colocada no sentido de que o Projeto faz parte de planejamento sistematizado da escola.

Nesse contexto na abordagem de Kuenzer, (1993, p. 62), pode-se inferir que as formas tradicionais de “planejamento educacional” e de atuação das instituições “desarticuladas da realidade sociais às quais pertencem” são incapazes de responder às necessidades educativas a que se destinam. Afinal, as formas de participação pontual “pura e simples da população, têm efeitos limitados. Por sua vez, Currie, (2000, p. 9), sinaliza que direcionar a escola para uma proposta corajosa e inovadora significa propiciar nela a presença não só das crianças e professores, mas também da comunidade como elo “fundamental e necessário”. Propiciar a presença da comunidade na escola vai além da presença física dos pais e mães dos(as) educandos(as), significa estar em sintonia com os anseios da comunidade, transformando-se em elo de comunicação e articulação dos saberes elaborados cientificamente e os saberes que emergem do fazer cotidiano da cultura do seu entorno, pois,

A educação não se encerra com o que é transmitido em sala de aula, pelo contrário, o trabalho dentro da sala de aula é desenvolvido a partir de situações contextualizadas em seu exterior. A educação passa, então, a ser entendida de forma mais abrangente, como uma tarefa social que compete a toda a comunidade. (KLEIN; PÁTARO, 2009, p. 10-11).

Já é tempo da escola compreender que não é a única detentora de saberes e, assim, alargar o sentido do seu fazer político-pedagógico cumprindo o papel de construtora de conhecimentos socialmente contextualizados e referenciados. Como orienta Santos, (2006, p. 3), ao educar o olhar e a escuta, para o contexto externo e interno que a insere, a escola “[...] procura suas sínteses, questiona o exercício do poder, as situações de afetividades, as vivências das diferenças, a solidariedade, a cooperação e a justiça”. Silva acrescenta ainda que essa tarefa:

[...] envolve também a realização de atividades com seus *familiares* (assistência, orientação, apoio), com a *escola* em que estudam (por meio da formação do corpo docente para a diversidade e para o combate ao racismo, sensibilidade do universo escolar, mobilização e promoção da cidadania) e, também, com a *comunidade* (sensibilização e mobilização). (SILVA, 2003, p. 66. Destaques da autora).

Buscando aprofundar a discussão, como a escola se posiciona frente os saberes da comunidade, foi proposto ao grupo docente, a seguinte problematização:

O que se entende por conteúdo escolar? (Tabela 06).

É aquela coisa certinha que temos que trabalhar. Mas, para mim temos que trabalhar com a realidade do aluno. Olha, eu vou fazer uma ensino sobre o mar, como se o aluno aqui nunca viu o mar. Entendeu? (CATUMBELA).

O conteúdo, é o que os meninos têm que ver durante o ano. A gente tem que ensinar o conteúdo certinho, para eles aprenderem. (LOGE).

Conteúdo escolar é tudo aquilo que está proposto na grade curricular da escola. (DANDI).

É tudo que envolve a vida do aluno e da comunidade. (BENGO).

87,9% das falas afirmaram apenas que o conteúdo escolar é tudo o que está previsto na grade curricular, enquanto que apenas 12,1% sinalizaram que além do que está previsto na grade curricular é também a realidade do aluno na sua comunidade.

Silva, (1999, p. 46) discutindo essa problemática alerta para a necessidade de se compreender que o “currículo não é um corpo neutro, inocente e desinteressado de conhecimento”. Não é apenas um veículo através do qual se organiza e se desenvolve “[...] um bloco de disciplinas, com procedimentos, técnicas e métodos de ensino” Macedo, (2008, p. 80). Pelo contrário, assim como a cultura, representa um campo de luta, tensão e poder. É preciso compreender que o currículo está no centro do fazer educacional, pois é através dele que é legitimado esse ou aquele corpo de conhecimentos, isto é, qual o conteúdo é tido como válido ou não para ser trabalhado pela escola. Por isso, não se pode limitar. “O currículo desenvolvido na escola” há apenas uma dimensão de instrumento de veiculação do conhecimento oficial, ignorando o contexto histórico e cultural da comunidade. Ainda segundo Silva,

A cultura é campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla. A cultura é, nessa concepção, um campo contestado de significação. (SILVA, 1999, p. 133-134).

Isso implica dizer que ao corpo docente é imperativo a definição sobre qual visão de mundo se pretende trabalhar para que os(as) estudantes não apenas se situem e se posicionem quanto a forma de verem o mundo mas também quanto a forma de se verem no mundo. Nesse contexto, a cultura ocupa papel de destaque quando trabalhada de maneira crítica, construtiva e inclusiva. Buscando aprofundar essa discussão, foi proposta ao corpo docente mais um problematização:

Posicionamento do grupo de docentes sobre se a escola, de fato, trabalha os conteúdos oriundos do saberes da comunidade. (Tabela 07).

A gente tenta trabalhar na sala os conteúdos da história da comunidade, tenta trabalhar isso com o aluno. (CUENZA).

Eu ouço falar, mas trabalhar mesmo só no tempo do projeto Raízes”. (CUENZA).

A escola procura trabalhar os valores culturais da comunidade, inclusive temos o Projeto Raízes. (MBRIDGE).

Ultimamente tem valorizado bastante, tem o Projeto Raízes. (CAPAROLO).

Eu não trabalho isso não, porque isso é trabalhado no projeto raízes, e eu não participo, mas esse ano eu vou começar a trabalhar com isso, já estou até apresentando, meu projeto é sobre agricultura familiar. (GIRAUL).

A escola trabalha pouco, deveria trabalhar bem mais. (BENGO).

É que eu estou começando, ainda não tenho esse conhecimento. (CAPAROLO).

Tem o Projeto Raízes que todo ano a gente confecciona matérias que são expostos na praça. (DANDI).

Muito superficialmente. (QUEVE).

O projeto raízes apresenta algumas culturas da comunidade aqui na escola. (CUANZA).

A cultura da comunidade vem sempre só na época da consciência negra que vem mais conteúdos escolares. (LONGA).

As falas que foram agrupadas são bastante reveladoras de como a escola tem se posicionado com relação à cultura ou aos saberes da comunidade, ou seja, 36,3% afirmaram que pensam que a escola não trabalha os conteúdos da comunidade; 18,2% não se habilitaram a responder; 18,2% afirmaram que isso fica mais na tentativa do que na realização, e 27,3% se posicionaram pela afirmativa de que a escola trabalha os conteúdos do contexto da comunidade, porém de maneira superficial.

Ao relacionar os conteúdos das falas anteriores e destas, chega-se a algumas conclusões. Embora nas abordagens anteriores se diga que a escola trabalha os saberes da comunidade, na realidade percebe-se que ela tem priorizado apenas os conteúdos enquanto grade curricular. E isso reforça a reflexão de que realmente o Projeto Raízes acontece de maneira pontual e não faz parte das atividades pedagógicas cotidianas da comunidade, como chegou a ser cogitado.

Tinha que dar mais ênfase nas questões da cultura da comunidade. Eu mesmo como sou uma professora nova, eu trouxe um projeto de leitura, trouxe o livro Vidas Secas, fiz um projeto, apresentei o filme para os meninos. A gente tentou mostrar um pouco não é? Porque o pessoal que trabalhava Língua Portuguesa estava fraco, aí não dá para mostrar o livro todo. (MBRIDGE).

A abordagem acima sinaliza certa carência de embasamento teórico para tratar de temáticas sobre cultura negra, ou diversidade cultural. As falas agrupadas, acima,

deixam transparecer que a escola não vem conseguindo sistematizar os saberes culturais da comunidade e, também por isso, não tem conseguido construir estratégias de sua inclusão no currículo escolar. Percebe-se, também, que algumas(uns) pensam que trabalhar a cultura de uma comunidade quilombola como a do Mucambo é o mesmo que, ou apenas, abordar a problemática do nordestino(a), da pobreza do meio rural ou do sertanejo(a). Mesmo assim, com ênfase mais nos aspectos negativos, numa perspectiva de não valorização da suas culturas.

Isso coloca para a escola desafios que exige repensar o seu papel, sobretudo quando se trata de uma escola como a Dr. Abílio Farias que, além disso, não é uma escola como outra qualquer. Sendo assim, ela tem que ser olhada e trabalhada como a escola do Mucambo, uma instituição educacional com possibilidades e necessidades particulares. Pode-se até afirmar, com maior grau de dificuldades, como o problema do preconceito e da discriminação raciais, presentes nos seus domínios externos e internos. Por outro lado, tem à sua disposição alguns facilitadores político-pedagógicos, como, por exemplo, a riqueza étnico-cultural do seu entorno, a energia e a disposição das crianças e da juventude para cultivar as suas expressões e valores étnico-culturais, bastando, para tanto, serem motivadas como tem sido demonstrado pelos jovens e crianças durante as realizações do Projeto Raízes e/ou dos variados festejos, sobretudo o junino, ou com os recursos naturais prezados pela comunidade, como abordo mais abaixo.

Posicionamento dos(as) respondentes sobre o conhecimento da LEI 10.639/2003.
(Tabela 08)

De todas as professoras e professores entrevistados(as) apenas Bengo, Rio Africano afirmou conhecer a Lei 10.639, o que representa apenas 9% das falas. Os outros 91% a desconhecem. É evidente que o enfrentamento da prática do preconceito e da discriminação raciais e a efetiva implantação das políticas públicas no que diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, extrapolam o âmbito da Escola Dr. Abílio Farias, embora não a isente. Isso exige ações concretas dos entes públicos de todas as esferas, principalmente dos segmentos educacionais, assim como da própria sociedade. Porém, no contexto do estudo, as principais diretrizes e atribuições para a sua efetiva concretização são do poder público municipal. Silva

(2003), defende a necessidade do estado, em cada uma de suas instâncias, agir de maneira discriminadora positiva para uma efetiva reparação e inclusão do estrato étnico racial negro na sociedade brasileira.

Contudo, no município de Barreiras, não existe nenhuma iniciativa emanada do poder executivo municipal respaldando, por exemplo, a LEI 10.639. Apesar de seus sete anos de vigência. Na realidade, a Câmara Municipal de Barreiras, há 05 anos, colocou para o executivo municipal a obrigatoriedade da aplicação desta Lei. A determinação foi exarada pela Lei n. 676/2005, com a seguinte Ementa: “Torna obrigatória a temática sobre a Cultura Popular e Cultura/História Afro-Brasileira no sistema de ensino municipal tendo como base a lei 10. 639 de 09 de janeiro de 2003, e dá outras providências”. Anais da Câmara Municipal de Vereadores, (2005 s/p.).

Sem entrar no mérito de sua truncada redação. Importa frisar, que apesar de sancionada, ainda não saiu do papel, aliás, na Secretaria Municipal de Educação nem se quer sabem da sua existência. Isso reforça a evidência do descaso e da omissão do poder executivo para com uma dupla determinação legal. Relacionando esse fato à realidade vivida pelos(as) mucambenses, observa-se mais uma expressão de racismo institucional praticado também no município de Barreiras.

Ao se discutir o contencioso existente nas relações étnicas raciais no povoado do Mucambo, é necessário considerar que a escola Dr. Abílio Farias além dos estudantes da sua comunidade, recebe também estudantes das seguintes localidades: Mucambo de Cima, Gameleira, Ponta D’água, Riacho D’água e Prata. Embora no conjunto, a maioria seja da etnia negra, essa realidade exige da Escola um direcionamento diferenciado, orientado pela responsabilidade e determinação para os encaminhamentos não só das diretrizes didático-pedagógicas, mas também das questões étnico-raciais. Esse contexto ao mesmo tempo em que exige um trabalho diferenciado e qualificado também oferece a oportunidade para se construir uma práxis inovadora.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana (2004, p. 16), provocam a pensar que já é tempo de se enfrentar o equívoco de que “[...] o mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento só atinge os negros”. Pela sua abrangência e profundidade se transformou em uma condição estruturante na formação histórica e social do povo brasileiro ocupando, assim, o imaginário de todos os segmentos étnicos raciais que o compõem. E continua as Diretrizes: “Pedagogias de

combate ao racismo e a discriminação elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas tem como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra”.

Além disso é necessário pensar que a realidade da escola do Mucambo também se constitui em um campo que urge ser melhor trabalhado pelo Campus IX da Universidade do Estado da Bahia.

Ainda em sintonia com as Diretrizes Brasil, (2004, p. 16), “a construção de estratégias educacionais que visem ao combate do racismo, é uma tarefa de todos os educadores independente de seu pertencimento étnico-racial”. A adoção de tais estratégias, por certo, convida a contemplar, em seu bojo, a vida viva da comunidade do seu entorno, pois combater o racismo e buscar a construção de uma sociedade mais igual, extrapola a tarefa dos(as) educadores(as).

Por outro lado, porém, a própria LDB 9394/1996, em seu Artigo 26A confere autonomia aos estabelecimentos de ensino para compor os projetos pedagógicos, orientando, inclusive, que esses estabelecimentos se valham, entre outros, da colaboração das comunidades onde as escolas estejam inseridas para inclusão de seus saberes e fazeres, para a valorização da cultura que lhes são próprias.

Dessa forma, apesar de todos os percalços que se possam alegar, há que se considerar que os(as) estudantes da Escola Dr. Abílio Farias, em particular, e a comunidade do Mucambo como um todo, há muito esperam e exigem ações concretas em busca de um efetivo combate ao preconceito e à discriminação raciais lá enraizados, pois como afirma as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (p. 14) a escola, em conjunto com outras instâncias, não necessariamente escolares deve empreender a reeducação das relações étnico-raciais como forma de combater o racismo, destacando que “As formas de discriminação de qualquer natureza não têm seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e as discriminações correntes na sociedade perpassam por ali”. Nessa perspectiva, Pereira, (2010, p. 36; 38) escreve:

[...] ninguém nasce discriminando os outros *a priori*. As pessoas vão se tornando machistas, racistas, homofóbicas e intolerantes à medida que, em sua socialização primária vão recebendo informações distorcidas sobre os outros. [...] podemos desaprender e reaprender a ver o mundo e as pessoas à nossa volta. Podemos contribuir com nossos estudantes e com nós mesmos para repensar, refletir e modificar nossos modelos mentais. (Destaque da autora).

E, nesse sentido, por tudo que o Projeto Raízes já conseguiu encaminhar, se devidamente trabalhado, pode se tornar em uma ferramenta de grande utilidade.

Posicionamento do grupo docente sobre a existência de discriminação e/ou preconceito raciais na escola. (Tabela 09)

Os conteúdos das falas deste bloco assim como as falas que o antecedem, sinalizam que na Escola Dr. Abílio Farias não existe um trabalho organizado para se discutir e/ou trabalhar a cultura AfroBrasileira, muito menos a História Africana, conforme determina a Lei 10.630/2003, uma vez que quase a totalidade do corpo docente a desconhece, assim como 100% desconhecem a Lei 11.645. Isso é agravado pelo fato de que a maioria das(os) docentes tem dificuldade para identificar o preconceito e a discriminação raciais explícitos ou velados que permeiam o fazer da Escola. Algumas professoras e professores até que o percebem, porém, muitas vezes de maneira distorcida, ingênua ou, até, preconceituosa. Outras(os) por falta de embasamento ou quem sabe de determinação para enfrentá-los, acomodam-se ou agem de maneira superficial ou inadequada. Por exemplo:

Se tem preconceito na escola? Tem muito preconceito. A escola estava tentando organizar uma peça composta por alunos negros, e os negros não queriam se mostrar, aí eu falei: *vocês não vão como escravos*, vocês vão como negros que venceram na sociedade. E eles mesmo assim não queriam participar da peça por que tinham vergonha, eles não vêem seu valor na sociedade. Por isso, eles mesmos têm preconceito. (CATUMBELA. Grifo meu).

É inegável que o longo histórico da escravização praticada no Brasil impacta a todos(as), direta ou indiretamente. Por outro lado, é inaceitável admitir que o estado de marginalização e guetificação em que ainda vive o estrato étnico racial negro da sociedade brasileira, incluindo o Mucambo de Baixo, sejam apenas resultados residuais do nosso longo período da escravização. Nesse sentido, é gritante que uma escola como a do Mucambo, com as necessidades impostas pelas suas particularidades ainda não consiga confrontar o estigma da escravização, e continue abordando-o apenas de maneira pontual, distorcida ou descontextualizada.

Por mais que se tente ocultar, o problema étnico aparece no espaço escolar de modo bastante consistente. As profissionais da escola não

se sentem responsáveis pela manutenção, indução ou propagação do preconceito. Mas, tendo em vista a realidade do problema, cria-se, então, a necessidade de responsabilizar alguém pela sua ausência. Nessa hora, as vítimas passam a ser as culpadas pela situação. (CAVALLEIRO, 2000, p. 67).

Por outro lado, esses problemas têm sido agravados pelos estereótipos criados e praticados historicamente pela sociedade brasileira e que, infelizmente têm encontrado grande eco também, nas relações sociais e escolares do Mucambo. O que tem contribuído para um sentimento de autorejeição, principalmente entre as crianças, características assumidas por pessoas estigmatizadas.

“Os estereótipos, por sua vez, dão origem ao estigma que, imputado ao indivíduo negro, dificulta sua aceitação no cotidiano da vida social, impondo-lhe a característica de desacreditado”. Cavalleiro, (2000, p. 24). O estigma, relacionado à negritude funciona como um traço, um carimbo que, na concepção de Goffman, (1963), se torna em mecanismo que impede o(a) estigmatizado(a) de perceber seus atributos, uma vez que as relações sociais fazem recair sobre ele(a) uma visão de inferioridade pré-concebida e estigmatizante.

CAPÍTULO 4
ANÁLISE DOS DADOS E ACHADOS DA PESQUISA

4.1 CONFLITOS, VIVÊNCIAS E AMUCAMBAGENS NO COTIDIANO DA EXISTÊNCIA

4.1.1 Preconceito e discriminação raciais: desafiando o tempo histórico

Embora uma expressiva parcela das pessoas que vivem na micro região do Oeste da Bahia seja de não brancos, o povoado do Mucambo, proporcionalmente, é a localidade onde se concentra o maior contingente populacional de pessoas negras. Arelado a isso, o oeste baiano, como um todo, vive uma pujante expansão agrícola protagonizada sobremaneira por migrantes do Sul do Brasil que, por sua vez, propicia um grande desenvolvimento econômico conservador no campo e na cidade, concomitante com a valorização e apologia da cultura desses, em detrimento da cultura nativa, em especial a afrodescendente.

Aliás, desde o período do Brasil Colônia sempre houve e, de maneira menos intensa ou reinventada, ainda há, o cultivo hegemônico dos valores culturais eurocêntricos em detrimento da cultura nativa ou de matriz africana, valores dominantes esses que são reelaborados de maneira seletiva conforme a necessidade temporal e espacial detectada pela elite dominante. Na micro região do oeste baiano e, por conseguinte, no Mucambo não foi nem é diferente.

Sem querer generalizar, os três episódios discutidos logo abaixo são um bom extrato dessa realidade. O primeiro é a abordagem a seguir, publicada na Revista Agronews, na seção opinião, uma espécie de editorial da revista. A matéria é intitulada “Reféns do Zé Povinho”.

O retrato da região oeste da Bahia é o mesmo que o do país. A classe média que paga muito mais impostos e que só tem deveres pelos quais não recebe nada em troca, é refém do Zé Povinho. O Zé Povinho é a maior parcela da população, e possui pouca ou nenhuma instrução, sobrevive na informalidade e só paga impostos sobre o que come, quando compra, e pelo transporte que usa, ou embutido nos remédios que consegue adquirir. Sua principal meta é não perder a esmola dos governos municipais, estaduais e federal, traduzidas em bolsa-família, cestas básicas, caminhões pipa levando água onde quase não chove (mas também não tem cisternas), um arremedo em saúde e educação e nenhum emprego. **O Zé Povinho, descendente em geral, de africanos escravizados** e destituídos de qualquer cidadania, é alienado porque ignora tudo e, em sua maioria, já nasceu numa família assim, que **para conseguir alguma coisa teve que se tornar venal e**

sobreviver na malandragem, muitas vezes. Esta gente humilde, que só pensa o dia inteiro como vai encher o estomago ou pagar o aluguel de seu barraco, sem falar do leite das muitas crianças que não sabem ou não querem evitar, não acredita que seu voto pode mudar sua vida para melhor. Por isso continuam votando nos lulas que infestam o país e que lhes dão algumas esmolas e lhes fazem promessas mirabolantes que nunca cumprem. Enquanto isso a classe média que pensa porque estudou, trabalha duro e faz a riqueza deste país, quase toda roubada pelos muitos gatunos instituídos pelo voto, não recebe saúde, educação e nem estradas trafegáveis, apesar de trabalhar três meses por ano para o governo. E ainda leva nas costas o Zé Povinho que sempre decide as eleições. Sabem quando esta situação vai mudar? Nunca! Simplesmente porque **o Zé Povinho só se reproduz criando mais bocas marginais que mais tarde vão nos furtar e assassinar por qualquer bem material que, sabem, nunca vão possuir.** Uma solução é ir embora deste país corrupto, procurar um lugar decente para morar, onde tenhamos também direitos e não apenas deveres, sem carregar mais ninguém nas costas além de nossas famílias. **Alguém pode perguntar: mas o que isso tem a ver com o agronegócio? Tudo!** Uma coisa está pendurada na outra. Se não precisássemos sustentar o Zé Povinho, que elege a maioria dos corruptos que nos governam e que nem sabem administrar a despesa de suas casas, sobraria dinheiro para técnicos competentes investirem em planejamento familiar, educação, saúde, estradas, ferrovias, portos e na agropecuária, **que alimenta 180 milhões de bocas, gerando superávit na balança comercial com a exportação de grãos e carne.** Por causa da ignorância do Zé Povinho e dos políticos incompetentes e corruptos, estamos enfrentando em parte a crise na agricultura e todos os problemas que assolam e prejudicam o país. Caso da tributação exagerada, da saúde e da educação precárias, da violência que fugiu do controle e da burocracia burra. Mas não somos nós apenas que estamos descontentes. Há uma minoria entre os políticos brasileiros que ainda batem com o punho na mesa e se exasperam contra as falcatuas que parecem normais para a maioria. Há aqueles, como o senador Jefferson Peres (PDT-AM), que em 30 de agosto passado, disse no plenário para seus pares que gostaria de estar discutindo sobre as riquezas naturais do país e não sobre a dilapidação do capital ético. Falou que é preciso investir em capital humano e que este é país do faz-de-conta. Disse também que um país que tem um Congresso desse e uma população deste nível, que compactua com as falcatuas é de se lamentar. Vou continuar nesta vida pública para quê? Para mim chega! Elejam quem quiserem. Podem eleger até Fernandinho Beira-Mar para presidente, sem o meu voto, reiterou com profundo desalento. Estou com ele! (JUNGES, 2006, p. 3. Grifos meus).

O segundo episódio diz respeito a uma reportagem da Revista Veja, intitulada, O Cerrado Domesticado, eis o primeiro parágrafo da mencionada reportagem:

Há sete anos o administrador paulista Sérgio Santos abriu o restaurante Confraria da Cerveja, para oferecer refeições mais elaboradas aos expoentes do agronegócio de Barreiras, no oeste

baiano. No início, ficou chocado com o hábito da clientela de pôr adoçante nas taças de vinho. “É muito seco”, reclamavam alguns. Santos não desistiu do processo civilizatório e foi a Salvador contratar um chef. Trouxe de lá o belga Thierry Dermeiren, que só serve carnes argentinas e uruguaias e cortes dos melhores fornecedores do Sudoeste. Aos poucos os enriquecidos pela soja, pelo milho e pelo algodão passaram a lotar o estabelecimento. Barreiras conta, ainda, com um restaurante japonês, uma concessionária Land Rover e outra Mitsubischi, que vende cinquenta caminhonetes por mês e é uma das mais bem sucedidas dessa marca no país. A rede de móveis DellAnno mantém em Barreiras sua maior revendedora no país inteiro (COUTINHO, 2010, p. 100).

O terceiro episódio é um relato de uma realidade experimentada por mim mesmo. No dia 25 de outubro de 2010, a convite da Escola Monteiro Lobato S/C LTDA, instituição privada de ensino onde estuda parcela considerável da burguesia barreirense, local em que fui proferir uma palestra para duas turmas do Ensino Médio, intitulada: A condição do negro na sociedade contemporânea e as cotas para afrodescendentes nas universidades públicas. Embora sempre relute em realizar atividades docentes em instituições privadas de ensino por uma série de circunstâncias. Ponderei, com o desenvolvimento da atividade solicitada poderia contribuir para problematizar a questão da discriminação e do preconceito raciais existente principalmente nesse estrato da sociedade local e regional. Isto principalmente após a alegação da professora solicitante de que com a atividade se pretendia particularmente problematizar a resistência ao sistema de cotas raciais nas universidades públicas e o preconceito racial reinante entre os estudantes do estabelecimento onde lecionava.

Penso que não seria necessário dizer que nas duas turmas praticamente inexistia estudantes não brancos – apenas dois – nenhum negro. Discorri durante cinquenta minutos, de maneira acadêmica, científica e respeitosa, sobre a histórica contribuição dos negros e das negras para a constituição sócio, econômica e cultural da nação brasileira e a também histórica e sistemática exclusão deles(as), de nós, do sistema formal de educação e sobre a realidade contemporânea sócio, econômica e educacional dos afrodescendentes como argumento para a existência do sistema de cotas, dentro do contexto das políticas de ação afirmativa.

Após essa primeira parte, seguindo o roteiro da proposta do trabalho, abrimos espaço para a participação dos estudantes. As problematizações foram acontecendo quase que absolutamente no sentido de contestação da abordagem feita por mim,

embora em um clima de discordância, com razoável concentração. Porém, em dado momento um estudante pediu a palavra e assim se pronunciou:

O senhor passou o tempo todo falando da contribuição dos negros para a construção do Brasil, e que o desenvolvimento que o Brasil conseguiu alcançar se deve principalmente aos negros. Professor, eu lhe pergunto: então não seria bem melhor voltar a ter a escravidão no Brasil?

A agravante a esse insulto e expressão de intolerância racial foi expressada logo em seguida, à sua abordagem, pois o tal estudante foi imediatamente ovacionado na sala pelos(as) seus(as) pares. Aplaudiram-no como se fosse um verdadeiro ídolo ao executar algo excepcional.

A publicação veiculada na Revista Agronews Oeste, o meu relato pessoal e a reportagem da Revista Veja, embora não retratem a totalidade do pensamento dos(as) migrantes radicados no Oeste baiano, representam bem a arrogância evidenciada por muitos(as) implícita e/ou explicitamente, sem falar na subliminar prepotência econômica e étnica, entre outras, que campeia na região. É com esse cenário que convivem e interagem também os(as) Mucambenses na trajetória da construção da sua identidade étnica racial.

A propósito, os dados da pesquisa oriundos das informações dos quatro estratos de colaboradores que a compuseram, ou seja: adultos, jovens, estudantes e professoras(es), cinco componentes da família Vieira, e outros sujeitos que com ela contribuíram diretamente, apontam para o histórico estremecimento existente entre os Mucambos de Cima e de Baixo, assim como para o preconceito que permeia também historicamente as relações entre os moradores e moradoras de ambas as localidades.

As falas a seguir, resultado de um grupo focal, realizado com a família Vieira contribui para a compreensão dessa realidade. Elas estão permeadas pela minha intervenção.

A realização do grupo focal se efetivou a partir da seguinte problematização: partindo do princípio de que, no passado, o Mucambo foi um quilombo, poderiam me dizer se aqui existiu escravidão?

Escravos nunca teve não, eles inventaram essa história que aqui era quilombo, aquilo foi uma história tão mal contada, que aqui nunca foi quilombo e nunca vai ser quilombo, porque um dia vai chegar a realidade. Eu quero que eles descubram algum rasto de alguma coisa

de quilombo aqui. Foi a associação quem criou isso, foi por causa dos negros, eles baseou nos negros, a associação interessada que é muito dinheiro, tem um dinheiro que é de fazer esse quilombo daqui do Mucambo um Mucambo de primeiro mundo, e eles interessado no dinheiro, aí todo mundo achou bom. Mas antes, aqui brigava três dias se falasse que aqui era quilombo. Os negros, não queria ser quilombo de jeito nenhum. (MUCABA).

Se antes de ter a informação sobre ganhar dinheiro eles não queriam ser quilombo, significa dizer que já havia uma discussão sobre o Mucambo ser ou não um quilombo, não? Então, essa conversa de quilombo já é antiga?

Não, se você discutisse com eles e dizia eles que lá era um quilombo, ou que chamasse um deles de capitão do mato, oh! Virava uma briga de três dias por que ele era preto. O branco é que queria vingar dele, já via falar, aí começou a passar aquela novela lá na televisão, aqueles escravos, aí que eles lá brigava que virava fera. Aí quando eles descobriram, que esse presidente da associação descobriu esse dinheiro, esse por intermédio aí, ele jogou na internet querendo dizer que era quilombola. (MUCABA).

E de onde vieram os negros para o Mucambo?

Uns vieram das Lavras, os Vieras trouxeram eles mas já não era mais escravos, eram libertos, eles compravam lá e traziam pra aqui. Os Vieira era proprietário de escravos. Quando teve a lei que libertou os negros, eles vieram embora mas trouxeram os negros. Os negros mesmo vieram querendo acompanhar seu senhor, mas não trazido como escravos. (LUVILI).

Eles compravam os negros e traziam para aqui?

Era. Quando tinha escravos pra vender eles comprava, mas não pra trabalhar como escravo. (CANDA).

Esse negócio de comprar não tá certo não, os mais velhos falava que eles vinha mais era acompanhando os Vieira mais não trazidos como escravo não [...]. (MUCABA).

Mas, se com o fim da escravidão já não havia escravos nem podia mais vender negros, como é que eles continuavam comprando?

[...] Tá vendo? Eu tô falando que nesse tempo eles não comprava mais não. Os negros é que acompanhava por que queria vim mesmo, também por amizade. (MUCABA).

E quando é que os Vieira começaram a dar as terras aos negros? Foi quando assinaram a Lei Áurea?

Não, já fazia tempo que tinha acabado a escravidão [...]. (CANDA).

E por que é que os Vieira, seus antepassados, começaram a doar terras para os negros?

Porque era os amigos deles, aí já era amigo, eles tinha dó deles, eles tinha amor por eles porque foi criado de pequeno com eles [...]. (MUCABA).

E as terras doadas têm documentação

Não sei se tem não. Só tinha no ramo da casa grande que era do José Carlos [...]. (MUCABA).

Como é senhora?

Só tinha a casa grande que era do José Carlos que era da família dos Vieira [...]. (MUCABA).

E a casa grande, hoje, fica onde?

Era, na beira do rio, hoje já não tem mais nada só o resto de algum torrão [...]. (LUVILI).

E essa casa grande era do Jose Carlos e mais de quem?

Do Totonho Vieira e Zé Carlos que era cunhado dele [...]. (CANDA).

E a senzala, podem-me dizer onde ficava?

Senzala não tinha não! [...]. (MUCABA).

E como é que tinha casa grande e não tinha senzala?

Mas não era casa grande da escravidão não. Era casa grande porque quem um tinha um dinheirim a mais fazia suas casas grande e os

pobre que não tinha recurso fazia suas casinha de adobe, de qualquer jeito [...]. (MUCABA).

Como vocês explicam o nome Mucambo?

Mucambo é o nome que surgiu por causa que qui os coronéis tinham um tipo um cassetete né, que tem hoje como cassetete que batia nos negros, quer dizer né, que batia nos negros, e daí surgiu o nome Mucambo por causa desse cacete que batiam, foi o que meus avô passaram pra mim, né? Que eu sei até hoje. (MUCABA).

Por que o Mucambo, ele foi trazido o nome de Mucambo porque não existia ponte no rio e nem canoa, aí tinha a propriedade do outro lado do rio, nessa era já começaram a construir a fazenda, por aí uma pessoa que matava o outro e vinha pra qui, o empecilho era nadar o ri e travessar pro lado de cá, quando alguém dizia “cadê fulano que matou”, dizia: “tá mucambado”, mucambado, do outro lado, aí levou o nome de Mucambo isso aqui, assim dizia os mais velhos. (LUVILI)

Essa aí não, não. Nunca existiu! Eu nunca ouvi falar disso, não é mesmo, mãe? (MUCABA).

Mas os mais velhos tudo falava isso, disse que era assim mesmo, matavam lá para tomar a propriedade, travessava o rio pro lado de cá, aí dizia: “cadê fulano”, “tá mucambado do outro lado”. (LUVILI).

É que eu quero defender o lado certo, eu não gosto do lado errado, porque essa história, criaro essa hitória de matar, que mata até hoje, mata e corre pra qualquer lugar né?[...]. (MUCABA).

Dizem que sempre houve discriminação racial dos Brancos do Mucambo de Cima contra os negros do Mucambo de Baixo, é verdade?

Não tem jeito pra não ter discriminação não, se o senhor é professor é rico, o senhor discrimina um pobre. Não vem me dizer que não discrimina não, que você não vai passar perto dum mendigo ali, que você não vai, cê roda mais pra longe. Essa discriminação nem Lula, nem ninguém, nem Deus tira essa discriminação do mundo. (MUCABA).

Então, a senhora acha que necessariamente uma pessoa rica tem que discriminar um pobre?

Eu não acho que seja discriminar, eu acho que é por você já ter medo de um pobre, que eu já ando em Barreiras, eu não sou rica, mas eu ando em Barreiras com medo. Porque aqueles meninos, aqueles garotos, se ele chega perto de você e você pelo menos olhar para eles e você tirar as vistas, quando você vê ele já tá com aquele estilingue,

pelotando, então quem não tem medo? Quem não discrimina gente pobre, gente de rua? [...]. (MUCABA).

Mas, a senhora está falando de discriminação por causa da pobreza ou por causa da cor da pele? O que a senhora acha?

Eu vejo dessa forma, o Mucambo de Cima todo mundo era praticamente independente, todo mundo tinha suas terras, trabalhava, e o pobre dos pretos, no meu ponto de vista, irrigava um pedacim porque os Vieira dava, entendeu? E começou as rivalidade, a verdade é essa. E aí, quando eles acha uns remediado, aí eles não fica satisfeito, aí eles tem aquele ódio da gente, como esse negócio que criou essa libertação, pra não ter discriminação. Você viu o que aconteceu naquele lugar porque o rapaz falou assim “eu já, bati ni muito negro”. Os negros pegaro e mataro o branco. Então, hoje eles estão plantando uma semente perigosíssima, porque nunca aqueles escravos, os descendentes de escravos vai olhar para min, para você e para outros com bons olhos, nunca [...]. (MUCABA).

E como era a discriminação existente, aqui, no Mucambo?

Era assim, se eu soltasse meu cabelo e eu fosse no Mucambo de Baixo eles diziam que eu tava pirraçando eles porque os cabelos deles eram tudo pequeno, tudo ruim, se você fizesse assim.... (MUCABA).

Nesse momento da fala: “assim...” ela faz um gesto balançando a cabeça jogando os longos cabelos para traz, e conclui: “ficavam dizendo que a gente tava pirraçando [...]”.

Em seguida: a sua irmã faz a seguinte intervenção:

[...] A família Vieira sempre discriminou preto. Eu sou da família, mas oh, quando a gente tinha uns dezesseis anos que a gente namorava um preto, a família queria (risos) queria acabar com a gente [...]. (LUVILI).

Se os depoimentos, a seguir, não são explicitamente confirmatórios da existência da escravização no Mucambo, pelo menos da escravização clássica, apontam para a existência de trabalhos forçados. Eles contestam e colocam em xeque a possibilidade da existência de uma convivência tão amistosa entre os antepassados dos Vieira e dos antepassados dos negros, seus serviçais, como defendeu acima a Senhora (MUCABA).

[...] meu avô dizia que eles morava ali em cima, aí eles precisava de gente pra trabaiaí aí eles vinha buscar, e a pessoa tinha que ir ou ia ou

ia, porque se não ele gritava com o povo e todo do lugar escutava o grito dele. (ANGOLA).

Eis viero, o meu avô falô que por conta que eis morava perto de Macaúbas, tava com uns quatro a cinco ano que não chovia, desnortiaro todo mundo aí agora viero presses local, saiu muita gente. Vó mesmo falava que ficou um irmão dela lá ainda, eis não sabe nem da famia, se é vivo ainda. Foi mode a sequidão que teve lá que pela necessidade, viero morreno de fome pelas estrada toda vida, aí agora uns vem chegano e dano num local só e foi encostano e foi encostano o pessoal né? Meu avô falô. Falava que teve problema, aí quando chegaro né? Mas eis não explicava pra gente assim, que a gente não tinha muita cabeça pra decorá aquilo ali né? Mais eis falava nesse negócio mesmo qui fazia nego trabaiá mesmo duente ou tivesse são. Manhecia tem que trabaiá a troco de nada tinha que dá o duro dele se queresse cumê né? (OTAVIO DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA)

Nota-se que os conteúdos das falas acima, dos membros das duas históricas famílias, são bastante contraditórios, também carregados de significados pelo dito nas linhas e, principalmente, nas entrelinhas. Essa realidade vivenciada historicamente pelos mucambenses, ao mesmo tempo em que os leva a conflitar o seu pertencimento à negritude e ao se reconhecerem uma comunidade negra, leva-os também a reivindicar e assumir tal pertencimento como forma de demarcar o seu distanciamento sobremaneira dos habitantes supostamente brancos(as) do Mucambo de Cima. Essa é uma das características de identificação de um grupo étnico, segundo Poutignat (1998). Isto inclusive foi sempre evidenciado em todo o desenrolar da pesquisa, por exemplo, toda vez que era problematizada a questão da doação de terras a eles(as), pelos Vieira, as respostas negando tal possibilidade eram peremptórias ou evasivas.

Da mesma forma, a tentativa de levantar informações que pudessem levar à compreensão do submetimento ou não de seus antepassados à escravização, mesmo que remota, foi sempre infrutífera objetivamente. É como se tentássemos remexer uma ferida ainda em cicatrização, que se busca a todo custo esquecer. Se essa tentativa é problematizada com a possibilidade do tal submetimento à escravização ter sido efetivado pelos antepassados da família Vieira, aí é que a negativa fica mais dramática, evasiva. Como sugere o diálogo, a seguir, que mantive com o Sr. Egito, sobre a origem e constituição do povoado.

Quando chegaro aqui já tinha gente mais eles foram dos primeiro que viero pra cá. Eis chegaro, depois chegô esse pessoal do Mucambo de Cima, depois deles viero as pessoa das manguera, agora foi chegano e mutipricano, aí reformaro isso aqui [...]. (EGITO).

Ao questionamento sobre se já havia ouvido falar no Totonho Vieira, a resposta foi taxativa: “Não!”.

E a família Vieira, o Senhor já ouviu falar ou conhece?

Moço, não sei nem quem é essa famia! [...].

E os seus avos, por que vieram pra esse lugar?

Meu avô falou que viero pra cá atrais das terra pra prantá [...].

E como é que eles arrumaram a terra para plantar?

Ele dizia compraro do Zé Nicolau [...].

Zé Nicolau como se sabe era um dos proprietários da antiga fazenda Prata, nos tempos intermediários do povoado. Retomo a conversação e tento aprofundar a discussão através do seguinte questionamento: os seus avós falavam sobre escravidão, falavam se conheceram alguém que esteve na situação de escravo, ou se há na família deles alguém que esteve nessa situação de escravo?

Não. Meu avó falava assim, as vez sobre essa escravidão, mais não sei direito não, porque a gente não lembra de tudo, minino é bicho besta, não presta atenção, naquele tempo quando os mais vei tava conversano, minino num tinha nem direito de chegá pelo meno perto [...]. (EGITO).

Ao questionamento, mas o senhor não tem conhecimento se algum antepassado da família esteve nessa situação? A resposta foi taxativa: “Não!”.

Mesmo sendo o senhor Egito, um ancião, perfeitamente lúcido, quando se trata de pensar que um dia alguém da sua família, mesmo que um ancestral em um passado remoto, tenha sido submetido à escravização, ainda mais pela família Vieira, é como se fosse acometido de uma amnésia, quanto mais se lhe questiona, mais acentuadas ficam as negativas de um passado de submissão. Aliás, esse é o posicionamento dos(as) habitantes do Mucambo de Baixo. Rechaçam, peremptoriamente, a possibilidade de que

esses históricos rivais tenham algum dia, logrado a proeza de submeter-lhes ao seu jugo. É interessante observar que atualmente, tal rivalidade deixou de existir de forma concreta, está mais no campo subliminar, imbricado no contexto da ideologia da democracia racial. Não que, com isso, tenha deixado de ser notada pelos(as) mucambenses.

Embora haja a negação do submetimento dos negros do Mucambo de Baixo à escravização pelos supostamente brancos(as) do Mucambo de Cima, assim como uma grande dificuldade dos mucambenses de baixo em resgatar e patentear a história de tal submetimento, em um passado remoto, ocorre o contrário quando se trata do presente, ou de um passado recente, a histórica rivalidade existente entre eles(as) e a prática do preconceito e da discriminação raciais e social, é reconhecida quase que unanimemente, por ambos os lados. É como se essa prática não tivesse história, ou que, dar-lhe sentido histórico, significasse para os(as) mucambenses de baixo, admitir que seus antepassados não só sofreram as dores da escravização mas, acima de tudo, que os descendentes dos seus possíveis algozes se encontram ali tão próximos, alguns deles(as), inclusive, alimentando até hoje, de uma ou de outra maneira, um ar de superioridade.

É notório que a discriminação histórica sofrida pelos(as) mucambenses de baixo, não tem ficado sem respostas, principalmente entre as crianças e os jovens que têm construído seus mecanismos de defesa, por exemplo, quando taxados de “nego pixaim, cabelo de Bombril”, entre outros, revidam com branco amarelo, “branco azedo”, entre outros.

A seguir, alguns depoimentos de moradores do Mucambo de Baixo a respeito do preconceito e da discriminação raciais.

Eu acho assim, de uma forma indireta, assim, o grupo do Mucambo de Baixo sofre ainda preconceito do povo do Mucambo de Cima [...]. (CAIRO).

Olha, eu sou até suspeita pra falar, porque eu sou negra e meu pai era branco e casou com minha mãe, que é negra e ate hoje a gente sente na pele que na família da gente não é aceita por ser negra, porque minha mãe sofreu muito também na família de meu pai. (LUCALA).

Tem muitas pessoas aqui que os antepassados foram negros mas tem vergonha porque o povo daqui da comunidade é racista [...]. (CHADE).

Pelo visto, a prática do preconceito e da discriminação raciais, o que, também, é uma realidade para além de suas fronteiras, de maneira explícita ou velada, continua

permeando o fazer cotidiano no Mucambo. O “texto” e contexto com que convivem, ao mesmo tempo em que reforçam a necessidade e a disponibilidade para a defesa de alguns de seus valores étnicos raciais, têm contribuído grandemente para tornar problemática a construção da identidade étnica pela comunidade, sobretudo pelas crianças e jovens.

Assim, é interessante atentar que a identificação do nome do povoado, para Miranda (s/d), é um importante elemento histórico de fomento à construção e preservação da identidade. Macedo (2008, p. 24), por seu turno, chama a atenção de que, muitas vezes, as pessoas constroem as épocas de transição sem se darem conta de que o fazem, até porque, “as suas práticas sociais mudam aos poucos e não raro são tratadas ‘como um número’”. (Aspas do autor). Nesse sentido, é importante atentar para o fato de que a memória do passado desempenha um papel de destaque, principalmente no caso do Mucambo, que não dispõe de documentação formal.

Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa identidade e continuidade dependem inteiramente da memória, pois é ela que pontua o passado e busca os interstícios pretéritos. (MIRANDA, s/d. p. 9).

Na realidade do Mucambo esse rememorar do passado é bastante emblemático, pois os mucambenses de baixo, convivem ainda hoje com os mucambenses de cima, cujos antepassados, ao que tudo indica foram senhores de escravos dos seus próprios antepassados. Pelo visto, essa realidade criou marcas que se transformaram em estigmas. Talvez, por isso, embora os mucambenses tenham as suas versões sobre como se originou o nome do povoado, eles as expressam de maneira muito vaga e pulverizada, conforme se depreende dos depoimentos a seguir:

Tem aquela história do Mucambo dos coiteiros, de acordo alguns moradores antigos aqui da cidade, antigamente aqui era um coito de negros né? Que eram fugitivos que vinham para cá, outros falam que aqui ficavam os fazendeiros com as pessoas que eles colocavam para trabalhar. Aí pra não pagar as pessoas colocavam aqui e matavam, aí falava que mucumbou-se para sempre, desapareceu as pessoas, e aí a gente não sabe realmente qual é a verdadeira história do Mucambo. (LUCALA).

De qualquer sorte, quando o assunto é a formação do povoado, as abordagens que sinalizam com a possibilidade de ele ter se iniciado a partir de um grupamento de

pessoas que se deslocaram das Lavras para o Mucambo onde passaram a se organizar em uma perspectiva de acoitamento, embora com certas reservas, são as mais consensuais entre os dois grupos.

4.1.2 Os conflitos com a etnicidade vivida pelos mucambenses

Posicionamento do grupo de jovens e adultos sobre o que dificulta ao Mucambo a assunção de que é uma comunidade quilombola. (Tabela 10).

As abordagens sobre essa temática não são autoafirmações e sim percepções particulares dos respondentes sobre a visão de mundo mais ou menos generalizada na comunidade.

Tem muitas pessoas aqui que os antepassados foram negros mas tem vergonha porque o povo daqui da comunidade é racista. (COTONU).

Acho que é por medo de ser quilombola, porque não gosta de ser negro (DJIBOUTI).

As pessoa pensa que se for quilombola, vão tomá as terra e dá pra todo mundo, vai vim gente de fora, nem sabe que se fo mesmo quilombola é que vai tê direito das terra e di recurso pra benfeitoria. (CAIRO).

Todos os dados deste bloco de discussão são em si significativos. Todavia, chama a atenção que a média de 24% das falas afirmou que a dificuldade em se assumirem quilombola resulta dos empecilhos colocados pela política. Com relação a negritude, sabe-se que a comunidade é distinguida principalmente por essa característica, porém, uma das falas afirma que os antepassados é que foram negros, isso sinaliza uma não percepção de que ela não deixou de ser negra. Todavia, quando 16,6% das falas dos jovens afirmam que a dificuldade da comunidade se assumir quilombola se deve à vergonha por causa do racismo existente no povoado, alargam-se as problematizações. Por serem somente os jovens que apontam esse problema, pode soar inconsistente, porém, há que se considerar que esse grupo foi o que se mostrou mais disposto a externalizar suas contradições. Muito embora a média de 12,5% apontando a falta de conhecimento do que é ser quilombola possa ser pensada como um sinal de que alguns já vislumbram que o conhecimento refletido sobre o que constitui, na prática, uma

comunidade quilombola, seja um dos caminhos para que a comunidade possa, com conhecimento de causa, decidir se quer ou não se assumir enquanto tal. O conteúdo dessas falas também pode ser interpretado como uma crítica ou autocrítica quanto a ausência de discussão no interior do grupo.

A outra fala diz que a dificuldade está relacionada ao medo de ser quilombola, pois isso implica em assumir a negritude, uma vez que, para eles, quilombo é sinônimo de negritude. Talvez essa fala possa ser uma síntese da denúncia da presença, nas suas visões de mundo, de estereótipos construídos a partir da ideologia da elite branca dominante que persiste, desde alguns séculos atrás, objetivados na equação: negro igual a escravo. Como escreve Silva (2002, p. 849): “No fim do século XVII, ao se falar de escravos, pensava-se em negro”. Como vemos, essa ideologia perpassa os tempos históricos e continua prestado um desserviço a desconstrução do estigma da naturalização do enquanto escravo. É preciso, além de relembrar, também problematizar, que na história da humanidade a prática da escravidão foi uma constante independente da cor da pele, da “raça” ou etnia tanto de escravizadores quanto de escravizados, sobremaneira a escravização de grupamentos brancos por outros também igualmente brancos.

As falas acima, confirmam algumas informações, por exemplo, de que as relações no povoado são permeadas pelo preconceito e a discriminação raciais, que eles(as) próprios(as) denominam por racismo, sinaliza também que os(as) mucambenses são capazes de identificar algumas práticas vinculadas ao tal racismo, muito embora, mais das vezes tais práticas sejam veladas. Percebe-se, também, que ao mesmo tempo em que (re)afirmam, têm dificuldades para assumirem a identidade negra como também a quilombola. Isso pode também ser o reflexo do cerceamento a que estão expostos na sua própria territorialidade, o que é visivelmente um fator de constantes constrangimentos. Afinal, como afirma Bandeira (1988, p. 299) “O preconceito racial vivido concretamente assume sua feição violenta e dolorosa, impondo sofrimento moral à comunidade”. Por outro lado, Poutignat (1998), ensina que os constrangimentos étnicos, reforçam nos grupos discriminados a disposição de reafirmarem o seu pertencimento étnico.

Nesse sentido, é visível que os(as) mucambenses cultivam várias características étnico-raciais e culturais que os identificam enquanto comunidade negra rural, quiçá quilombola. E, em grande medida, assim se concebem. Porém, o meu entendimento é

que a mesma etnia com que se distinguem e são distinguidos, os têm colocado em desvantagem no contexto social. Nesse sentido pode-se dizer que Gusmão, 1995, p. 231) afirma que eles têm a “[...] ‘raça’, enquanto descendência, o elemento detonador da lógica social constituída [...]”. (Aspas da autora). Contudo, ela denuncia também, que: “O processo histórico e político, que transforma a diferença em desigualdade [...], expõe os processos políticos de sua exclusão como camponês e negro”. Vê-se que isso se assemelha ao que se observa no Mucambo, as circunstâncias sociais, étnicas e históricas em que estão inseridos lhes colocam alguns dilemas, percebem-se enquanto camponeses, negros e até quilombolas mas, concebem também que a defesa da identidade fundamentada nesse tripé, tem mais possibilidade de lhes ser ainda mais problemática do que lhes conferir alguma vantagem. Continuando com as contribuições de Gusmão:

O processo de “tornar-se negro”, ou seja, o processo de politização da “raça” passa pela exclusão, já que [...] a troca da pele, o embranquecimento, resulta de muitas tentativas de “integração social do negro no mundo dominado pelo branco” e o conduz à alienação. (GUSMÃO 1995, 231. Aspas da autora).

Defende ainda a autora, que a violência histórica em que estiveram expostos os afrobrasileiros “[...] tem feito com que a busca de um reconhecimento mínimo de dignidade humana faça-se na negação da sua exterioridade [...].” No Mucambo, a existência dessa realidade acrescidas do equivocado encaminhamento dado para o seu auto-reconhecimento, da falta de conhecimentos sobre o arcabouço legal e da necessidade da organização interna que respaldam o trâmite para a competente legalização de uma comunidade “remanescente de quilombo”, bem como sobre seus direitos e deveres têm contribuído para fazer aflorar alguns dilemas, inclusive relacionados à assunção da identidade quilombola.

Em continuidade, ainda, com esse bloco de discussão, a média de 20% das falas que apontaram o medo de perder as terras como uma das dificuldades para a assunção da identidade quilombola, por ser emblemático exige uma particular abordagem. O medo de perder as terras que contribui para dificultar a assunção da identidade quilombola é o mesmo que anuncia o sentimento de pertencimento a ela. Talvez, a própria associação de moradores pudesse trazer essas questões para serem discutidas no seio da comunidade e, com isso, pudesse se apropriar de informações que lhes

conferisse um pouco de estabilidade na caminhada, até porque se quiser, de fato, defender as suas terras enquanto comunidade de quilombo, predados não lhe faltam, pois como afirma Brito:

Comunidades quilombolas não são apenas aquelas formadas durante o regime escravista e relacionadas apenas a ocupação secular de terras. A formação de quilombos se relaciona fundamentalmente ao reconhecimento de uma identidade e de pertencimento a um território, que deve ser feito pelo próprio sujeito que se reconhece. (BRITO, 2009, p. 17)

Convém considerar, também, que dentre as diversificadas comunidades de quilombos contemporâneos existentes, cada uma tem a sua particularidade, assim como o Mucambo tem a sua, e só como tal se pode compreendê-la e, acima de tudo se compreender a comunidade como um todo. Continuando com (BRITO, 2009):

O reconhecimento da identidade étnico-racial se realiza pelo próprio grupo que se reconhece e é peculiar a cada comunidade quilombola específica, já que a formação da identidade quilombola não acontece da mesma forma em todas as comunidades. (p. 25).

Porém, é importante se reconhecer que se os(as) mucambenses, não conseguem objetivar uma identidade quilombola, subjetivamente a (re)afirmam, como tentaremos evidenciar adiante. Por outro lado, o problema com a identidade não é uma excepcionalidade, pois segundo Giacomini (2010, p. 18): “[...] algumas comunidades que, atualmente, se afirmam como quilombolas até pouco tempo atrás não sabiam o que significava este termo”. Nessa perspectiva, pode-se pensar que também a comunidade do Mucambo, embora não domine tais conceitos, no cotidiano os praticam. Um exemplo é a sua identificação com a territorialidade. Até porque, “[...] a territorialidade na construção da identidade étnica, é o ponto mais importante da estrutura sócio-espacial”. (MELCHER, 2009, p. 07).

Posicionamento dos quatro grupos de respondentes, estudantes, jovens, adultos e docentes sobre a possibilidade do Mucambo já ter sido ou ser uma comunidade de quilombo. (Tabela 11).

Dos dados desse bloco de discussão importa destacar, por exemplo, o percentual da média das falas, 42,4% afirmando que o Mucambo já foi uma comunidade quilombola, além do fato dessa afirmativa estar presente nas falas de todos os grupos.

Então se pergunta, pode uma comunidade ter sido quilombola e depois deixar de ser? Outro destaque é os 20% das falas apenas dos jovens, afirmando que o Mucambo é uma comunidade quilombola. Chama especialmente a atenção que nem estudantes e nem professoras(es) pensam que o Mucambo seja uma comunidade quilombola. Isso denota que a escola não acredita e nem trabalha essa possibilidade.

A partir da ambivalência em assumirem-se quilombola, pode-se inferir da fala de Gusmão (1995, p. 246) que isso tem relação com “A história negada do negro no tecido social e a violência do sistema sobre territórios negros [...]”, relacionada ao reforço dado a imagem deprimente dele no período da escravização e, ainda hoje, retratada inclusive nos livros escolares, que carecem de abordagens reconhecendo e valorizando a sua contribuição naquele período, o que se prolonga até os dias atuais. Assim, entende-se como Loureiro (2004), que esse é um dos papéis desempenhado pela ideologia da supremacia branca, que marca os indivíduos e grupos marginalizados. Na realidade, na realidade como se pode interpretar a fala de Goffman (1988), elas se transformam em atributos de estigmatização cultivados pelos autodenominados “normais”. (Aspas minhas).

Posicionamento dos quatro grupos de respondentes sobre a noção de quilombo.
(Tabela 12).

A média de 60,0% das falas relacionaram a noção de quilombo à fuga e refúgio. Essa referência aparece nas falas de todos os grupos de respondentes, e os mais expressivos percentuais são dos(as) docentes e estudantes, com 69% e 93,4% respectivamente. Por outro lado, é significativo o percentual das falas se referindo a quilombo como sendo uma comunidade: 30,8% dos(as) docentes e 20,0% dos(as) jovens e 13,3% dos adultos. Talvez isso possa representar uma relação subjetiva com o próprio Mucambo. Nesse sentido é interessante os 20% das falas dos(as) jovens e 13% da dos adultos(as), relacionando a noção de quilombo ao próprio Mucambo. Porém, é emblemático que essa relação esteja ausente nas falas dos professores e estudantes A referência de 6,7% e 13,3% das falas dos jovens e adultos respectivamente, afirmando que quilombo significa sofrimento e luta também é interessante, inclusive, porque parece que isso é uma espécie de “marca” presente no imaginário dos adultos e jovens. Estaria a visão de quilombo, enquanto sinônimo de sofrimento e luta ainda permeando

as relações no Mucambo? Talvez esteja aí uma das explicações para a resistência em assumir que seus antepassados estiveram submetidos à escravização e/ou se organizaram em alguma modalidade quilombola. Também porque sofrimento sempre tem conotação negativa e luta, embora soe como algo positivo, carece que o seu resultado sinalize vitória.

De qualquer maneira, o que se percebe é que a ideia de quilombo no imaginário da comunidade, em certa medida, ainda é a elaborada pela elite dominante da época da escravização e difundida através dos tempos, ou seja, diz respeito a refúgio de negros mal feitos, transgressores da ordem estabelecida, como elabora Silva (2000), referindo-se ao Art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal no que tange a responsabilidade do estado brasileiro na demarcação e titulação das terras às comunidades de “remanescentes de quilombo” que estiverem ocupando suas áreas de terra:

A base das argumentações para a não aplicação do Art. 68 retoma o arcabouço jurídico colonial, que definia *quilombo* como grupo de escravos que, à margem das leis existentes, fugiam e se embreavam nas matas para saquear, roubar e matar administradores e proprietários de fazendas (SILVA, 2000, p. 268. Destaques do autor).

Tal embasamento elaborado ideologicamente pelos grupos dominantes da época da escravização, interessados que estavam na desqualificação dos quilombados para o seu enquadramento, além de ainda continuar danoso ao reconhecimento do direito ao acesso à terra pelas comunidades negras rurais, também contribui para dificultar-lhes a identificação com sua história.

Quilombo eu entendo que é um povoado, onde só vivia negros mas a comunidade Mucambo não é um quilombo ele é uma comunidade quilombola porque não tinha só negros tinha brancos também, tinha os fazendeiros (ERITREIA).

É onde os negros ficam não, os negros que fugiam, onde tem aquela novela que também é bem relacionada” (LONGA).

Acho que quilombo, aqui já foi, quando os escravos fugiam aí vinha pra cá porque os negros se juntaram aqui e estão até hoje. (MAPUTO).

Como se vê, acima, a referência sobre quilombo que externam os(as) mucambenses é bastante diversificada, vai desde aquelas construídas a partir de uma

novela televisiva, passando pela noção clássica e conservadora de ajuntamento de negros fugidos. Um dos destaques fica por conta da defesa de que o Mucambo é apenas uma comunidade quilombola e não um quilombo, porque sempre foi habitado também por brancos e fazendeiros. O outro é a afirmação de que o Mucambo foi um quilombo pela razão de ter sido um ajuntamento de negros que se prolongou até os dias atuais. Apesar das várias noções que pontuaram, todas estão distantes do que na realidade foi e/ou é concretamente uma comunidade e quilombo. Falta-lhes, e principalmente ao corpo docente, a compreensão da pluralidade que foi a constituição dos grupamentos de aquilombados ao longo da história do Brasil. A esse respeito, Silva (1998, p. 48) esclarece que “Todos os quilombos de que se tem notícia, inclusive o grande Palmares, não foram construídos exclusivamente por africanos”. Percebe-se que essa é uma realidade também do Mucambo.

O que se pode deduzir dessas falas de parte dos(as) mucambenses é que, diretamente, podem não perceber objetivamente o seu pertencimento quilombola, embora indiretamente se identifiquem como tal. Isso pode ter várias conotações, pois no sentido da afirmação indireta, pode-se inferir que o conjunto de referências que dominam sobre a noção de quilombo, ou a memória histórica do passado os levem a assim se posicionarem. Por outro lado, pode ser que em função das animosidades inerentes ao povoado ou dos estigmas que o conceito possa lhes conferir, sintam-se induzidos a se posicionarem pela negativa.

Posicionamento dos(as) respondentes sobre a origem do nome Mucambo como identificador do povoado. (Tabela 13).

O pessoal inventa muitas histórias e eu não sei qual é a verdadeira (GÂMBIA).

Acho que é por causa dos escravos que moravam aqui fugidos. (MAPUTO).

As falas dos respondentes desse bloco se reportando a nomenclatura Mucambo como identificador do Povoado chamam atenção pela polissemia. Relacionando-o a antiguidade foi apontado por todos os grupos com o maior percentual, média de 56,5%. Isso é significativo à medida que aponta para o fato de que ele é histórico e como tal, é uma visão que povoa o imaginário da comunidade. A possibilidade de que ele se deva ao hábito de brigarem no passado utilizando paus a que chamavam mucambu apareceu

só em 10% das falas e apenas no grupo de jovens. Chama a atenção que os adultos não fizeram alusão a isso e também que essa mesma possibilidade foi defendida pelos integrantes da família Vieira. O destaque deste bloco ficou mesmo por conta da noção de que a nomenclatura Mucambo se relaciona a um espaço de acolhimento de fugitivos, com um percentual médio de 12,2%, mas que foi defendido principalmente pelos adultos com 14,3%. Também é significativo que 35,7% dos adultos afirmem que não têm nenhuma noção sobre o assunto.

Posicionamentos dos grupos de jovens e adultos sobre o que acharia se o Mucambo fosse reconhecido oficialmente e passasse realmente a ser uma comunidade de quilombo. (Tabela 14)

Os dados deste bloco além de mostrar a acentuada dúvida que alimenta os respondentes quanto à possibilidade do Mucambo passar a ser oficialmente uma comunidade quilombola, alicerçada na média de 71,3% das falas, também é expressivo o percentual médio de 28,7% afirmando que achariam ótima tal realidade. Dois pontos podem ser aí destacados, 41,8% dessas afirmações partiram dos conteúdos das falas dos jovens. O outro é que não houve sequer uma fala que afirmasse que isso seria uma coisa ruim ou que expressasse dúvida.

Quando partimos para uma análise das falas, de forma individualizada, a ênfase fica por conta do drama que representa se posicionarem frente a essa realidade e as possíveis consequências positivas ou negativas que possa acarretar:

Mostraria também que nós somos quilombola e não temos medo de ser isso aí (MONJURU).

Acho que seria uma boa, aí a gente passava a ser quilombola mesmo e pronto (MAZERO).

Eu nem sei o que ia ser porque o povo não gosta de ser negro (ADIS-ABEBA).

Eu acharia ótimo porque não ficava mais aquela dúvida (PRETÓRIA).

Seria bom porque a gente ia seguir nosso caminho. (GABORONE).

Pelo visto, de uma ou de outra forma somos induzidos a pensar que o nome do povoado ou remete a submetimento ou a busca de uma nova possibilidade de vida à luz de um determinado abrigo para além do Rio Grande. De qualquer sorte, a assunção da

identidade quilombola, implica assumir também a condição da negritude, e nesse contexto, ganha sentido a fala a seguir: “[...] o reconhecimento de uma identidade quilombola não acontece de forma simples e fácil [...]. Significa um processo de ruptura com a exploração e a invisibilidade.” Giacomini, (2010, p. 17). E esse enfrentamento não é tarefa fácil, pois o assumir-se quilombola também está relacionado com “o reconhecimento de uma identidade coletiva”, Brito, (2009, p. 17-18). E essa concretização exige “uma organização política em busca da sobrevivência étnico-racial do grupo e isso implica na necessidade de organização de formas de rompimento com possíveis explorações e manipulações de pessoas ou de grupos”.

Sob esse aspecto, se os(as) mucambenses querem, de fato, reconstruir e assumir uma identidade quilombola, a sua tarefa se torna ainda mais árdua, uma vez que a organização política da comunidade se encontra bastante deteriorada. A história de organização ou reorganização das comunidades quilombolas contemporâneas nos ensina que as associações de moradores que lhes são inerentes desempenham papel de extrema relevância nesse contexto. Sendo assim, a AMU - Associação de Moradores do Mucambo, conforme podemos observar nos dados do bloco abaixo e nas falas subsequentes, enfrenta e também representa sérios problemas.

Posicionamento dos grupos de jovens, adultos e docentes sobre o conhecimento da existência da Associação dos Moradores. (Tabela 15).

Embora 66,7% dos docentes tenham afirmado que a conhecem é representativo que 33,3% deles a desconheçam. Isso se for considerado o papel delegado a uma associação em um contexto como o do Mucambo e a relação que escola e associação têm juntas a desempenhar.

Sobre a Associação já ouvi falar muito vagamente. (QUEVE).

Aqui tinha, não sei se ainda existe, mas tinha. (LOGI).

Sinceramente aqui só tem o nome, mas eu acho que não existe associação nenhuma, porque não faz nada. (CAPAROLO).

Tem uma associação aqui que não atua, que eu não vejo atuando, não vejo trabalhando, não vejo correndo atrás de projeto nenhum para essa comunidade, que a gente sabe que se realmente a comunidade for uma comunidade quilombola vem muitos benefícios através do governo federal através de projetos enviado pela própria associação, entendeu? (BURUNDI).

Professor, eu já saí da associação justamente por isso, por cobrar. “Olha, a gente precisa reunir as pessoas, a gente precisa está comunicando as pessoas das coisas que acontecem”. Quando eu vi as coisas desandarem, sabe tipo assim, para desonestidade, para aquela questão assim de interesse próprio, eu acabei me afastando, entendeu? Por que assim, se não é para ajudar a comunidade, então isso não me pertence. Eu sempre falava assim: olha, eu vou sair porque eu estou vendo que o interesse de vocês é só questão política mesmo entendeu? Trazer nome de político através da associação certo, em benefício de vocês e não da comunidade”, aí foi que surgiu que essa comunidade é quilombola, mas eu gostaria de ter prova para afirmar para o senhor se é ou não uma comunidade quilombola. (BOTSWANA).

Essa associação sinceramente eu não vejo nada. Aqui no Mucambo eu não vejo nada, porque a associação tem que ajudar a comunidade não é? A associação só tem o nome de associação, porque aqui eles não fazem nada pela nossa comunidade (GABÃO).

Só no dia da reunião, aí no dia da votação, então depois mais nada, quando termina a votação, pronto esquecem tudo. (BAMAKO).

Além do grito de alerta, preocupação, descrédito e até equívocos presentes nas falas acima, no que diz respeito ao papel de uma associação, como era de se esperar 100% dos nativos pontuaram que a conhecem. Todas as abordagens espontaneamente agregaram às suas considerações e críticas ao *modus operandi* dela. Nesse sentido, tem-se que considerar que a associação de moradores no seio das comunidades em construção identitária quilombola não deveria prescindir de ser um importante instrumento sócio-étnico e político enquanto elemento fomentador das aspirações do grupo que se propõe representar.

Giacomini (2010, p. 319) ao se pronunciar a respeito da importância da associação de moradores no âmbito da organização quilombola na luta por seus direitos, defende que: “[...] o papel desempenhado pelas associações das comunidades evidencia uma força da união coletiva para lutarem por seus direitos [...]”. No contexto do Mucambo a trajetória empreendida por um determinado representante da associação ganha relevância se se considerar que a comunidade já obteve junto a Fundação Cultural Palmares o Título de Auto-reconhecimento de “Remanescentes de quilombo”, e o caminho que a levou a esse patamar de reconhecimento tenha sido bastante emblemático, senão vejamos:

O caminho para a obtenção do mencionado título aconteceu durante a presidência do Sr. Ruy Pacheco à frente da AMU – Associação dos Moradores do Mucambo. O Sr. Ruy além de ser antigo na localidade, já ter sido presidente da Associação dos

Moradores do Mucambo, foi a figura principal que esteve à frente dos encaminhamentos junto a Fundação Cultural Palmares para que a comunidade fosse certificada com o título de auto- reconhecimento como remanescente de quilombos. Embora existam outros pretendentes dispostos a creditarem a si a conquista de tal feito. A propósito, a referida certificação é em si carregada de significados. No ano de 2005, início de minhas incursões no Mucambo, fui convidado, algumas vezes, para falar sobre quilombos, história de aquilombamento seus direitos, identidade e consciência negra. Tais convites partiram ora do presidente da Associação - na época o Sr. Ruy Pacheco, ora do diretor da Escola Dr. Abílio Farias, na ocasião o professor Júlio Cesar Dias. O idealizador e iniciador do Projeto Raízes.

Também a pedido da diretoria da Associação dos Moradores, juntamente com outros professores, elaboramos projetos de capacitação educacional quilombola para os docentes do Mucambo. Oportunidade em que estivemos juntos percorrendo os gabinetes da Secretaria Municipal de Educação de Barreiras, visando obter recursos para o financiamento da execução de tais projetos. Infelizmente, sempre sem obter êxito junto a esse órgão público. Nessas e em outras ocasiões, inclusive quando de suas rotineiras visitas às dependências do Campus IX, o Sr. Ruy sempre me solicitava orientações relacionadas às comunidades tradicionais negras, como dizia ele – “consultoria” – incluindo em tais orientações, as relacionadas à obtenção do título de certificação de “remanescente de quilombos”. Por diversas vezes eu o incentivei a ir a Rio das Rãs juntamente com outros membros da diretoria da associação para que pudessem “beber” na fonte, conhecimentos construídos e acumulados historicamente. Nesses momentos me dispunha acompanhá-los a Rio das Rãs, visando ensejar-lhes um contato. Em todas essas conversas eu sempre frisava a importância desse encontro uma vez que a comunidade de quilombo de Rio das Rãs tem *know-how* na organização comunitária interna e externa aos quilombolas na luta político-social, visando a organização interna e em defesa de seus direitos, inclusive tendo o mérito de ser o primeiro quilombo a ser oficialmente reconhecido e ter suas terras demarcadas e tituladas pelo INCRA, em toda a mesorregião do Oeste da Bahia. Por isso, muito poderia e pode contribuir para com a causa do Mucambo. Porém, nem o Sr. Rui e nenhum outro membro da associação se prontificaram a fazer esse contato.

Em contrapartida, para minha surpresa, em maio de 2006, ele, Rui, adentrou entusiasmado o Colegiado de Pedagogia do Campus IX, comunicando que havia sido

publicado no Diário Oficial da União o título de auto-reconhecimento de remanescentes de quilombo da comunidade do Mucambo. Agora, por ocasião da realização da pesquisa, veio a tona significativas informações sobre os trâmites que culminaram com a mencionada titulação. Segundo informação do próprio Sr. Ruy Pacheco, certa feita ele conversava com uma de suas parentas que também é professora em uma instituição particular de ensino universitário quando por ela foi informado que na condição de presidente da associação poderia, via internet, tramitar a solicitação do auto-reconhecimento quilombola. Com a anuência dele, ela acessou o site da Fundação Cultural Palmares, fez o encaminhamento preliminar e passaram a acompanhar o trâmite do processo ao mesmo tempo em que, via *online*, interagiam com a instituição certificadora até o desfecho final com a publicação oficial da competente certificação do auto-reconhecimento.

Esse caminho escolhido para desiderato tão importante trouxe consequências danosas à construção/reconstrução da identidade quilombola no Mucambo, principalmente se pensarmos que a organização política da comunidade só se faz com a participação para o devido enfrentamento e encaminhamento das dissensões dos conflitos e dos consensos, pois nesses casos o debate e a reflexão objetivas são os melhores conselheiros. Isso ainda mais quando se sabe que historicamente o Mucambo, além da problemática em torno da etnicidade que lhe é peculiar, tem sido palco da ação da politicagem, o que tem contribuído para a assunção de atitude de descrédito para com as instituições e pessoas, por parte da comunidade.

Posicionamentos dos grupos de jovens, adultos e docentes sobre a política partidária no Mucambo. (Tabela 16).

Olha, teve uma reunião aí, que a prefeita veio reunir com a associação que a gente tinha o direito de quilombo, né? E pronto quietou. Aí essa semana começou a bulir nisso de novo, tem que ligar pra Salvador, pra ver isso, mas essa prefeita não tá fazendo nada. Mas assim há uns 02 a 03 anos atrás, teve uma reunião, assim, olha a gente tá querendo ver se a gente consegue o título de quilombola, vamos fazer um documento. Mas, no final, deu em nada como sempre. (ARGÉLIA).

Isso tudo aí tem ligação com os prefeitos e com a política, porque o certo é olhar pra comunidade, entrá com o prefeito, o certo é ver a comunidade, isso é o certo, mas não acontece, é tudo dentro do grupo lá. (BENIN).

Eu falo: a trapalhada é da própria política, os próprios políticos que faz um contorno aqui dentro, “ah que a comunidade é quilombola”, isso veio através da associação e envolveu a política pelo meio. “A comunidade é quilombola”, quilombola como? Eu sempre faço essa pergunta, por que quilombola? De onde saiu essa história dos quilombos? Eles têm registro, cadê o registro, né? Porque a gente precisa saber se realmente essa história é verídica ou não. (CABO VERDE).

Como se pode observar das falas deste bloco, a média afirmando que a política atrapalha a vida organizativa da comunidade foi de 58.1%, inclusive sendo assim definida também pelos docentes com 50%. Enquanto que a afirmação de que ela ajuda ficou apenas com a média de 12,4%. A soma dos percentuais afirmando que atrapalha chega aos 67,8%.

Os dados agrupados em sintonia com as falas complementares podem representar o sentimento que alimenta a visão da comunidade com relação à Associação dos Moradores. Assim como com a política partidária. Nas suas falas e reflexões demonstram ter lucidez sobre os problemas que têm causado à comunidade. Percebem que interferem negativamente também na construção e assunção de uma possível identidade quilombola, pois a forma como se processou o encaminhamento das ações para a obtenção do título de autoreconhecimento, praticamente à revelia da comunidade, ao invés de aproximá-la em torno da ideia de pertencimento étnico-racial, fortaleceu o sentimento de desconfiança e resistência que se percebe nas relações cotidianas. E a política partidária, da mesma forma, tem contribuído para dividir e minar as iniciativas de organização.

Posicionamentos dos grupos de jovens e adultos sobre a possibilidade de escolha de um lugar para morar. (Tabela 17).

Os posicionamentos expressados pelas falas deste bloco chamam a atenção pela alta porcentagem de 90% dos jovens que gostariam de morar em outro lugar em detrimento do Mucambo. Já o percentual das falas dos adultos re(a)afirmando o desejo de continuar morando no povoado chegou a 64%, muito embora, o percentual de 35,8% dispostos a se mudarem seja bastante relevante. Pode-se destacar também o percentual médio de 15,7% que gostariam de residir em Barreiras. Se se fizer uma comparação desse percentual médio com várias afirmações, em inúmeros outros momentos, em que fizeram apologia a Barreiras, pode-se considerá-lo relativamente baixo. Talvez isso se

relacione ao fato de que alimentam o desejo de residirem em Brasília e Goiânia, apontado com a média de 47,2% das falas dos dois grupos como lugar preferido para se residir. Essa realidade aponta para a ligação histórica que os(as) mucambenses mantêm com essas capitais que têm atraído quase que a totalidade dos(as) que migram do Mucambo em busca de outros horizontes. Com relação a alguns dados indicando pouco desejo de residir em Barreiras, as falas do bloco seguinte podem alargar um pouco mais essa reflexão.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos a respeito do que Barreiras significa para si. (Tabela 18).

Se por um lado de todas as categorias deste bloco apenas a média de 9,5% das falas não colocaram Barreiras em destaque de positividade, todos a qualificaram como lugar de trabalho, de conhecimento, de recursos e de progresso, porém nenhuma fala pontuou que significa por exemplo lazer, alegria ou amizade, predicações tão prezadas pelos mucambenses. As falas a seguir contribuem para um maior aprofundamento dessas reflexões.

Barreiras pra mim é o lugar do conhecimento, do progresso, do trabalho [...]. (MARROCOS).

[...] Barreiras pra mim ela é, é uma coisa que influencia muito os meus estudos, entendeu? Porque eu acho que só na minha comunidade eu não aprenderia uma boa educação, eu não aprenderia a falar direito, porque devido aqui as pessoas mais antigas não têm estudo eu ia falar igual a eles, entendeu? Eu não ia ter conhecimento com carro, não ia ter conhecimento com uma farmácia, com uma padaria, com um supermercado grande, podia chegar em Brasília, numa capital maior apanhar por causa disso, entende? Então, eu acho que Barreiras ela é uma fonte que alimenta a nossa comunidade. (CAIRO).

Talvez as contribuições de Loureiro, discutindo autoimagem e construção da identidade negativa possa ser interessante nesse aspecto.

Em alguns momentos os adolescentes reforçam um lugar de menos valia para si mesmos, de forma clara e direta, mostrando que absorveram os estereótipos e caricaturas que foram criados para o seu grupo étnico-racial. Esse é dos mecanismos cruéis deste processo de exclusão. (LOUREIRO, 2004, p. 182).

Por outro lado, Gusmão (1995, p. 218), referindo-se às formas de pensar e ser pensado “como homem do campo e negro” destaca como dimensão altamente relevante, pois “a visão que constrói é alicerçada pelo preconceito ideológico forjado pelo setor dominante mas é, também, fruto da divisão social do trabalho que garante aos pólos urbanizados e industrializados o submetimento do campo”.

Logo, a percepção é de que os jovens representam o grupo em que a visão de mundo é mais impactada por valores civilizatórios exógenos à comunidade. Com relação aos adultos, apresentam um forte sentimento de identificação territorial com o Mucambo. Mais à frente, retomo e aprofundo essa reflexão. Por outro lado, é “natural” que Barreiras exerça grande influência como local do progresso na construção da visão de mundo não só dos(as) mucambenses mas, de uma ou outra maneira, também de toda a sociedade do seu entorno, até pelo papel exercido pela mídia, pela indústria do consumo e pela ideologia que projeta e propaga Barreiras como pólo de desenvolvimento e de progresso. Porém, o que se discute é a influência que a visão externa geral exerce na negação dos valores étnicos e culturais identitários da comunidade, em detrimento de uma cultura dita culta e “melhor, como sugerem algumas falas acima.

Posicionamento dos quatro grupos de respondentes a respeito da existência de preconceito e da discriminação raciais no Mucambo. (Tabela 19)

Neste bloco, tratando da percepção da existência do preconceito e da discriminação raciais, nos domínios territoriais do Mucambo, apenas 17,1%, em média afirmaram que não existem discriminação e preconceito raciais no povoado. Em contrapartida, a média dos que afirmaram que eles existem foi de 60%. Agregando-se os dados dos que acham que existem preconceito e discriminação raciais aos dos que afirmaram que existem efetivamente, chega-se a mais 76% de afirmação positiva.

No Mucambo de Cima é que tem preconceito, e é tanto que lá acho que os negros é mais recuado dos brancos lá. Aqui não tem muita essa diferença não, mas lá cê pode chegar no Mucambo de Cima que cê vê que tem uma população ali no meio, no centro, que mora só os brancos, é difícil você encontrar um negro em volta deles, e os negros ficam mais refugiados pros lados dos morros lá, cê pode assunta pra você vê que não é mentira, uma hora você vai no Mucambo de Cima e assunta pra você vê, é difícil você encontrar um negro ali no meio da

X, aqueles ali, é mais refugiados pros cantos dos morros, sabe? Pode assuntá que os melhor de situação estão ali no centro” (CAMARÕES).

Que eu já cansei de ouvi gente falá, “ah, é o negro do Mucambo de Baixo, ou foi aquele nego do Mucambo de Cima”. Já ouvi muito isso aí, até quando a gente jogava bola no campo, os menino tava lá jogando e qualquer acontecimento ruim, falava bem assim: “Só pode ser aqueles nego preto do Mucambo de Baixo, aqueles nego preto do Mucambo de Cima, aqueles nego da Serra Taiada”. Ainda existe muito isso aí. (MALABO).

Os conteúdos dos depoimentos acima, explicitam a existência do preconceito e discriminação raciais no contexto do Mucambo. Para dar continuidade a essa problematização parece interessante fazer o cruzamento com os dados das falas a seguir.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos sobre se já foi vítima de preconceito e/ou discriminação raciais. (Tabela 20)

Embora afirmem de forma contundente que o preconceito e a discriminação raciais sejam uma realidade na comunidade, neste bloco, a média das falas dizendo não ter sofrido nenhum tipo de preconceito ou discriminação raciais chega a mais de 62%. Mesmo diante dessa inusitada negativa, a média de 37,9% afirmando que já os tenham sofrido é um percentual altamente denunciador. Quanto a negação, é como se a tal realidade existisse, mas para os(as) outros(as), não para si próprios(as). Os depoimentos a seguir podem contribuir para as suas problematizações. Da totalidade das respostas afirmando não ter sofrido nenhum tipo de preconceito a/ou discriminação raciais, duas foram acompanhadas das seguintes digressões:

Não, nunca sofri preconceito e nem discriminação aqui não, as meninas brincam e me chama de congo, mais é brincadeira. (GABÃO).

Porque eu nunca dei muita importância disso, porque eu nunca me metia nessas confusões, porque eu também não sou tão negro. Eles falavam mais com aqueles negros mesmo do cabelo ruim, aí eu já vi muito preconceito, já vi muito colega passar por isso. (MORONI).

Se por um lado o conteúdo da fala acima reafirma a existência do preconceito e da discriminação raciais na escola e fora dela, por outro lado denuncia a existência do

recalque que é assimilado em função do sofrimento da prática deles, mas também da ideologia do branqueamento que segundo Silva (2005, p. 23) se traduz pela objetivação da interiorização dos “atributos adscritivos, através de estereótipos” que pode resultar não raramente no desenvolvimento de comportamentos de autorrejeição, via negação dos próprios atributos étnico-raciais e da preferência pela estética dos grupos sociais valorizados nas relações e representações sociais cotidianas.

O jovem da abordagem acima pelo fato de ter os cabelos apenas encaracolados e não acarapinhados, além de não se perceber enquanto “tão negro”, muito embora, pelo menos fenotipicamente o seja, deixa transparecer que também é vítima da internalização de modelos estereotipados de padrões de beleza, tanto relacionados aos negros quanto aos pretensamente brancos, ao classificar os cabelos de seus colegas como ruim. Mello (2000, p. 18), discutindo sobre os malefícios do preconceito e da falácia da tão anunciada democracia racial, afirma, [...] “as pessoas desenvolvem um mundo simbólico em que as características fenotípicas acabam operando como referência para o preconceito”.

O conteúdo do depoimento acima registra que a estética do cabelo tem lhe servido como uma espécie de salvo conduto para se “livrar” da discriminação, donde se pode inferir que sinais exteriores de negritude é fator de preconceito e discriminação. O problema é que o Mucambo é uma comunidade negra rural. Nesse contexto, o resultado mais cruel do preconceito tem sido a assunção da sua prática até principalmente por parte de crianças e jovens negros(as) contra seus próprios pares. Macedo (2008, p. 103) abordando a reprodução da discriminação e do preconceito diz [...] “vemos que os/as de pele mais clara colocam apelidos pejorativos nos colegas com traços de negritude mais ressaltados”.

Nessas falas é possível se localizar também a presença da ideologia do branqueamento que, entre outras coisas, é representada pela fuga ou negação de pertencimento étnico racial negro em detrimento da assunção de valores identitários da etnia branca, como, por exemplo, frisa Mello,

As interações sociais são processos constitutivos das identidades pessoais, que podem favorecer a introjeção de valores negativos às pessoas afro-descendentes de uma forma tácita, não só por parte da pessoa que se coloca no “outro grupo”, mas o que é mais sério, pelo próprio afro-descendente em relação a si próprio. (MELLO, 2000, p. 18-19).

Posicionamento dos grupos de estudantes, jovens e adultos sobre a noção de qual é a sua própria cor/raça/etnia. (Tabela 21).

Os(as) jovens e os(as) estudantes preferem a terminologia negro(a), já os adultos preferem ser identificados como preto(a). O somatório das falas dos três grupos de respondentes que se identificaram como morenos perfaz um total de 46,6%, na média, é o maior percentual. Muito embora 38,1%, na média, hajam se identificado como negros(as) ou pretos(as). O destaque está nas falas dos estudantes cuja identificação como moreno foi de 64,2%. Os dados do bloco das falas categorizadas a seguir corroborados pelas falas que lhes são complementares contribuem para aprofundar ainda mais essa problemática.

Posicionamento dos grupos de estudantes, jovens e adultos sobre o que acham da sua cor/etnia. (Tabela 22).

Observa-se que 100% das falas apontam como positivo o pertencimento à etnia negra, adjetivando-a com boa, ótima, bonita, legal. Com destaque para o grupo de jovem que afirmou ter orgulho dela. Considerando a relevância dos conteúdos dessas falas, trouxe o recorte de algumas delas por extenso, conforme exposto a seguir:

Acho boa, nasci com ela. (EMBALSAMAMENTO).

Eu vejo isso como ser minha formação porque independente de ser negro eu tenho que aceita meu sangue e minha cor. (MALABO).

É ter orgulho do sangue derramado nessa terra, ter orgulho da nossa cor que já fez muito por nós (REBATE).

Assim, de ser negra vem do meu sangue, então eu tenho que aceitar e tenho orgulho de ser negra (CESARIANA).

Acho ótimo nasci assim. (DJIBOUTI).

Eu tenho orgulho da minha cor, porque hoje em dia o negro vem conquistando seu espaço na sociedade. (MAPUTO).

Fazê o quê? Minha cor é ela. (BURUNDI).

Acho boa, nasci assim. (MARROCOS).

Boa, Deus féis assim. (FOGO).

É bom, a gente tem que aceita. (GABÃO).

Rapaz, sou aqui do jeitinho que eu sou [...] É é preto mesmo. [...] Eu acho que Deus já botou assim num tem mais jeito mesmo, e o seguinte, hoje o sangue dos preto tá seno melhó do que dos branco mesmo, é por isso que eu acho que não tem diferença nenhuma. (CHADE).

Como se vê, quando se parte para a análise do conteúdo das falas que não foram categorizadas nos blocos, o horizonte se alarga. Nesse contexto, pode-se perceber, por exemplo, que as afirmações identificadoras de positivities na assunção da etnia negra perde fôlego, pois a conclusão que se chega é a de que as afirmações tipo, tenho orgulho da minha cor, acho-a bonita, legal, entre outros, presente de maneira mais ou menos intensa nas falas de todos os grupos de respondentes, são complementadas com lacônicas justificativas, tipo: tenho que aceitar, Deus fez assim, fazer o que? Esta é a minha cor...

Essa gama de adjetivos expressados nos conteúdos das falas acima, de uma ou outra maneira denuncia problemas de identificação com a etnia negra que, por sua vez, revela uma percepção e atribuição equivocada a respeito da valoração dos predicados étnico-raciais e culturais afrodescendentes, uma vez que a referência de valoração positiva acaba sendo os predicados da etnia branca. Essa realidade reflete o preconceito e a discriminação raciais subjacentes nas relações não só étnico-raciais, mas também nas relações sócio- econômicas endógenas e exógenas ao povoado. E essa realidade social para os afrobrasileiros é histórica e forjada na opressão como denuncia Brito (2009), ao discorrer sobre o processo de formação e consolidação da sociedade brasileira diz que desde o período escravocrata, foi “baseada na exploração e no massacre do povo negro e isso, de certa forma, ainda perdura tanto pela prática do racismo concretizada por instituições e pela própria sociedade em si” Brito, (2009 p. 50). Por isso, é necessário perceber que “O reconhecimento racial vai além da identificação da cor da pele para significar também o reconhecimento da luta do povo negro” (p. 25).

Também, nesse sentido, coloca-se para os mucambenses a necessidade de práticas reflexivas coletivas em torno de suas problemáticas étnico-raciais e culturais particulares, para que se possa concretamente fazer o enfrentamento do preconceito e da discriminação raciais que vêm a todos(as) impactando, principalmente as crianças e os jovens. Muito embora se saiba que essa não é uma tarefa tranquila, pois o enfrentamento

objetivo do racismo não só passa pela sua identificação e a efetiva contraposição aos ideais da supremacia branca, que mais das vezes é legitimada e sustentada de “forma velada, escondida por detrás do mito da democracia racial” Brito, (2009, p. 50), mas principalmente da explicitação dos valores civilizatórios historicamente propiciados à humanidade pelos povos africanos e pelos seus descendentes no Brasil e por certo, à região oeste da Bahia, assim como ao próprio Mucambo.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos a respeito do que significa escravidão. (Tabela 23).

Escravidão era o tempo que os brancos mandava nos pretos que tinha que trabalhar pra eles de graça. (TRÍPOLI).

Escravidão é assim né? Dos tempos que os brancos judiavam dos negros. (MONJURA).

De escravidão os mais véi falava disso, di judiação. (GABÃO).

É possível se identificar a presença da ideologia subjacente nos dados deste bloco, em que todas as falas relacionam escravidão a alguma forma de sofrimento. Em que pese todo o horror praticado pelos escravizadores, algumas questões precisam ser levantadas. Por exemplo, por que os feitos heróicos e a luta dos escravizados em busca de sua liberdade não apareceram nos conteúdos de nenhuma fala? Por que as diversas formas de escravização praticadas nos Gerais, por exemplo, passaram ao largo das abordagens? Inclusive a média das falas que relacionaram escravidão ao tempo de cativeiro foi de mais de 60%. Pode ser que nos conteúdos dessas falas também se encontre explicação para a relutância dos(as) mucambenses em reconstruírem a trajetória de seus antepassados e de assumirem a sua negritude.

Sem desconsiderar que direta ou indiretamente, voluntariamente o não, os estratos brancos da sociedade brasileira têm colhido dividendos por pertencerem a essa etnia, faz-se necessário problematizar o serviço que o racismo e a ideologia da democracia racial têm prestado a elite branca de todos os tempos. O Brasil, cuja história formal conta com pouco mais de quinhentos anos, dentre os quais, quase quatrocentos anos foi praticado pela elite branca, um modo de produção escravocrata. Em todo esse longo espaço de tempo os negros e as negras eram os responsáveis exclusivos, juntamente com os nativos, a laborarem em todos os setores produtivos. Labor que continuam ainda a realizar, no conjunto da sociedade, apesar de todos os cerceamentos que lhes foram e

são impostos. Preocupa que, mesmo assim, parte considerável dos afrobrasileiros, incluindo os mucambenses, chegue aos dias atuais sem conseguirem elaborar uma visão de mundo capaz de sustentar um discurso de identificação com os feitos de seus antepassados, ou seja, de se orgulharem da extraordinária contribuição que deram para a construção da nação brasileira. Ao invés disso, quando se fala em escravidão, o que se vê é a clássica abordagem, sustentada na ideologia da sujeição dos negros e das negras à condição de simples seres não pensantes quando não, desobedientes e malfazejos.

Vale a pena retomar a problematização feita por Silva (2006, p. 665), de que "[...] palavra alguma representa todos os significados daquilo que é capaz de representar", é pensar que nessa mesma direção, também podem estar inseridas as falas acima assim como as do Sr. Etiópia, afirmando que seus pais trabalharam no Mucambo de cima na condição de escravidão, e completou: "porque trabalhar na terça¹⁵ é o mesmo que ser escravo".

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos sobre a existência de trabalho cativo no Mucambo ou nas Lavras. (Tabela 24).

As falas deste bloco, em sua totalidade, ou seja, 100% do grupo dos jovens e dos adultos afirmaram nunca terem ouvido falar de escravidão nem no Mucambo nem nas Lavras. Quando se sabe que é histórica e corrente a afirmação de que o povoado do Mucambo foi formado por pessoas que para lá se deslocaram a partir de meados do século XIX, vindas das Lavras de diamante da Chapada Diamantina. Os(as) integrantes da família Vieira, como discutido no conteúdo do grupo focal, percorrido anteriormente, são francos em afirmar que os seus antepassados tiveram um histórico de prática de escravização, e que os antepassados dos moradores do Mucambo de Baixo foram por eles escravizados, senão no Mucambo, pelo menos nas Lavras.

Essa questão requer um aprofundamento que extrapola os objetivos e alcance deste trabalho, talvez com a contribuição de dados primários possa ser possível acessar respostas satisfatórias sobre o passado remoto da comunidade. Uma coisa é certa, o contencioso de estranhamento entre os dois estratos sociais, em função do histórico preconceito e discriminação raciais existentes no povoado, contribui para obnubilar as

¹⁵ O trabalho na terça, segundo o depoente, consiste em o trabalhador efetivar a plantação e, na colheita, fazer a repartição da respectiva produção na proporção de três partes para o dono da terra e duas para si. E, segundo ele, essa foi uma prática existente no povoado do Mucambo.

necessárias informações para a reconstituição histórica de ambos os segmentos que, de uma ou de outra forma, é de todos(as), com suas particularidades e identidades. Posso afirmar que durante a realização da pesquisa, por mais que tentasse um aprofundamento sobre a história remota do Mucambo, quando o assunto era o possível submetimento dos antepassados das famílias Catula e Mandu, era como se fossem acometidos de uma amnésia, como já abordado anteriormente, mudavam o rumo da conversa, desconversam ou simplesmente ignoravam tal possibilidade.

4.1.3 Territorialidade e desterritorialização: estranhamento e composição

Se, no passado, a luta dos mucambenses para se firmarem sócio, cultural e etnicamente não foi nada fácil, na contemporaneidade, além das questões internas, as influências externas também impactam a elaboração cultural comunitária principalmente dos/as jovens e das crianças. As fotos, abaixo, podem contribuir para essa percepção.

Quando chega o sábado no Mucambo, por volta das 10 horas, tem início a chegada da “revoada” de forasteiros e forasteiras oriundos de Barreiras. Eles estacionam seus carros e motos nas calçadas, ocupam os bares e as sombras das árvores que estão localizados em volta da Igreja Católica e da praça central, lugar da efervescência da vida cultural da e na comunidade, ligam os sons automotivos em alturas ensurdecedoras, muitas vezes entram em disputa sobre o som mais potente e dão início ao consumo de guloseimas, salgados, pratos típicos e bebidas alcoólicas. Mais à tarde, dançam sobre o piso de cimento sob a proteção da sombra das árvores ou das varandas dos bares, a sós, em grupos, ou em pares, conforme seja o ritmo. Ao mesmo tempo, do outro lado da rua, à sombra dos fundos da igreja se aglomeram os/as jovens mucambenses, que chegam a pé, de bicicleta ou moto. Eles/as apenas conversam e observam. Em hipótese alguma juntam-se aos(as) forasteiros(as).

A primeira foto, abaixo, retrata os(as) forasteiros(as), e a segunda retrata os(as) jovens e crianças mucambenses. Por uma questão de falta de acessibilidade a um ângulo de onde pudesse retratar os dois grupos em uma mesma foto, a opção foi por fazer duas fotos separadamente, cada uma retratando um grupo. Da mesma forma, na busca de abranger e incluir o máximo possível de pessoas nas respectivas fotos, não foi possível incluir nelas, os carros de utilização do primeiro grupo, dos forasteiros.



Foto 07 - Forasteiros se divertindo no povoado em final de semana. (Jun. 2010)



Foto 08 - À esquerda estão jovens mucambenses na lateral esquerda da igreja, apenas observando a diversão dos forasteiros, localizados mais à frente a direita. (Jun 2010).

A explicação para o episódio dos nativos não participarem da diversão dos forasteiros é porque temem brigas, uma vez que eles, algumas vezes, brigam entre si e até apelam para armas de fogo e efetivam disparos. Já houve também confronto entre forasteiros e nativos. O motivo para ficarem apenas observando, afirmam ser a curiosidade e o apelo do som. Malabo diz:

Nós não vamos pro lado deles pra evitá briga. Quando tão bebeno eles briga, entra na porrada. Já teve briga com tiro. A gente fica ali perto

porque acha bonito, gosta do som e porque é o lugar que a gente gosta mesmo de ficar. Eles vêm pra cá nos finais de semana é bom porque o pessoal dos bares ganha dinheiro. Mas a gente sabe que faz muito barulho. Também tem deles que usa droga. É ruim porque aqui tem nossos jovens, nossas crianças. Tem o pessoal mais velho que não gosta do som alto. Tem gente doente, de cama, já faz mais de um ano, ali bem na casa do lado e não pode reclamar porque dá confusão. Já ligo pra polícia mas não adianta nada (MALABO).

Uma coisa é certa, muitos jovens ficam atentos a toda a movimentação que lhes desperta, pelo menos, o sonho de consumo, pois são vários que não tendo outra alternativa para ganharem dinheiro, deslocam-se para os Gerais, trabalham duro, fazem economia e ao regressarem, a primeira coisa que realizam é a compra de uma moto, nem que seja usada, com documentação atrasada ou mesmo sem documento. São vários os que possuem moto na comunidade. É lógico que tem os que as possuem para se deslocarem para o trabalho e não as compram influenciados por esse movimento. Com relação ao rio acontece coisa semelhante, ou seja, aos finais de semana é utilizado pelos forasteiros e os/as mucambenses, no máximo, olham. Isso mais precisamente em volta da ponte, local público para banho. Porém, durante a semana, os(as) mucambenses utilizam-no intensivamente, para lavar roupas ou mesmo para o lazer. Essa ostensiva presença dos forasteiros tem desdobramentos que impactam objetivamente a vida do povoado como se pode notar nas falas a seguir.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos sobre algo detestável no Mucambo. (Tabela 25).

Eu detesto o racismo daqui e também a bagunça dos povos de fora que vêm praqui (CALENDÁRIO).

Eu detesto o fuxico, a fofoca e as mentiras também porque às vezes você sai nos fuxicos com coisas que você não fez. Também tem o preconceito que é mais o povo do Mucambo de Cima que tem com nós. (BOTSWANA).

Nos finais de semana, os meninos vêm de Barreiras e de outros lugares pra brigar, pra fazer confusão com os outros. (ADIS-ABEBA).

Eu acho vender a terra da beira do rio a coisa mais errada, porque vem pessoa que ninguém sabe de onde é, vem de fora, escuiam o lugar dos outros. Terra é pra cultivar, pra plantar o que comer pra poder sobreviver, plantar um prato de feijão, de arroz, pra trabalhar, agora terra não dá pra pegar e jogar no mato não, é melhor ter sua rocinha do que ficar atraído das coisas dos outros, pra pegar emprestado pra pedir. Deus

dexô ela aqui pra gente tê o fruto da terra né? O principal é ta vivo na nossa terrinha, porque se eu pegá um palmo de terra e vendê pra você, meu coração corta por dentro, é aqui que vivero meus antepassado. (OTÁVIO).

Além dos conteúdos das falas acima que não estão agrupadas por categorias, assim como as falas categorizadas no bloco anterior, são reveladoras de problemáticas com as quais convivem os(as) mucambenses, como o preconceito e a discriminação raciais, a invasão espacial, entre outras. Na realidade, o conjunto dessas variadas vozes representa lamentos e denúncias da invasão simbólica e material da sua territorialidade, mas também representa uma (re)afirmação do seu pertencimento a ela.

Para lançar luz sobre essa problemática, mesmo sem aprofundar a sua discussão, é indispensável, pelo menos, uma reflexão sobre território e algumas de suas variáveis. Por exemplo, Carvalho (2007, p. 1) afirma que “Historicamente, o território tem sido pensado, definido e delimitado a partir das relações de poder”. E que:

[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder. (CARVALHO, 2007, p. 1, apud RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Embora nesse contexto seja interessante essa abordagem, é necessário frisar que são várias as noções elaboradas sobre essa temática, embora sejam complementares. Nesse âmbito, a noção de território discutida neste trabalho busca respaldo nas elaborações efetivadas por Costa (2007, p. 74) que afirma compreender “[...] território a partir da concepção de espaço como híbrido, entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e idealidade, em uma complexa integração [...]”.

Concebido sob essa ótica, é evidente que, embora não seja de maneira objetivada teoricamente, como não seria de se esperar, os mucambenses percebem essa relação de poder e, o que na realidade denunciam, é a invasão da sua territorialidade material e simbólica. Talvez os conteúdos das suas falas denunciem, ainda, que essa relação de confronto, invasão e ao mesmo tempo de forçada composição social, lhes vêm sendo predatória. Nesse sentido, Santos (2008) abordando a “[...] confrontação entre a Lei do mundo e a Lei do lugar [...]”, afirme que “[...] nos espaços alvo de constantes transformações, os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram, a cada momento, uma lógica interna. [...]” Santos, (2008, p. 334).

[...] Acho que as pessoas de fora traz uma coisa ruim para a nossa comunidade, porque a nossa comunidade tem que ser beneficiada com artesanato, era com alguma coisa cultural que incentivasse turismo na nossa comunidade e não bandidagem, porque eu acho que devido a muitos bares na minha comunidade, isso atrapalha muito o nosso desenvolvimento, acho que aqueles bares ali podia ser um restaurante de comidas típicas, não podia autorizar som automotivo devido ter muitas pessoas idosas, doentes em volta deles. Um tempo atrás rolou até polícia aí porque dona x foi pedir o cara lá pra poder abaixar o som e ele pegou uma arma e apontou pra ela. Num domingo chegou os policiais aí, eu acho que os policiais viram que era gente grande, que era filhinho de papai aí não fizeram nada. Já aconteceu de gente sair ni carro aqui dando tiro pra cima, pra intimidar as pessoas, é tanto que disse que gente daqui também já se feriram em briga tentando defender seu próprio lugar, de pegar facão, de pegar pau, pegar espingarda e ir pra cima deles, porque cê sabe que nós todos aqui além de uma comunidade somos tudo parente, se for mexer com um vai mexer com todos. O rio mesmo a gente só pode usar no meio da semana, é tanto que muitas vezes, nos final de semana quando a gente chega lá e vê eles até usando droga aí a gente vem embora que fica com medo, a gente às vezes no final de semana, nos domingos só vive no medo na beira do rio. Tá chegando é muita gente de fora pra destruir o que a gente tem, porque muitos estão vindo de Barreiras, comprando nossas beira de rio, aí derruba, quer dizer, derruba as arvores, põe calçamento, proíbe nós de passar naquele local, local que a gente foi criado, que a gente pescava para sobreviver, num sabe? Porque muitos aqui no Mucambo gostam muito de pescar, agora não, que agora as coisas melhorou um pouco, mas muitos ainda pra poder ter, pra não comer o feijãozinho com arroz todo dia, eles iam pescar entendeu. Mas hoje se você for perguntar, aqui é difícil uma pessoa fazer isso, porque as beira de rio estão tudo vendido, tudo calçada, tudo fechada, você não pode entrar mais pra pescar, porque se você entrar você está correndo risco de levá uma bala, é tanto que eles colocam câmara nas beira de rio, coisas que eu acho que não podia ter na comunidade da gente, entendeu? (CAIRO).

Pode-se também inferir dessas falas que eles conseguem identificar a imbricação entre a “Lei do mundo é a Lei do lugar”. Percebendo, assim, que a inserção de novas práticas e as transformações sócio-econômico e culturais proporcionadas pelas ações e exemplos vindos de fora, “a lei do mundo”, além das delimitações que impõem, à sua macro territorialidade, tem levado parte deles a se render ao encanto da lógica mercadológica, capitalista de tratar a terra fundamentada apenas no valor de mercado. Percebem que esse desequilíbrio, na visão de mundo endógena, vem sendo causado por pressões advindas de uma concepção externa, mercantilista. Mas, a parte que consegue ter essa percepção não se sente fortalecida o suficiente para efetivamente se contrapor a elas.

Alguns sujeitos das falas grafadas acima, entre outros, dão a entender que as suas relações de pertencimento à territorialidade estão ancoradas nos laços de parentesco, identificação territorial e cultural, respaldados no sentimento de ancestralidade e comunidade. Ancestralidade no sentido proposto por Muniz (1999, p. 67), “[...] como vigência de um princípio fundador na sucessão das fases históricas, ‘autenticidade’ e contemporaneidade”. (aspas do autor). O conceito de comunidade assenta-se na noção proposta por Poutignat, (1998, p. 54), quando distingue a noção moderna de Estado e de comunidade, conceituando aquele “[...] como conjunto de pessoas que aspiram a formação de um determinado Estado [...] e comunidade como sendo aquela “[...] em que as pessoas se identificaram no decorrer do tempo histórico”. Recorro ainda ao sentido atribuído ao parentesco por Barcellos; Chagas; Fernandes et al, (2004, p.11), ao pesquisarem laços de descendência e territorialidade da comunidade de Morro Alto-PA, em busca da compreensão dos vínculos de parentesco distribuídos entre as diversas localidades que compõem aquele território:

A afirmação de que “aqui tudo é parente” refere-se a) parentesco com ancestrais fundadores da comunidade; b) parentesco entre os ancestrais fundadores; e c) parentesco entre os descendentes dos ancestrais fundadores selado por intercasamento, adoção e compadrio (2004, p. 11. Aspas das autoras).

Além da similitude entre as duas realidades, pode-se destacar que o sentimento de pertencimento parental e à territorialidade consubstanciada na perspectiva da amizade tem sido o principal instrumento de sustentação e de (re)afirmação identitária da comunidade. Contudo, percebe-se que há entre os(as) mucambenses, dificuldades no que tange a consolidação identitária, assim como de uma organização sócio-política. Nesse aspecto, a presença dos forasteiros de todos os matizes é um fator importante, pois a maneira como vão se apropriando dos espaços da comunidade protagonizam uma inversão do pólo, ao impor principalmente aos jovens o constrangimento de serem forasteiros em seu próprio território. Nesse sentido,

Devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, pois todo processo de desterritorialização é procedido de uma reterritorialização, seja na dimensão econômica, política, ou cultural. (CHELOTTI e PESSOA, 2009, p. 7).

Pois, como apregoa Gusmão, (1995) urge que pensem o território e a territorialização como os mais idosos, como força primeira, em busca de refazerem o espaço, dotando-o ainda mais de sentido de existência. Ou ainda que:

4.1.4 Perscrutando o cotidiano do chão da escola

Desde a pesquisa exploratória vinha percebendo que havia na escola, assim como na comunidade, práticas de preconceito e discriminação raciais. Por isso, objetivava construir algum instrumento voltado para o interior das salas de aulas, para a percepção das relações entre os(as) estudantes e destes com os professores e professoras. Contudo, no período de observação das atividades desenvolvidas nas salas de aulas da sede e do anexo I, encontrei interessantes produções dos(as) estudantes expostas no interior das salas, que atendiam amplamente a esse objetivo.

O processo de investigação da sala de aula se fará basicamente por intermédio da observação direta das situações de ensino-aprendizagem, assim como por meio da análise do material didático utilizado pelo professor e do material produzido pelo aluno. (ANDRÉ 2005, p 44).

Ao me defrontar com tais produções espontâneas vi-me dispensado da pretendida construção de instrumentos para aquele fim específico, uma vez que elas colaboravam para a compreensão do fazer mais aprofundado da prática escolar. Durante as observações, também entabulava conversações com as professoras. Por exemplo:

Tem muito preconceito, vou te dar um exemplo: Eu tenho um cabelo assim bom, aí eu vejo as alunas dizendo que têm o cabelo cacheado, elas pedem pra eu cortar meu cabelo e dar para elas. Elas pedem alisante, pedem chapinha, para passar no cabelo delas. O preconceito é muito forte, os alunos não aceitam os cabelos e a cor da pele que têm. (CATUMBELA).

A professora do depoimento acima é da cor branca. Durante a minha estada na escola pude notar como a mesma é “assediada” por parcela considerável das estudantes. Porém, em nenhum momento da observação percebi que ela demonstrasse qualquer manifestação de preconceito ou discriminação para com qualquer das(os) estudantes. Contudo, notei que a ausência de embasamento teórico para tratar a questão das diferenças étnicas raciais existentes na escola, e em particular dela própria, leva-a a

assumir uma posição paternalista e estereotipada para com as(os) estudantes não brancas(os).

Além disso, do conteúdo da sua abordagem, pode-se depreender que também enquadra como preconceituosas as(os) próprias(os) estudantes afro, que na realidade, são vítimas da ideologia do branqueamento com que convivem na escola e fora dela, cuja marca são os estigmas responsáveis pela auto-depreciação de seus predicados estéticos e pela identificação de valores positivos nas pessoas da etnia branca. Na perspectiva proposta por Goffman (1988, p. 13), “[...] um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem”. Silva (2005) reforça e aprofunda essa discussão:

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos. (SILVA, 2005, p. 23).

Outro problema identificado nas relações do contexto escolar diz respeito à prática de algumas(uns) professoras(es) senão da totalidade, de se eximirem da necessidade, inclusive legal, de trabalharem a educação das relações étnico raciais afrobrasileiras no âmbito escolar como prevê a Lei 10.639 e as Diretrizes Curriculares que lhe são inerentes, como dito anteriormente. Com isso buscam passar para a família tais responsabilidades.

Eu tenho um aluno que chama a colega dele de negrinha, aí eu falo pra ele que isso é preconceito porque ele é branco, mas acho que isso vem da família dele. (CUANZA).

A esse respeito Cavalleiro escreve:

É interessante que, para as professoras, o preconceito é um problema que decorre apenas das experiências vividas na família. Assim, não se reconhecem a si mesmas como parte do problema, mas, apenas, como parte da solução. (CAVALLEIRO, 2000, p. 68).

Embora seja urgente a necessidade de mudança dessa realidade, isso não é uma tarefa qualquer, pois requer uma mudança na postura docente, mas também em todo arcabouço teórico-metodológico do fazer da escola, como defendem Moreira e Candau (2005, p. 37) isso implica na construção e efetivação de “[...] novos saberes, novos

objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação [...]”. Para tanto, a determinação e disposição da comunidade escolar é fator preponderante, contudo, a contribuição da comunidade, e de instâncias educacionais superiores são também indispensáveis.

Durante a realização de uma entrevista na escola, com um estudante de 10 anos, fenotipicamente negro, cursando a 3ª série, propus que fizesse a escolha entre as opções de se identificar como branco, mulato, amarelo, moreno, negro ou outro, ao que afirmou se identificar como moreno. Ao ser perguntado se achava bom ou ruim ser moreno, afirmou: “É bom”. Ao ser problematizado por que achava que era bom, disse: “Porque assim as pessoas não ficam xingando a gente de negro”. Pelo menos duas questões são sugeridas pelo conteúdo dessa fala. Primeiro, negro não é tratado como fator de identificação, muito menos em perspectiva positiva, pelo contrário, é sinônimo de xingamento. A criança estigmatizada no seu pertencimento étnico-racial negro busca um refúgio, e uma das saídas é negar a sua identidade étnica, por exemplo, se “amorenando”. Melo (1987, p. 18) diz que essa atitude “É um recurso simbólico de fuga de uma realidade em que a discriminação impera”.

Conversa de estudantes entre 9 e 12 anos à porta da escola: uma aluna negra se aproxima de uma coleguinha também negra e diz: “ela é do Haiti”, ao que a outra retruca com veemência: “não”! Os(as) coleguinhas então comentam que dali para baixo era tudo Haiti, uma vez que era o “Mucambo de Baixo, tudo esburacado”. O interessante é que as ruas do Mucambo de Baixo, são até mais conservadas do que a Rua do Mucambo de Cima. Poderíamos afirmar com base nesse episódio que não existe uma lógica racional que dê sustentação ao estigma sobretudo os relacionados a etnia, gênero, sexualidade, entre outros. Ele é criado e sustentado apenas em uma ideologia para valorização de um grupo ou de uma pessoa em detrimento de outros tidos como desiguais ou inferiores.

Em sala de aula, um menino negro vai à frente e faz a leitura de sua produção: “O saci pererê é um menino negro, muito peralta, fuma cachimbo e vive pulando em uma perna só”. Ao final das exposições das demais crianças a professora retoma a lenda do saci, escrevendo-a no quadro e a conclui com uma leitura coletiva. Em nenhum momento fez qualquer problematização sobre a relação entre o saci e o menino negro e nem das relações das qualidades negativas inerentes. Ela poderia, por exemplo, aproveitar a oportunidade para problematizar a representação do saci pererê existente

enquanto lenda ou mito, presente no folclore brasileiro, explicando que ele não representa efetivamente nenhuma pessoa de existência real. Daria para abrir uma discussão sobre racismo, preconceito e discriminação raciais, presentes não só nas relações do cotidiano da escola, mas também no imaginário das crianças, como no restante da comunidade. Enfim, como se trata de temáticas e demandas trazidas pelos(as) próprios(as) estudantes, daria para se elaborar um projeto interdisciplinar, em que a transposição didática poderia ser efetivada de maneira contextualizada e produtiva. Porém, a luta docente na perspectiva antirracial, exige rupturas nem sempre simples de fazer, embora necessárias, como afirma Munanga:

Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que consequentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. (MUNANGA, 2005, p. 19).

Assim, aqueles e aquelas que se dispõem às necessárias rupturas devem saber que o primeiro passo é romper com o comodismo e com as práticas tradicionais cristalizadas, em busca do novo, desafiador, propositivo e reconstrutivo.

Encontrei a figura a seguir, exposta nas paredes de uma sala de aula de uma turma da 4ª série, uma atividade desenvolvida individualmente pelas crianças, a partir de uma folha mimeografada pela professora. Tal atividade, em forma de história em quadrinho, trazia a figura de um homem e de uma criança entregando-lhe um presente, com o seguinte enunciado: “papai, receba este presente: meu coração bem pequenininho, embrulhado pra você”. O problema é que todas as figuras que foram coloridas pelas crianças traziam traços europeizados. De todas as colorações, vinte eram de pessoas de cabelos amarelos/loiros e sete de cabelos pretos, lisos. Por outro lado, os traços físicos das figuras disponibilizadas para serem coloridas, não ensejavam às crianças outras opções de colorações/representações, senão as européias. A foto abaixo retrata essa atividade.



Figura 04 - Atividade desenvolvida pelas crianças e exposta na sala de aula.

Situação similar a essa foi o painel que encontrei na sala de aula produzido por uma turma da 4ª série, em comemoração ao dia do soldado. O painel intitulado “Retrato falado da turma” continha 27 colorações efetivadas pelos(as) estudantes em 27 réplicas de uma figura mimeografada. Dessas réplicas, apenas 6 não foram coloridas com cabelos loiros e peles brancas. Porém, assim como no exemplo acima, as figuras entregues para os estudantes colorirem, não lhes ensejavam representar senão figuras europeizadas, uma vez que seus traços já eram definidos. Como se vê abaixo:



Figura 05 – Figuras coloridas pelas crianças e expostas na sala de aula.

Em sala de aula uma estudante negra se dirige a uma estudante branca e diz: “leia de uma vez!” Obtém como resposta: “péra aí, cabelo de algodão doce!” Imediatamente, as demais crianças responderam: “olha o *bullying*”! A reação da professora, foi simplesmente dirigir-se a mim e falar: “anota aí, professor!”. É como diz Cavalleiro (2000, p. 98): “[...] É flagrante a ausência de um questionamento crítico por parte das profissionais da escola sobre a presença de crianças negras no cotidiano escolar”. Há que se considerar que a existência de “preconceito e de discriminação étnicos, dentro da escola, conferem à criança negra a incerteza”. Essa incerteza causa-lhe insegurança que contribui para a efetivação da baixa estima.

Em outra sala de aula, encontrei expostas nas paredes, 55 figuras produzidas pelas crianças de diversas turmas e séries, 24 figuras representavam anjos, com as tradicionais características europeizadas, das demais figuras havia apenas 03 pintadas de preto, porém, todas representavam lobisomem. É como enfatiza Cavalleiro (2000, p. 100): “A escola, penso, representa um espaço que não pertence, de fato, à criança negra, pois não há sequer um indício de sua inclusão, exceto sua presença física”. No caso da escola Dr. Abílio Farias essa questão é mais grave e merece uma reflexão própria, pois não se trata apenas de uma escola no sentido lato, mas de uma escola inserida em uma comunidade quilombola.

No pátio, na hora do recreio, um jovem estudante negro segurava uma bola quando um de pele ligeiramente mais clara se aproximou e disse: “dá a bola, lobisomem preto”. O jovem xingado, olhou-me todo desconcertado e saiu em disparada.

Em uma sala de aula da 5ª série, um garoto de cabelos não muito encaracolados olha para uma menina de trancinhas e diz: “o cabelo dela é bom, é bom, é Bombril” a menina olha na minha direção e fica sem ação. A professora que estava escrevendo no quadro, sem se voltar, apenas diz: “fulaaaaano” A recorrência da omissão por parte dos(as) docentes sobre a também recorrente manifestação do preconceito e discriminação raciais nas salas de aulas leva a pensar que, embora sejam várias as dificuldades a serem enfrentadas para mudar essa situação, elas também não devem ser justificativas para tamanha naturalização. Poderia se começar por aquilo que a todos(as) nós constitui e impacta, positiva ou negativamente, pois faz parte incondicional de nós mesmos(s), o corpo e o cabelo. Por isso, é enganoso se pensar que se pode manter uma relação de neutralidade com isso. Partindo dessa realidade, não se precisaria buscar algo

distante para se trabalhar político-pedagogicamente tal problemática, pois como sugere Gomes,

O estudo sobre o corpo e o cabelo, como ícones da identidade negra presentes nos processos educativos, poderá apontar-nos outros caminhos além da denúncia da reprodução de preconceitos e estereótipos. (GOMES, 2005, p. 245).

Porém, os planejamentos docentes por mim analisados, não continham nenhum objetivo ou conteúdo, para se abordar a questão do preconceito e/ou da discriminação raciais. Aliás, apenas duas professoras tinham ou se dispuseram a entregar algum tipo de planejamento para a pretendida análise¹⁶. Dos que me foram disponibilizados, nenhum contemplava conteúdos sobre a cultura da comunidade, história ou cultura afro-brasileira, assim como não propunham objetivos para se trabalhar personalidades negras. Penso que, por isso, a maioria dos estudantes não sabe quem foi nem o que representa Zumbi dos Palmares. Inclusive nas comemorações da Semana da Consciência Negra nenhum destaque é dado a ele. Comemora-se o feito sem a devida identificação da relação com o ícone de sua representação.

No que diz respeito ao planejamento é outro assunto sério existente na escola, pois segundo as informações que me foram passadas, a instituição não tem o hábito do planejamento, isto é, não faz planejamento geral de unidade ou equivalente com o conjunto dos professores(as), nem é cobrado dos professores(as) a construção de planos individuais, embora exista coordenação na escola.

Os livros de Matemática e Língua Portuguesa são interessantes, trazem, por exemplo, casamentos inter-raciais, famílias formadas por pessoas não brancas, a distribuição plurirracial representa razoavelmente a realidade demográfica brasileira. Os livros de Geografia e História, embora contemplem também a História da África e Indígena, o destaque é dado à História europeia, como discute Vidal (2009, p. 67), em seu trabalho monográfico de conclusão do curso de Pedagogia – UNEB - realizado na Escola Dr. Abílio de Farias no segundo semestre de 2009, intitulado “Mitos Africanos e Narrativas AfroBrasileiras na Educação Escolar: um diálogo possível”, em que afirma não ter encontrado, em sua pesquisa de campo, a presença de mitos africanos nos livros pesquisados, contemplando apenas os feitos europeus. Por minha vez, observei também que os livros de Geografia e de História não abordam com a devida relevância, as

¹⁶ Na realidade a escola não tem tido a prática da realização do planejamento. Nem a escola e nem as professoras(es) os têm. Pelo menos, apesar da minha insistência, não me foram disponibilizados.

contribuições dos estratos étnico-raciais afro-indígena para a construção social, econômica, política e cultural da sociedade brasileira. Pelo contrário, faz distorções. Vidal (2009) afirma ainda que nos livros didáticos trabalhados na escola, as abordagens sobre quilombos retratam os negros de forma estereotipada, tanto na sua aparência física quanto na sua produção étnico-racial, conforme figura abaixo por ele selecionada.

Figura 06 – Afrodescendentes dançando em comunidade rural



Fonte: VIDAL, Rogério de Lima, 2009.

Nos livros que analisei, pude confirmar, por exemplo, que as abordagens infantis que estavam sendo trabalhadas, pelas professoras eram bastante eurocêntricas, incluindo as figuras humanas, quantitativa e qualitativamente brancas. Isto é, além da disparidade dos números, na maioria das vezes, as abordagens sobre atividades desenvolvidas por pessoas/crianças brancas eram as de maior prestígio social do que as desenvolvidas pelas não brancas. Por exemplo: de uma gravura acompanhada de escrita, mostrando crianças brincando no parque, quatro representavam crianças brancas e uma não branca; em outra, com apenas gravura, duas crianças negras brincavam no lixo quando encontraram uma boneca branca, voltaram saltitantes e sorridentes para casa. Em outra, com escrita e gravura retratando anjo e animais, a historinha tem contracenando com anjo loiro e gaivota branca, gavião e morcego pretos. Uma historinha com gravura e escrita trazia jovens brancas e não brancas, a abordagem afirmava que pessoas mexem nos cabelos alisando-os ou fazendo cachos, por isso pentes e bobes são importantes.

Se se quer enfrentar o preconceito e a discriminação raciais na escola, é preciso problematizar também o livro didático, assim como a própria prática pedagógica, sobretudo da Educação Infantil, pois,

O entendimento da problemática racial no cotidiano da educação infantil é condição *sine qua non* para se pensar um projeto novo de educação que possibilite um pensamento menos comprometido com a visão dicotômica de inferioridade/superioridade dos grupos raciais. Falar em socialização do zero aos sete anos é falar de uma etapa fundamental para o desenvolvimento humano. (CAVALLEIRO, 2000, p.202. Destaque da autora).

Com relação ainda à pesquisa de campo na Escola Dr. Abílio Farias. No primeiro semestre de 2009, orientei um trabalho monográfico realizado pelas concluintes do curso de Pedagogia - UNEB, NERY, Heronita Barbosa; SODRÉ, Ana Célia dos Reis, intitulado, “História e cultura Afro-Brasileira no 1º Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos”, cujas conclusões apontaram a existência de preconceito e discriminação raciais entre os estudantes, inabilidade e/ou inaptidão dos(as) profissionais da escola para tratar da questão, existência de baixa auto-estima das crianças que lá estudam, bem como predisposição para auto-rejeição estética e para negação das expressões étnico-raciais e culturais afro.

Durante o trabalho de campo, constatei que há um visível descaso do poder público municipal para com a escola, em todos os sentidos: político-pedagógico, logístico, qualificação profissional, infraestrutura, incluindo a merenda escolar que não se enquadra nos padrões determinados pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura que, inclusive, destina ao município de Barreiras para ser repassada à Escola Municipal Dr. Abílio Farias, uma verba especial pela sua particularidade de pertencente ao povoado do Mucambo, reconhecido oficialmente, inclusive em âmbito federal, como comunidade remanescente de quilombo. Contudo, o município toma como referência para a destinação da sua merenda apenas a condição de escola rural e não de quilombola. Apesar do trabalho realizado pela comunidade escolar, relacionado ao asseio da escola, o descuido do poder público para com essa instituição não passa despercebido pelo corpo discente, como aponta a fala de uma estudante de 13 anos de idade, da 7ª série.

Olha esta escola toda imunda, caindo pedaços, o salário dos professores atrasa, eles não recebem passe, não têm ônibus pra

transportar eles, por isso, às vezes falta aula. A prefeitura devia cuidar da escola. (ENGENHARIA).



Foto 09 - Escola Dr. Abílio Farias – portão de entrada. (Abr, 2009).

Além de sua localização estratégica e singular, a escola recebe o considerável quantitativo de 229 estudantes diariamente, mesmo assim, não tem quadra para recreação, muito menos para a prática e educação física e/ou de esportes. A biblioteca, além de diminuta, não tem nenhuma estrutura para que nela se possa pesquisar, não existe um acervo que contemple temáticas afro-brasileiras. As salas de aulas são mal ventiladas, muito quentes. Existem 07 computadores, semi-novos, destinados pelo poder público federal. Desses, 05 estão desativados. Não há sala para os(as) professores(as). Além dos quadros ainda serem de giz, são de tamanhos inadequados e estão em péssimas condições de conservação. Isso só para enumerar alguns dos seus problemas, não esquecendo um dos mais importantes: não há formação específica dos profissionais da escola voltada para a educação das relações étnico-raciais e nem incentivos para tal, visto o povoado ser reconhecido oficialmente como comunidade “remanescente de quilombos”.

4.1.5 Preconceito e discriminação raciais: marcas e trajetória

Com o que observei, vi e ouvi, no contexto escolar, passo agora a dialogar, começando pela fala abaixo de uma professora diante da problematização que fiz, se na escola havia preconceito escolar.

Tem preconceito com as crianças que às vezes umas chamam as outras de negros, do cabelo ruim, aí uma fala que tem cabelo ruim mas é branca. E também dos próprios alunos negros chamando os alunos de negros. (MBRIDGE).

“O silêncio das professoras perante as situações de discriminação [...] acaba por vitimar os estudantes negros”. Cavalleiro, 2000, p. 32).

O problema se complexifica à medida que mesmo diante da citada situação a professora pensa, ser uma prática meio que generalizada incluindo os(as) próprios(as) negros(as) entre si, não há nada a se fazer. Além do que, a professora confunde preconceito com recalque, ou seja, o que acontece efetivamente é que as expressões étnicas culturais e raciais dos estudantes vêm sendo historicamente reprimidas. A criança, segundo Luz (1990), Silva (1989 e 2001) e Silva (2005) assume a postura de negação dos seus valores identitários e civilizatórios e passa a assunção de valores étnicos valorizados como positivos, no caso, os valores da etnia branca, motivos que a levam até a confrontar e desqualificar integrantes de seu próprio grupo étnico por terem traços fenotípicos afros mais acentuados.

Posicionamento do grupo de estudantes sobre a percepção de algum tipo de preconceito e/ou discriminação raciais na escola. (Tabela 26).

Os dados deste bloco além da sua relevância interna pelo que revelam, ou seja, 62,4% das falas dos(as) estudantes afirmaram já terem presenciado a prática de preconceito e/ou discriminação raciais na escola, também pela sua confrontação com o conteúdo das falas das(os) docentes sobre a mesma problemática, quando apenas 33,3% delas(es) afirmaram que na escola Dr. Abílio Farias existe preconceito e/ou discriminação raciais, e 33,3% também afirmaram que não existe preconceito racial naquela escola. Esse desencontro nas percepções dos(as) estudantes e professoras(es) coloca algumas questões: as práticas do preconceito e da discriminação raciais entre os estudantes acontecem distante dos olhares das(os) docentes? As professoras(es) não têm o senso aguçado o suficiente para perceber quando eles acontecem? Fazem vistas grossas quando os presenciam ou preferiram omitir as informações porque sabiam que os dados fariam parte de uma pesquisa? Abaixo estão algumas falas dos(as) estudantes a

respeito da mesma temática acima abordada: você já presenciou algum tipo de preconceito e/ou discriminação raciais na escola:

Meus colega mesmo chama minha colega de catinga e também de preta, porque ela é bem morena. (ESCRITA. Estudante da 7ª série, com 14 anos de idade).

O racismo é de pessoas que num gosta de preto. Lá mesmo no PETI, lá tem racismo de preto, a menina branca tava dançando quadrilha com o menino, ela virava a cara pra dançar, ela virava a cara porque ela disse que a boca do menino tava fedendo, mas na verdade era porque o menino era preto. O Professor falou que ela ia continuar dançando com o mesmo menino, pra largar de preconceito. A quadrilha que a gente tá ensaiando pra dançar aqui na praça de noite no dia de São João, e na quadrilha o que eu acho pior é o racismo das pessoas, porque as pessoas são muito racistas, e eu não gosto das pessoas que xingam os negros, e eu num gosto porque essas pessoas, os negros, faz parte dos escravos, e não importa a cor, o importante é que você tá dançando a quadrilha, pulando, rindo e se divertindo, e eu gosto muito de dançar e eu quero continuar assim não quero dançar com uma pessoa branca que tem preconceito, quero dançar com as pessoas de qualquer cor, não importa a cor o importante é que eu estou dançando e me divertindo. (MEDICINA). Estudante da 6ª, com 12 anos de idade).

Já me chamaram de negro preto, de negro d'água. A gente não pode fazer nada senão vai expulso da escola. (ASTRONOMIA), Estudante da 4ª série com anos de idade).

Todas as falas acima são igualmente reveladoras das situações vexatórias que enfrentam as crianças negras no seio da escola - uma escola de quilombo - ou em outros espaços como é o caso PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil citado acima pela estudante, Medicina. Porém, o último depoimento proferido por uma criança de 10 anos de idade, estudante da quarta série, representa mais do que uma denúncia contra o preconceito e a discriminação sistemática por ela sofrida e seus colegas no cotidiano da escola. No seu depoimento lê-se a afirmação de que ela sabe que é sujeito de direitos, assegurados na legislação brasileira, como, por exemplo, no ECA - Estatuto da Criança e Adolescente, sabe que esses direitos estão sendo desrespeitados, lê-se também, quem deveria zelar pelos seus direitos, ou seja, a instituição escolar, tem agentes de plantão aptos e prontos para exatamente enquadrá-la, caso queira fazer valer esses direitos, embora à sua maneira. Podemos ainda ler na sua curta fala, que ela aprendeu na escola o preço que os(as) negros(as) pagam para conviverem em uma sociedade preconceituosa, mas que se diz cultivadora da democracia racial. Não estaria

na hora da escola assumir com mais responsabilidade suas micros e macros atribuições sobre essa questão? O silêncio da escola que obriga também o silêncio discente é criticado por Cavalleiro:

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças raciais no espaço escolar, somado ao silêncio das crianças negras sobre as ocorrências de conflitos, parece conferir às crianças brancas o direito de repetir seus comportamentos, pois elas não são criticadas ou denunciadas, podendo utilizar essa estratégia como trunfo em qualquer situação de conflito. (CAVALLEIRO, 2000b, p.211).

Por outro lado, não se pode esquecer a importância da auto-estima na construção da identidade pessoal, sobremaneira da criança. Nesse sentido, há que se considerar que a prática do preconceito e da discriminação só contribuem negativamente para deteriorá-la. Pois, como defende Macedo: “A percepção que os(as) educandos(as) têm de si mesmos(as), isto é, da sua auto-estima depende consideravelmente da qualidade das relações que são estabelecidas entre os seus pares de convívio diário” Macedo, 2008, p. 99). Assim, percebe-se que um dos efeitos danosos dos estereótipos que subjazem nas relações das crianças e dos jovens mucambenses está relacionado ao fato de que, quem não aceita de forma pacífica a discriminação, resiste e se contrapõe a ela, é quase sempre classificado(a) como bagunceiro(a), briguento(a), até porque, dado o nível da agressão e da dor que ela provoca, não disponibilizando de outras ferramentas, os(as) agredidos(as) acabam lançando mão ou do xingamento ou da violência física como resposta.

No Mucambo, a prática do preconceito e da discriminação no âmbito escolar é histórica, porém, extrapola os muros escolares e retroage no tempo e no espaço. Os três depoimentos a seguir, o primeiro de uma menina de 10 anos de idade estudante da 4ª série, o segundo de uma jovem de 16 e o terceiro e último de uma senhora de 55, podem ser uma considerável amostra de como a prática do preconceito e da discriminação raciais têm se efetivado ao longo do tempo, no povoado.

[...] Chama os outros de negros fedorentos, cabelo de pixaim [...]. (GEOMETRIA).

Assim, a gente ia pra escola aí chamava a gente de nega do cabelo ruim, a gente ficava com vergonha de sair na rua. (MONRÓVIA).

Lembrança da escola? O que eu tenho é das batidas que ganhei. Da professora x eu não gostava e nem tenho boa lembrança. Ela me maltratava muito, batia com a régua na cabeça da gente. Até hoje, tenho um caroço na cabeça de reguada que ela me deu, chegou ajuntar bicho [...] tinha as criança mais claras, do Mucambo de Cima e as mais escura, pretas assim que nem eu. Ela tratava bem, ensinava bem, os mais claros, e maltrava os pretos. (ZÂMBIA).

Essa realidade nos dá bem a dimensão do trabalho e da responsabilidade reservados à educação escolarizada, no seio de uma sociedade multirracial, porém racista e conservadora. Nesse contexto, um grande desserviço tem prestado a denominada democracia racial, em que ninguém se assume racista, inclusive no Mucambo. Assim, um papel de destaque está reservado à escola Dr. Abílio Farias. Sabemos que ela reclama ações macro e micro estruturais assim como político-pedagógica concretas e à altura do que necessita a comunidade e, principalmente, os(as) seus(as) estudantes.

Contudo, as mudanças que se fazem urgentes devem começar pelas relações internas, mais precisamente nas salas de aulas, pois os depoimentos colhidos pela pesquisa com os diversos segmentos que a compõem sinalizam que o preconceito e a discriminação raciais são praticados historicamente no Mucambo. Também a escola como instância sócio-educativa poderia e deveria tomar a iniciativa de combatê-lo de forma sistematizada. E, para isso, o primeiro passo a ser dado é a vontade política para fazer a mudança, em seguida é necessário a transformação dessa vontade em algo formal, concreto, objetivando-as, por exemplo, no projeto político pedagógico da escola efetivamente construído na coletividade para, finalmente, realizar a sua operacionalização na prática, como assinala Pereira:

As palavras não são neutras, elas têm história e geram sentimentos, pensamentos e comportamentos. Um aspecto importante a ser considerado quando trabalhamos para construir um ambiente pedagógico democrático e inclusivo é usarmos **as palavras certas para dizer as coisas certas**. [...] eu não posso combater aquilo que eu não reconheço como verdadeiro ou cuja existência nego, sistematicamente, mesmo que a realidade me diga o contrário. Parte importante do processo de perpetuação do racismo é o fato de negarmos a sua existência, minimizando os atos de discriminação e preconceito [...]. Quando não nomeamos claramente o racismo, o preconceito e a discriminação perdemos a oportunidade de combater suas ações, de sanar suas consequências. (PEREIRA, 2010, p. 45. Destaque da autora).

Em continuidade as reflexões sobre o papel que exerce a escola na realidade do contexto civilizatório do Mucambo, busquei realizar alguns cruzamentos das falas dos respondentes da pesquisa, direcionando as problematizações a respeito da escola, sua prática e as marcas dos sujeitos que por ela transitaram ou transitam, lecionando ou estudando. As falas estão agrupadas no bloco abaixo ou transcritas por extenso.

Posicionamento do grupo docente a respeito da abordagem do preconceito e discriminação raciais, efetivadas pela escola. (Tabela 27).

A seguir, as falas de duas docentes a respeito de como a escola vem trabalhando a questão do preconceito e da discriminação raciais.

A gente vem trabalhando assim, mostrando que não é a cor que vai fazer um melhor que o outro, que somos iguais, o que importa é a personalidade. E a gente também fala que até um que chama o outro de negro pode dar problema na justiça. (CATUMBELA).

Quando acontece alguma coisa a gente sempre chama a atenção. No meu caso eu sempre falo para eles que são todos iguais. (LOGE).

O percentual de 63,6% das falas das(os) docentes afirmaram que a abordagem predominante diante das manifestações de preconceito e/ou discriminação raciais é de que “somos todos iguais”. É um dado particularmente revelador, pois esse tipo de abordagem está sustentada apenas no senso comum. Se somado esse percentual aos 27,3% das falas denunciadoras de que a escola toma uma posição de alheamento diante destas questões, chega-se a mais de 90% de afirmações desveladoras da inoperância da escola perante essa problemática tão relevante. Diante do quadro de descaso, incapacidade ou conformismo docente, a situação só não é mais grave porque se coloca como atenuante a formação deficitária ou a falta de conhecimentos, embora isso não sirva de justificativa. Mesmo reconhecendo que em grande medida, as responsabilidades sejam do poder público, coloca-se como questionamento, por que atuando em uma escola como a do Mucambo, as(os) profissionais não buscam uma qualificação mínima que seja, para fazerem frente às necessidades que se lhes apresentam. Munanga discute essa problemática e denuncia:

[...] alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de

discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade [...]. Na maioria dos casos, praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável [...] (MUNANGA, 2005, p. 15. Aspas do autor).

Nessa linha de raciocínio Moreira; Candau (2005, p. 40), aprofundam a discussão afirmando que, ‘A cultura escolar está impregnada por uma representação padronizadora da igualdade – “aqui todos são iguais”, “todos são tratados da mesma maneira” – e marcada por um caráter monocultural’ (Aspas dos autores). E continuam:

Preconceitos e diferentes formas de discriminação estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser problematizados, desvelados, desnaturalizados. Caso contrário, a escola estará a serviço da reprodução de padrões de conduta reforçadores dos processos discriminadores presentes na sociedade. (MOREIRA, 2005, p. 40).

Silva (2005, p. 31), por sua vez, defende que é importante os(as) professores(as) discutirem sobre a beleza da diferença, a riqueza da diversidade, porém trazendo para o debate que elas não devem ser tratadas como sinônimo de desigualdade. Não se pode, com isso, abdicar de reconhecer que o status da igualdade é a premissa básica da condição humana, isto, é, somos iguais em capacidade, em humanidade, mas sem abrir mão do direito à diferença que nos caracteriza, ou como sintetiza Santos (2002, p. 75): “Temos direito à igualdade sempre que a diferença nos inferioriza. Temos direito à diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.” Dessa forma estaremos propiciando às crianças irem compreendendo que valorizar a igualdade não é se submeter a uma classificação hierarquizada. Da mesma forma, ao ensinarmos a valorização da diferença possibilitamos a contraposição ao estigma da desigualdade.

Sem querer desconsiderar certas dificuldades das(os) professoras(es) para se posicionarem frente a questão relativamente complexa, não se pode aceitar, contudo, o comodismo traduzido em ausência de qualquer posicionamento. Nesse sentido, Cavalleiro (2000, p. 211) questiona “o silêncio permanente de professores a respeito das diferenças raciais no espaço escolar”, afirmando que tal atitude, somada ao silêncio das crianças discriminadas, pode levar a uma situação em que as crianças que praticam a discriminação passem a assumir essa postura como adequada, repetindo-a sempre que se verem em situação de conflito.

Posicionamento dos grupos de estudantes, jovens e adultos sobre uma lembrança ruim da escola. (Tabela 28)

A soma das médias das falas deste bloco que relacionaram a lembrança ruim da escola com alguma forma de discriminação e/ou preconceito raciais chega a 34,5%, enquanto que 9%, na média, relacionaram tal lembrança à discriminação racial da professora. Abordando a problemática do negro na luta pela conquista de sua liberdade, Machado (1989), ao discorrer sobre as dificuldades de afirmação cultural e política enfrentada pela “população negra” afirma:

[...] isso se dá pelo fato de que sua identidade e seus valores têm sido aviltados em suas formas mais autênticas, principalmente pelo sistema educacional. Na verdade isso não nos causa estranheza quando passamos a considerar: que vivemos numa sociedade pluricultural, cujo processo civilizatório tende a afirmar apenas os valores da sociedade oficial que é branca; que a educação tem contribuído para a construção de pessoas “iguais”, numa perspectiva de dominação [...]; que a escola, como aparelho ideológico do Estado, na sua prática, tende a ignorar os valores culturais negros, seu universo simbólico, inculcando, nas crianças, os padrões e estereótipos de uma ideologia de inferioridade. Esse processo educacional é uma ação constante, por ser institucionalizada, e tende a fragilizar os elementos construtores da personalidade desses indivíduos, afastando-os cada vez mais das decisões que dizem respeito a seu próprio grupo. (MACHADO, 1989, p. 70. Aspas da autora).

No tocante a realidade do Mucambo impressiona como o preconceito e a discriminação raciais permeiam grande parte das relações sociais, sendo evidenciados em todas as faixas etárias, com uma agravante: vem historicamente sendo praticado também na escola, inclusive por docentes, embora de maneira isolada.

Um exemplo, tipo assim, se o meu colega fosse assim o branquinho, fosse o melhozim da sala de boa situação, essas coisas, o professor tratava ele melhor do que eu e do que os meus colegas que era os mais fracos. Eu já cansei de ver professor chamar minhas colegas de cabelo de pixaim, eu nem sabia o que é isso, e minhas colegas também, mas através de ver o professor falando isso, falava também. A professora que eu mais respeito até hoje aqui, que é a x, que ela nunca tratou nenhum aluno com diferença, pra ela todos é igual. Acho que também ela pensava de onde que ela veio né, era a única professora que até hoje eu estudei aqui assim, quando eu era molequim que nunca descriminou ninguém foi só a x, mas os outros sempre tinha as diferenças, entendeu? Que nem tinha a minha colega, a x que era a mais branquinha, os professores, nem que ela não fosse a mais inteligente da sala, mas com os professores ela tinha tudo, como se ela

fosse a melhor aluna da sala, entendeu? Por isso que ela era a mais metida que tinha na minha sala de aula (MALABO).

Eu estudava numa sala muita unida, mas tinha a discriminação, era entre a questão da gente ser do Mucambo de Baixo, aí os do Mucambo de Cima que estudava na nossa sala, aí dizia que o Mucambo deles era melhor, aí ficava dizendo que a água deles era mais limpa que a nossa, que nos éramos negro e tínhamos os cabelos ruim. Que a professora só tratava melhor algumas crianças de melhor perfeição. (ARGEL. 17 anos de idade).

Durante as atividades que desenvolvi na escola, observei que o posicionamento das professoras(es) frente a atos de discriminação entre os(as) estudantes, quando se posicionavam, fazia o discurso da igualdade: “somos todos iguais, todos são filhos de Deus”. Isso pode inclusive acarretar prejuízos de aprendizagem marcando negativamente as suas trajetórias educacionais.

As marcas de tais práticas estão presentes nos conteúdos das falas de todas as faixas etárias, crianças, jovens e adultos, de 9 a 71 anos de idade. Se se considerar que as respostas não foram induzidas, isto é, o questionamento se referia apenas a lembrança ruim. Assim, o relacionamento da lembrança ruim da escola com o preconceito, o racismo, a discriminação, foi, nesse sentido, espontâneos. Continuando as reflexões sobre a escola, a lembrança boa também foi colocada para ser avaliada, conforme mostra o bloco a seguir.

Eu tenho uma lembrança boa de uma professora, porque aprendi muito dela porque ela foi uma excelente professora. (TRIPOLI. Jovem de 19 anos de idade).

O conteúdo desta fala merece ser destacada, pois revela o quanto a prática docente pode marcar positiva ou negativamente os(as) estudantes.

Posicionamento dos(as) respondentes sobre uma lembrança boa da escola. (tabela 29).

Os dados deste bloco, conjugados com a fala acima, são também carregados de significados. Pode-se explorar, por exemplo, que embora pequeno, o percentual médio de 19,4% das falas, afirmando não terem nenhuma lembrança boa da escola, é representativo uma vez que tal afirmação aparece nos conteúdos das falas de todos os grupos de respondentes. Por outro lado, pode-se destacar como positivo o considerável percentual de lembranças boas relacionadas a professoras(es) 21,7% ou à aprendizagem

também 21,7%. Este bloco contém, pelo menos, um dado que não está explicitado, mas que é igualmente revelador, ou seja, quando a problematização versou sobre a lembrança ruim da escola, os conteúdos das falas foram alongados, robustos. E, ao contrário, quando se retrataram às lembranças boas, as falas foram sintéticas, quase sempre sem comentários. Porém, o dado mais expressivo deste bloco se relaciona à amizade, que representa o maior percentual de cada uma das falas dos três grupos de respondentes, estudantes, jovens e adultos com a média 37,2%.

Aliás, apesar das desavenças existentes entre os membros da comunidade, pude perceber que a amizade é um dos substratos de sustentação da comunidade. Nesse sentido, esses dados corroboram para sustentar que é parte substancial da sua cultura e perpassa todas as faixas etárias. É ela uma das responsáveis por torná-los solidários entre si, pode-se dizer que a amizade se constitui em uma espécie de entendimento tácito entre eles(as), por ser (re)afirmada concretamente quando argumentam “o que nos une é a dificuldade”. Pode-se afirmar que essa realidade encontra eco nas palavras de Bauman (2003, p. 8), quando afirma que a comunidade pode discutir, discordar, “mas nunca desejam má sorte uns aos outros”, e, que o entendimento comunitário

[...] “não é uma linha de chegada, mas o *ponto de partida*, de toda união. É um ‘sentimento recíproco e vinculante’ – ‘a vontade real e própria daqueles que se unem’ e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que as pessoas ‘permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam’ (BAUMAN, 2003, p. 15-16. Destaques do autor).

Como venho abordando, mesmo com os percalços que historicamente obstaculizam aos(as) mucambenses se firmarem, enquanto uma comunidade étnico-racial negra, quicá quilombola, eles(as) têm conseguido, em certa medida, tanto manter quanto ressignificar as suas expressões e valores identitários. Cultivam as suas festividades, as suas religiosidades, os seus folguedos, mas parece que o alicerce para tanto é mesmo a amizade. Não que estejam isentos de desavenças e discordância que estão presentes na política, no esporte e, de certa forma, até nas preferências religiosas. Mas, como dizem, por seu intermédio, no final acabam sempre se entendendo. Nesse sentido a amizade parece realmente ser o ponto de partida.

No bloco, a seguir, foram contempladas apenas as falas dos grupos de respondentes jovens e adultos uma vez que a problematização nele contida, exige um juízo de valor que, a meu ver, nem todos(as) os(as) estudantes estariam aptos a fazer.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos sobre a importância da escola para si e para o Mucambo. (Tabela 30)

Pra mim a importância é conhecimento, eu aprendi mais coisas da vida, coisas que eu aprendi, como a educação o respeito das pessoas, respeito comigo mesmo e pra ter com os outros. (RABATE).

A escola é importante pra todos nós. Assim, é lá que começa nossos estudos. Hoje já tem alguns jovens da comunidade que estão na faculdade outros já terminou. (MORONI).

Somando-se as médias dos percentuais de avaliações da escola chega-se a um total de mais de 95 % das falas avaliando-a positivamente. Embora, o seu grau de importância tenha sido atribuído apenas pela iniciação dos seus estudos.

É interessante observar que enquanto os jovens apontam esse início dos estudos para os membros da comunidade, os adultos o apontam para as crianças. Ninguém se incluiu diretamente nesse benefício. Um dado que percentual e numericamente tem pouca expressividade, porém pelo conteúdo que carrega é de uma boniteza singular, é a fala de um estudante representando 10%, das falas dos jovens que apontou que além do acesso à aprendizagem de conteúdos curriculares, a sua importância está relacionada também à construção do conhecimento para a vida.

4.1.6 Projeto Raízes: possibilidades e perspectivas

Os(as) mucambenses há mais de 70 anos buscam se escolarizarem e mesmo com os obstáculos do passado, tradicionalmente tem conseguido pelo menos se alfabetizarem, mesmo que essa escolarização tenha sido historicamente problemática, o seu nível, como não poderia deixar de ser, vem crescendo quantitativa e qualitativamente, até porque, diante da cobrança da comunidade, a escola vem avançando no oferecimento de níveis cada vez mais elevados de ensino. Hoje, oferece o Ensino Fundamental de nove anos completo. E, embora tenham que se deslocar para Barreiras, distante 15 quilômetros, são vários os(as) jovens que cursam o Ensino Médio, alguns já o concluíram, outros cursam o Ensino Superior, alguns também já o concluíram. Inclusive, há quem já esteja cursando ou cursou a pós-graduação, em nível de especialização, como já foi discutido.

Como dito anteriormente, o Projeto Raízes, promovido desde 2007 pela escola Dr. Abílio Farias, anualmente no mês de novembro, em comemoração à Semana da Consciência Negra, é tido pela comunidade escolar como sendo da mais alta relevância, no que diz respeito a contemplar a cultura local. Por isso, é pertinente a inserção de algumas reflexões a ele relacionadas.

É notório como no âmbito escolar, atribuem a esse projeto uma condição de excepcionalidade, isto é, para as(os) docentes ele seria uma espécie de catalisador dos saberes e fazeres da comunidade, pois se constituiria como uma estrada de duas vias, realizando a dialética fazeres/saberes da comunidade, e o ser, saber fazer da escola.

Posicionamento dos quatro grupos de respondentes sobre os seus conhecimentos do que é o Projeto Raízes. (Tabela 31).

Conheço, é uma forma de mostrar o valor do negro, a cultura dos negros. O Projeto Raízes conscientiza que somos remanescentes quilombola. (MALABO).

O projeto Raiz? Conheço, é da escola, da consciência negra. (BURUNDI).

É um projeto que mostra toda a cultura da comunidade, mostra a cultura de antigamente, eles resgatam a cultura. É apresentado na Praça do Mucambo. Tem todo ano no mês de novembro, é um projeto rico. (QUEVE).

A gente começa a trabalhar ele desde o início do ano. Aí quando chega em novembro nós vamos fazer a exposição, por que ano passado foi uma semana que todo dia a gente ia na praça expor os trabalhos. (ZAIRE).

Os conteúdos dos depoimentos acima são qualitativamente representativos, pois falam por si sós. Eles são afirmações de que o Projeto Raízes representa algo relevante para a comunidade, vez que contribui para elevar a autoestima das crianças e dos jovens como para a valorização da cultura local. Nesse sentido, corroboram os conteúdos deste bloco das falas sistematizadas a seguir: 70% dos jovens o relacionaram a negritude e outros 20% o relacionaram a consciência negra e à escola. Eles são protagonistas do projeto, pois durante a sua realização, jogam capoeira, participam de desfile da beleza negra, encenam peças teatrais, entre outras atividades.

Quanto ao corpo docente é significativo que 9,5% das falas afirmaram não se lembrarem do período da sua realização, acompanhadas de outras 4,8%, sinalizando que

o desconheciam. Por outro lado, 38% sinalizaram que o Projeto é relacionado com a escola, seguidas de 42,8% de afirmativas de que ele é um projeto que resgata toda a cultura do povoado, além ainda, de 4,9% afirmando que a escola o trabalha o ano todo.

Quanto aos adultos, é também interessante que 78%, sobretudo os(as) mais idosos(as), têm plena consciência de que todo ano acontece um evento envolvendo principalmente as crianças e a juventude, porém não sabem dizer com propriedade o que é, nem o que efetivamente propõe. Esses dados sugerem que o projeto embora tenha se tornado algo referenciado por todos os segmentos, ainda não acontece de maneira discutida e articulada entre escola e comunidade, nem permeia o fazer da escola em uma perspectiva de longo prazo. Pelo contrário, apesar de sua riqueza ele ainda acontece de maneira pontual, apesar das falas de uma parte do corpo docente afirmando o contrário, como visto acima. Visando um maior aprofundamento dessa discussão foi proposta a problematização a seguir:

Posicionamento dos grupos de estudantes, jovens e adultos sobre as suas avaliações sobre os festejos de novembro realizados na praça relacionados à juventude.
(Tabela 32)

Na discussão anterior, ficou patente que a comunidade referencia o evento de novembro realizado na praça para se comemorar a negritude, embora nem todos(as) saibam muito bem que se trata de um evento denominado Semana da Consciência Negra, viabilizado pelo Projeto Raízes, realizado em parceria entre a escola e a comunidade, tendo como objetivo discutir a sua etno-cultura.

Com o objetivo de aprofundar um pouco mais o que significa para eles(as) a realização da Semana da Consciência Negra, modifiquei o foco do questionamento como se vê acima, bem como excluí o grupo docente. Aqui, por um ou outro motivo, o projeto obteve aprovação unânime, expressada, por exemplo, na média de 35,1% que creditaram a sua importância por falar da cultura da comunidade; 44,4% porque os jovens e as crianças se divertem e 20,4% por valorizarem a cultura negra.



Foto 10 - Reunião na Praça da Igreja em comemoração à 3ª Semana da Consciência Negra.

4.2. TERRITORIALIDADE E ETNICIDADE

4.2.1 Tradição e renovação: as várias faces da mesma tessitura

Sabe-se que existe uma polêmica discussão se o Mucambo se constitui ou não em uma comunidade quilombola, não faltando quem diga que sim, nem os que afirmem o contrário, tanto no âmbito do próprio povoado, assim como além de seus domínios territoriais. No entanto, é interessante destacar alguns dos seus aspectos étnico-raciais e culturais, a saber: a absoluta maioria dos seus moradores e moradoras é fenotipicamente negra; o próprio nome que identifica o povoado: Mucambo; sua forma de organização sócio-familiar estruturada na dinâmica do parentesco, principalmente através dos casamentos endogâmicos efetivados entre primos e primas; a estrutura minifundiária da propriedade da terra transmitida por herança desde os seus antepassados até os dias atuais; a ausência da respectiva escritura pública da terra; a forma coletivo-familiar de produção, isto é, os filhos e filhas que se casam continuam a produzir no mesmo lote de propriedade de seus genitores e sua também, pois com o falecimento daqueles, herdamos o lote, mas os herdeiros e herdeiras não o dividem entre si, continuam a cultivá-lo coletivamente; a prática centenária de cultivar determinados valores e expressões culturais, vivenciadas através das práticas festivo-religiosas como a cultura do reisado, por exemplo, objeto do relato a seguir:

Quando meus antepassado mudou pra qui eis passava uma história muito difícil, então tinha uma muié aqui que saia com o Santo Reis, fizeram um voto que Santo Reis defendesse daqueles prano que tava passano, eis ia pegá a mesma coisa e faze um grupo da reunião. Aí eis coloiaram com eis que era vizinho de meus avô e que tinha a traia e tudo. Aí quando eis não saia com o Santo Reis deis, assim sabe? Arrumava aqueles instrumento pra meu pai e meus ti, aí depois um dia, um ano eis encrencou pra não dá mais as traia pra eis, aí eis mesmo inventaro pelo que tinha lá, rancaro umas maderá daquele tamburi lá em riba, aí meu avô foi mais um colega, serraro o pau eis mesmo mexero lá e fizeram as traia, depois no dia de saí com o Santo Reis eis tava com as coisa tudo pronto. Aí agora já não precisô mais das traia deis. Então nós enquanto fô vivo, todo ano nós sai. O voto que eis fizeram eis cumpriu e até hoje. Falecero os véi e até hoje eu tô seguino, o mesmo material tá aqui guardado dentro desti quarto, nós ainda sai com ele. (OTÁVIO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, 75 anos de idade).

[...] Tambô sempre batia. Mais de primero não era candomblé né? Falava era do tambô, caboclo, era batedô di tambô, era gaita, era essas coisa, não tinha candombré não. Era nessa que nós fomo criado, né? Nessas batida de tambô acontece muitas coisa, tem veis que a gente não dá nem conta de contá. (ANGOLA).

Os aportes teóricos a seguir colaboram para uma melhor contribuição dos princípios e características organizacionais e históricas das comunidades de quilombos, o que e como foram as suas organizações. E por certo, também contribuem para se poder avaliar com critérios mais objetivos até que ponto o Mucambo se aproxima ou não desse perfil de organização.

À luz da complexidade do que foi a experiência de aquilombamento no Brasil é que, possivelmente, pode-se entender a variedade de designações recebidas pelas “comunidades remanescentes de quilombos”: “Terras de Preto”, “Comunidades Negras Rurais”, “Mucambos”, “Quilombos” e tantos outros. E são assim designadas, pelos próprios protagonistas, porque encerram experiências particulares de lutas para se constituírem enquanto grupos que, por diferentes meios, confrontaram-se com o sistema escravista para sobreviver física e culturalmente. (SILVA, 1998, p.49. Aspas do Autor).

Acerca das considerações referentes ao conceito de quilombo, pode-se afirmar que este tem passado atualmente por vários questionamentos, diferindo da idéia de rebeldia, de fuga e de enfrentamento [...] A historiografia sobre escravidão tem apontado que muitas das comunidades negras rurais do Brasil – consideradas quilombos contemporâneos – têm trajetórias diferentes: algumas foram formadas por escravos (ou ex-escravos), após a falência de uma fazenda ou plantação nas décadas anteriores à abolição; outras são frutos de doações de terras por senhores a ex-escravos [...] O que essas

comunidades têm em comum, além da cor da pele de seus habitantes é uma resistência cultural de longas décadas. [...] Uma comunidade que continua mantendo seus traços culturais através do casamento entre as mesmas famílias, demonstram uma forma de resistência em vários sentidos (MIRANDA, s.d. p. 5; 6; 12).

Pelo explicitado acima e corroborado por outros estudiosos dessa temática, o que se percebe é que as comunidades de quilombos Brasil afora, foram de uma grande dinamicidade quanto à sua organização. Assim, segundo Silva (1998), Gusmão (1995) entre outros, as denominadas Terra de Preto, Comunidades Negras Rurais, Terra de Santo, Mucambo, têm o mesmo sentido e remetem todas, a uma ou outra forma de organização quilombola.

Contudo, apesar de todos os predicados que os mucambenses possuem, em se levando em consideração estas conceituações, a auto-identificação da própria comunidade como quilombola e até mesmo como negros, à primeira vista, pode parecer problemática. Por outro lado, nada disso é também de se estranhar, em recente documentário etnográfico intitulado *Quilombos da Bahia*, dirigido por Antonio Olavo retratando vários quilombos existentes no Estado da Bahia, podemos verificar que se constitui um dilema as suas auto-identificações, conforme escreve Pádua e Silva:

Nas narrativas dos moradores também percebemos um grande dilema: Quem são eles? Como se vêem? Muitos não se reconhecem como quilombos; outros mais politizados, já reivindicam essa condição. Sobre ser negro, também vivem um dilema comum dos brasileiros: são negros “puros” ou misturados? (PÁDUA e SILVA, 2007, p. 77. Aspas do original).

Essa contemporânea abordagem sobre as comunidades negras rurais, corrobora para a compreensão da realidade do Mucambo, principalmente relacionada ao contexto micro e macro que a insere. O Mucambo de Baixo convive em intersecção com o Mucambo de Cima, esse último, composto em sua grande maioria por pessoas supostamente brancas¹⁷ e, hostis, étnica-racialmente aos habitantes daquele.

¹⁷ Há entre os negros do Mucambo de Baixo, pessoas com o sobrenome Vieira, igualmente há entre os supostamente brancos do Mucambo de Cima, inclusive entre os Vieira, pessoas negras que, inclusive rejeitam veementemente serem qualificadas como tais. Dois fatores teriam contribuído para essas realidades, um deles seria os relacionamentos extraconjugais do coronel Vieira com as negras, o outro fator teria sido a prática dos antepassados dos Vieira, de atribuir o seu sobrenome aos seus ex-escravos, desde as Lavras da Chapada Diamantina, de onde todos(as), brancos e negros, migraram para o Mucambo. As informações a respeito do sobrenome Vieira foram colhidas exclusivamente junto aos Vieira, pois com os integrantes do Mucambo de Baixo, por mais que tentasse, não foi possível confirmá-

As falas inseridas tanto nos blocos a seguir, quanto nos conteúdos das falas posteriores e por extenso, foram propostas como forma de aprofundar a reflexão sobre o sentimento de pertencimento identitário étnico-racial dos(as) mucambenses.

Posicionamento dos grupos de respondentes estudantes, jovens e adultos sobre algo de que mais gostam no Mucambo. (Tabela 33).

É ótimo, o povo é cooperativo, amigo. O bom de morar aqui é que sempre na hora assim de uma dificuldade todos ajuda, a comunidade se une pra resolver o problema, além do rio. (GABORONE).

Pode-se afirmar que os conteúdos das falas sobre as preferências de identificação étnico-culturais, e territoriais dos(as) mucambenses se constituem um bom parâmetro para discutir os valores cultivados e cultuados internamente pela comunidade. Embora existam algumas variações quanto à particularidade do elemento da predileção de um ou de outro grupo de respondentes da pesquisa, no geral dão bem a dimensão do elevado grau de (re)afirmação do sentimento de pertencimento que alimentam. Com exceção do grupo dos adultos, todos esses percentuais representam médias. A amizade foi o item que mereceu o maior percentual: 25,9%; a segunda predileção foi o rio com 22,4%; os festejos ocuparam o terceiro lugar com 21,9%; a tranquilidade do lugar, apesar dos forasteiros, foi eleita em quarto lugar com 15,2%; destacaram a igreja em quinto lugar com 10,3%, e a terra para plantar foi pontuada apenas, pelo grupo de respondente adulto com 12,9%. Retomo a reflexão a respeito dessa temática no bloco a seguir.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos sobre o que é capaz de unir os mucambenses. (Tabela 34)

Assim, no momento do falecimento de alguém, as pessoas se juntam pra dar solidariedade, porque acaba sendo sempre alguém da família. (MONRÓVIA).

Acho que une a gente é a hora que morre alguém, aí todo mundo esquece as desavença e procura ajudá. (MASERO).

Eu acho que o que une aqui e a dificuldade, pode até tá brigado, que desavença sempre tem mesmo, mas quando alguém tá na dificuldade

las. A miscigenação entre pessoas integrantes dos Mucambos de Baixo e de Cima, entre brancos e não brancos de modo geral, continuou após o coronel Vieira e chega aos dias atuais.

aí se precisar, ajunta todo mundo pra ajudá porque aqui acaba sendo sempre alguém da família. (BOTSWANA).

Nas falas deste bloco fica patente que as dificuldades enfrentadas pela comunidade se constituem no elo entre os seus componentes. A soma das médias das falas se referindo às dificuldades como fator de união ultrapassou a casa dos 90%. Enquanto que a religião, nesse mesmo sentido, respondeu por 8,4% das falas.

Também chama a atenção o item terra para plantar, pontuada no bloco anterior. Embora tenha ficado em último lugar na predileção geral, isoladamente é bastante representativa, primeiro por ter sido o único item apontado apenas pelos adultos. Segundo, porque foram quase que exclusivamente os idosos que a elegeram como algo importante no Mucambo. Isso implica dizer que a identificação com a terra é maior entre os(as) de idade mais avançada. Apesar de, hoje, o Mucambo estar organizado sócio economicamente em formato de agrovila, inclusive com a existência de alguns postos comerciais, não há dúvida de que se constitui em um núcleo campesino, de roça, como se diz na região. Nesse sentido, como escreve Gusmão (1995), enquanto homem do campo busca a preservação do que imagina “ser o modo de vida camponês”. Parece que vale a pena retomar aqui a fala do Sr. Egito:

Moço o que eu penso que Deus tem a vê com nós na terra porque se ele dexô aquela ali pra nós tê o fruto da terra né? E nós tê o nosso sossego enquanto vida nós tamo em cima dessa terra né? Então, o principal que Ele dexô é a terra pra fazê a vida dos nosso antepassado e a nossa vida pra quando morrê e arubu não comê, ela quem come, nós é enterrado nela. (EGITO).

Embora o sentimento de pertencimento à territorialidade seja contundente nesta fala, ela expressa muito mais, vai além. Nela se entrelaçam outros sentimentos, como por exemplo, de parentesco, étnico-raciais, entre outros. Pode-se afirmar que essa abordagem encontra respaldo na escrita de Gusmão (1995, p. 226) quando diz que esse macro pertencimento identitário se constitui em uma “[...] interdependência entre parentesco e a raça com a terra, o uso e a representação que dela, ‘terra’, faz [...].” (Aspas da autora).

Ao retomar a discussão sobre os festejos, vale destacar que, quando os(as) mucambenses se referem a festejos, estão se referindo por extensão, também à religiosidade. Dentre as várias atividades que cultivam: Reisado, Divino, Sagrado

Coração de Maria, Juninos, e, em certa medida, a Semana da Consciência Negra, apenas a última não tem nenhuma conotação religiosa. O alto percentual das diversas predileções explicitadas acima, pode ser problematizado com dados anteriores sobre a disposição, até de adultos, mas sobretudo dos jovens de mudarem-se do Mucambo. O que aqui transparece é que, apesar da crescente desterritorialização material e simbólica que lhes vem sendo inflingida principalmente pelos forasteiros(as), (re)afirmam um elevado sentimento de pertencimento a sua territorialidade. Chama a atenção também que a expressada disposição principalmente dos jovens de se mudarem do Mucambo, está relacionada com a falta de oportunidade de se inserirem sócio-economicamente e também com a disseminada prática do preconceito e da discriminação raciais, além da politicagem que, segundo afirmam, tem atrapalhado a sua organização social, étnico-racial.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos sobre identificação de características quilombola na comunidade. (Tabela 35).

Tem, a maneira de viver aqui, de colher os alimentos, fizeram o pilão pra limpar arroz, pegava castanha de caju fazia farofa, fazia farinha de mandioca. Também com a cultura dos engenhos né? Que aqui sempre teve. (BAMAKO).

As falas sistematizadas neste bloco respaldadas pela fala acima, sinalizam e reforçam a visão até certo ponto estereotipada, abordada anteriormente, sobre o que seria o perfil étnico-racial dos componentes de uma idealizada comunidade quilombola. É interessante essa visão quando colocada no contexto de identificação pelos(as) jovens das características da sua própria comunidade, Em média, 74,4% das falas sinalizaram que a negritude é o que os identifica como tais, indicando que a prática cotidiana dos mucambenses são parâmetros para classificá-la como comunidade de quilombo, foram apontadas pelos jovens com 29,8%. Isso permite inferir que, pelo menos, os jovens se reconhecem com predicados étnico-raciais e culturais que também são utilizados exogenamente para distingui-los enquanto uma comunidade étnica negra.

Esse raciocínio encontra respaldo nas afirmações de Poutignat, que ao discutir identidade, afirma que tanto a identidade coletiva quanto a pessoal é construída na relação entre grupos sociais “[...] ela é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre os

grupos, definindo os que os integram ou não” Poutignat, (1997, p. 11). Sodré (1999, p. 34), por seu turno, propõe que falar de “[...] identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, construído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive”.

Nesse sentido a que se considerar que a comunidade do Mucambo vivencia certas vulnerabilidades, sobretudo em face da relação de compadrio que permeia as suas relações sociais, bem como problemáticas no tocante às discórdias que ocupam alguns espaços do seu dia a dia, fomentadas pela política partidária, também pela própria associação de moradores. Isso acaba exercendo pressões internas e externas nas bases daquilo mesmo que a pode identificar enquanto quilombola, ou seja, os seus valores étnicos culturais, comunitários. Porém, como convém a um grupo étnico, cultiva um forte sentimento de solidariedade alicerçado sobretudo na amizade – porto seguro que, mesmo sem terem muita consciência objetiva disso, tem servido de trincheira à preservação grupal ao longo dos tempos. Essa realidade é repaldada pelas argumentações de Poutignat e Bauman:

As distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na presença no decorrer de histórias de vidas individuais. (POUTIGNAT, 1998, p. 188).

A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa.[...], a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e freqüentemente assolada pela discórdia interna; **trincheiras e baluartes** são os lugares onde os que procuram o aconchego, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte do tempo. (BAUMAN, 2003, p. 19. Destaques do autor).

O clima reinante de preconceito étnico-racial, principalmente velado, sem desconsiderar o concretamente manifestado aos afrodescendentes e às suas etnoculturas, não só no povoado do Mucambo, mas também no contexto macro com que convivem, se os têm discriminado, também têm contribuído para o fortalecimento do *ethos* da comunidade. Assim, a negritude que representa seu principal elemento de

distinção identitária, tanto endógena quanto exógena, da mesma forma que tem sido alvo de estigmatização, tem também incentivado a assunção do seu pertencimento étnico a ela.

Posicionamento dos grupos de jovens e adultos a respeito de achar bom ou ruim ser mucambense. (Tabela 36).

Apesar das dificuldades, a gente se conhece e somos tudo família, [...] tenho orgulho de ser daqui! (COTONU).

Essa fala apesar de ser isolada, é carregada de expressividade, uma vez que emerge da (re)afirmação do sentimento de pertencimento a uma comunidade sustentada nas relações de parentesco, amizade e territorialidade. A despeito da existência de certas dificuldades, como afirmaram.

As falas que se posicionaram afirmando que é bom ser um mucambense, alcançaram a média de 80%. É significativo que não houve nenhuma fala em sentido negativo, assim como também o são, os 6,7% dos adultos que sinalizaram que é difícil ser um mucambense. Sobre essa questão, o entendimento é que, além do “texto”, o contexto observado autoriza afirmar, que esse percentual é bastante relevante, pois a assertiva é de que assumir-se mucambense exige uma assunção de posição o que nem sempre é tarefa fácil. Também há os(as) que preferiram nada registrar. Vale frisar, o silêncio também pode muito significar. Nesse sentido, enquadra-se também a média de 16,6% de afirmativas de que é mais ou menos bom ser um(a) mucambense.

As falas deste bloco, em comparação com os conteúdos das falas do bloco anterior, ensejam algumas reflexões, por exemplo: naquele, os percentuais de identificação com uma negritude idealizada são bem mais expressivos. Isso leva a inferência de que, embora haja um forte sentido da identificação com o que pensam ser uma comunidade de quilombo, neste bloco externalizaram o sentimento de que vivenciá-la efetivamente, confere certo ônus que pode ser complicado sustentar.

Não resta dúvida que, em certo sentido, assumir-se mucambense implica identificar-se e ser identificado enquanto pertencente a um grupo étnico-racial negro, com toda a carga semântica que esse termo carrega, inclusive naquela territorialidade. Segundo Poutignat, a distinção de um grupo étnico consiste em uma afirmação interna, mas igualmente em uma definição também externa.

Definições endógenas e exógenas não podem ser analiticamente separadas porque estão numa relação de oposição dialética. Elas raramente são congruentes mas necessariamente ligadas entre si. Um grupo não pode ignorar o modo pelo qual os não membros o categorizam, e na maioria dos casos, o modo como ele próprio se define só tem sentido em referência com essa exo-definição. [...] Em todas as abordagens que fazem da identificação mútua, o traço constitutivo da identidade étnica, a produção e utilização dos nomes étnicos representam objetos de análise particularmente importantes para elucidar os fenômenos de etnicidade, uma vez que a existência e a realidade de um grupo étnico não podem ser atestadas por outra coisa senão pelo fato de que ele próprio se designa e é designado por seus vizinhos por intermédio de um nome específico. (POUTIGNAT, p.143).

Todas as referências e autorreferências relacionadas aos mucambenses sinalizam que a sua trajetória constitutiva é marcada pela sua distinção, enquanto um grupo com predicados étnico-raciais e culturais particulares, tendo a negritude como o elemento de destaque para tal identificação. Essa realidade histórica carrega e compõe uma dialeticidade exógena e endógena no que diz respeito à elaboração da visão de mundo da comunidade, também no sentido da necessidade de se organizarem e se defenderem enquanto um grupo étnico distinto.

4.2.2 Festejos e religiosidade: tecendo sociabilidade, construindo identidade

Posicionamento dos grupos de jovens, estudantes e adultos a respeito da importância dos eventos festivos ou religiosos do Mucambo. (Tabela 37).

Os conteúdos das falas deste bloco (re)afirmam que os(as) mucambenses são um povo religioso, alegre, festivo, cultivadores de valores étnico-raciais e culturais particulares. Nota-se que todos os grupos de respondentes revestem de importância pelo menos um evento festivo/religioso e/ou cultural. Com exceção do último percentual, todos os demais deste bloco estão assentados pela média. O evento religioso/festivo do Divino foi eleito com 29,2% de preferência. Os festejos Juninos que tem conotação quase que exclusivamente festiva foi distinguido com 28,9% de predileção. O Reisado mereceu o quarto lugar com a preferência de 18,7%. Pode-se afirmar que o destaque mesmo ficou por conta da Semana da Consciência Negra, pois embora seja um evento relativamente novo na comunidade, com apenas quatro anos de existência, além de

aparecer nas falas de todos os grupos de respondentes com 20,5%, foi mais pontuado inclusive do que o evento do Sagrado Coração de Maria que foi apontado com 2,7%, aparecendo apenas na fala do grupo de adultos.

Esse também é um dos recortes étnico-racial dos mais interessantes, pois de uma ou outra maneira a todos(as) envolve. No Mucambo, existem ainda os pentecostais que se reúnem 03 vezes por semana. Já os católicos congregam quinzenalmente, sob a orientação da Sr^a África do Sul, a líder religiosa local, e vão à missa mensalmente ministrada por um padre oriundo de Barreiras. Quase que a totalidade dos eventos religiosos é entrelaçada com atividades festivas, profanas. É assim, com as tradicionais festas do Divino, do Reisado e do Sagrado Coração de Maria. Principalmente os jovens organizam e praticam, ainda, com o maior empenho e dedicação, as quadrilhas e danças juninas. O futebol é praticado, tanto pelo sexo masculino quanto pelo feminino.

Um aspecto que chama a atenção é que, embora todas as atividades étnico-culturais envolvam também a participação das crianças e dos jovens, é cada vez menor a participação desses grupos geracionais nessas manifestações, com exceção do São João e do Projeto Raízes. A esse propósito, é interessante o depoimento do Sr. Otávio, a seguir, que foi uma espécie de guardião das expressões e valores étnico-culturais da comunidade e veio a falecer 08 meses após conceder-me, de maneira generosa, mais uma entrevista. Também, por isso, é sempre carregada de emoção a sua lembrança. Naquele momento da entrevista, parece que estava antevendo a sua passagem para outro plano, pois, além de predizer que viria a falecer em breve, revela toda a sua preocupação, zelo e (re)afirmação com a continuidade da tradição e sua esperança do envolvimento dos jovens para a continuidade dela.

Eu tô meio aduentado, mas já insino pros meus fi porque eu tô quase pra morrê, mais é pros meus fi continuá a tradição, eu pego os mininos insino a tocá o tambô, as gaita. OTÁVIO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, 75 anos de idade. (Em memória).

A título de contribuição ilustrada das práticas da religiosidade e dos folguedos que são realizados na comunidade, selecionei as três fotos a seguir: A primeira retrata um encontro de realização do Sagrado Coração de Maria um evento para se rezar e folgar. Antigamente esse encontro acontecia anualmente, durante todo o mês de maio que, segundo eles, é o mês de Maria. Grupos formados por cinco pessoas ficavam responsáveis por encaminhar todas as atividades, cada grupo em um dia. Ao cabo do

quinto dia, fechado o ciclo, recomeçava novamente com o primeiro grupo até terminar o mês. As atividades consistiam na realização de oração no interior da igreja e confraternização na praça externa à igreja com foguetório e tudo o mais. Atualmente, não mais existem atividades durante todo o mês como antigamente. Agora, realizam rezas e queimam fogos apenas na quarta-feira, sexta-feira e sábado, alternando a incumbência de coordenar a disputa da queima dos fogos entre viúvos(as), solteiros(as) e casados(as). Quando chega o final do mês de maio, realizam três dias de festa: um dia para os viúvos, um para os solteiros e um para os casados. Realizam o evento religioso na igreja, porém a festa profana agora é realizada na residência de alguém pré-determinado, na sequência do evento religioso.

Ao final do mês de maio, após a reza na igreja, reúnem-se na casa deste alguém denominado animador da festa. Os participantes levam boas quantidades de fogos, comidas e bebidas. Ao som de instrumentos rústicos: uma espécie de flauta que denominam de gaita e percussão executada com atabaque que chamam de tambor, zabumba e rec, uma espécie de reco-reco, todos confeccionados por eles mesmos, (o Sr. Otávio era mestre nesse ofício), põem-se a cantar e a dançar ao ritmo do samba de roda que vão acompanhando batendo palmas. De repente, param a dança e o(a) festeiro(a) grita o nome de alguém, que esteja presente. Este alguém responde queimando fogos, assim vão alternando, o chamamento e a queima de fogos: um(a) solteiro(a), um(a) viúvo(a) e um(a) casado(a). Se chamar algum desavisado que não esteja prevenido com fogos, alguém da comunidade imediatamente faz a queima dos seus próprios fogos, de tal sorte que nem se percebe que tinha alguém desprevenido. Isso, inclusive, ocorreu comigo mesmo.



Foto 11 - Sr. Otavio da Conceição de Oliveira. Líder, “guardião” e animador dos festejos acompanhado de outros membros da comunidade, em animação do samba de roda – festa do Sagrado Coração de Maria. (Maio, 2010).

Percebe-se que é mais um momento para estarem juntos comendo, bebendo, cantando, dançando, se confraternizando, enfim, (re)afirmando a sua cultura. Esse evento mostra toda a riqueza criativa dos mucambenses no reelaborar as suas práticas étnico-culturais transformando-as em uma cultura particular. No caso do Sagrado Coração de Maria, diminuíram as atribuições de cunho religioso e incrementaram o lado lúdico-profano.

Nesse aspecto, as suas atividades festivo/religiosas encontram respaldo nas palavras de Steil (1987, p. 27) quando afirma que o aspecto penitencial da religiosidade popular tradicional “[...] é apenas um lado da experiência religiosa. O outro é a festa é a alegria”

Essa atividade além de representar a capacidade dos(as) mucambenses de moldar um acontecimento eminentemente religioso em um encontro festivo, aberto inclusive aos de fora da comunidade, parece também representar a concretização de uma vontade, uma disposição, um modo particular de (re)afirmar “[...] o princípio de que somos todos iguais, todos irmãos, como tantas vezes vemos repetido pelos participantes dos rituais católicos nos locais de peregrinação, negando as divisões e as diferenças” Steil (1987, p. 39).



Foto 12 - Interior da Igreja Católica durante Missa do Divino. (Abr, 2010).

O encontro do Divino ou do Divino Espírito Santo como denominam, acontece anualmente, num domingo, contando-se sete semanas a partir da Sexta-feira Santa, período situando entre abril e junho. Um grupo portando uma bandeira do Divino e

instrumentos musicais inicia a caminhada a partir da Sexta-feira Santa, passando de casa em casa entoando as cantorias do Divino, arrecadando donativos tanto para a alimentação dos integrantes do grupo durante a peregrinação, quanto para a realização da festa. Sua realização acontece nos moldes mesmo dos demais eventos da mesma natureza realizados em toda a nossa região.

A singularidade está relacionada com a cultura da comunidade, ou seja, por ser uma festa já tradicional, uma enorme gama de pessoas da vizinhança, principalmente de Barreiras, deslocam-se para lá, tanto por motivos da religiosidade, quanto para participar do aspecto profano. Nesse dia, o lugarejo se transforma, vê multiplicada a sua população, em vista disso, principalmente as mucambenses também se transformam, todas e todos querem estar bem arrumadas(os). Escovam os cabelos, utilizam os melhores trajes, muitas vezes adquiridos ao peso de alto custo especialmente para esse acontecimento.

Além das festividades, o ritual que precede e antecede os festejos também são bastante interessantes. Após a missa, ainda no interior da igreja, realizam um sorteio para saber quais as pessoas irão promover a festa no ano seguinte. O grupo encarregado da realização do evento em cada ano é composto pelo imperador, alferes da bandeira, capitão do mastro e quatro caudatários: primeiro, segundo, terceiro e quarto. O Imperador é responsável pela realização do evento, é ele quem organiza todo o festejo, providencia tanto a parte da festa profana, quanto da religiosa. A arrecadação dos donativos é de responsabilidade do alferes da bandeira. É do capitão do mastro as atribuições de levantar o mastro oito dias antes da festa e também de derrubá-lo, assim como levá-lo para a casa do imperador recém eleito. A função dos caudatários é fazer tipo um círculo em volta do imperador e do capitão do mastro para evitar interferências e contatos diretos das pessoas com eles. Para se candidatar à função de imperador, o(a) pretendente precisa morar no Mucambo, no entanto, pode ser do sexo feminino ou masculino, não importa a idade, pode ser criança, jovem, adulto ou idoso.

Oito dias após a festa, o capitão do mastro comanda a derrubada do mesmo, assim como comanda o seu transporte, feito nos ombros de seguidores do Divino, evento que é seguido entusiasmamente por toda a comunidade, até a casa do imperador recém eleito. No ano seguinte, oito dias antes da festa do Divino, ele comanda agora uma ida ao mato em busca de um novo mastro. Localizam e derrubam uma árvore por nome de

Pindaíba, alta e reta e a conduzem em caravana festiva até a praça da igreja onde também comandam o seu levantamento e fixação.

O Reisado, ou o Santo Reis como dizia o Sr. Otávio, além de ser o evento festivo/religioso mais antigo da comunidade é também o mais autônomo, quiçá o mais autêntico. Enquanto o Divino sai arrecadando donativos fora dos domínios da comunidade, está voltado também para os de fora dela e tem uma relação direta com a igreja, o Reisado se restringe à comunidade. É independente da igreja e somente no dia seis de janeiro, dia de Santo Reis e também dia do Menino Deus, padroeiro do lugar, adentra a igreja e, ao final da missa, apenas entoia cânticos que são acompanhados pelos fiéis. A sua realização é discreta e integrada apenas por integrantes da comunidade. Os participantes desse grupo são, na verdade, os fabricantes e detentores dos instrumentos musicais utilizados também nos festejos do Sagrado Coração de Maria anteriormente descrito. A sua realização acontece anualmente do dia 25 de dezembro a 06 de janeiro. No ano de 2010, não quis a fatalidade que eu pudesse vivenciar e registrar esse evento, pois no dia 25/11/2010 faleceu a Sr^a Generosa Pereira da Silva, ativa integrante do Reisado e no dia 25/02/2011, veio a falecer também o seu esposo, baluarte e guerreiro do Santo Reis, o Sr. Otavio da Conceição de Oliveira, às vésperas das realizações do tradicional evento. Com isso, no ano de 2011 além de não ter havido a caminhada e festa do Santo Reis, temem os(as) mucambenses pela descontinuidade de tão importante expressão étnico-cultural.

Isso é de se lamentar, pois seguindo o raciocínio de Poutignat (1998), pode-se afirmar que as manifestações culturais vivenciadas por uma determinada comunidade com capacidade de identificá-la enquanto grupo étnico tem a prerrogativa de exercer uma ação integradora e, em meio às rejeições a que está sujeita, contribuir pra estruturar uma visão de mundo fundamentada em uma perspectiva de que tais manifestações sejam um espaço de encontro e de refúgio. Uma vez que “[...] um grupo étnico representa por excelência o refúgio de onde não podemos ser rejeitados e onde jamais estamos sós. p. 90”.



Foto 13 - Sr. Otávio Oliveira e Generosa da Silva - Em memória

Entre os(as) mucambenses, o Divino é reverenciado com grande devoção, há inúmeras pessoas que se dizem beneficiárias da sua intervenção espiritual, isso porém, não é impeditivo para se vivenciar concomitante atividades profanas, pelo contrário, esse lado festivo representa justamente o regozijo e a retribuição por todo o bem recebido. É de domínio público que, se durante a estada do Divino em uma residência, cair uma flor das que ornamentam a bandeira, fatalmente alguém daquela família virá a falecer em curto espaço de tempo. Da mesma forma o Santo Reis, é depositário de grande fé entre os seus(as) adeptos, e alimenta o imaginário da comunidade no que diz respeito ao transcendente. Quando das caminhadas do Divino ou do Santo Reis, levam uma bandeira por todos reverenciada como símbolo máximo de cada um desses eventos, uma vez que não carregam imagens. Em qualquer das duas atividades, as bandeiras não regressam, isto é, se por um motivo ou outro, ficar uma residência sem ser visitada, em hipótese alguma se voltará a ela depois. Porém, para o Santo Reis, há uma única exceção: se um(a) falecido(a) vier em sonho ou por outro meio e disser a alguém que necessita que se faça uma entrada do Santo Reis na residência em que vivera, o grupo se reúne, regressa com a bandeira e atende a solicitação. Isso também pode ser feito extemporaneamente, ou seja, em qualquer tempo, mesmo fora do período tradicional da sua realização.

Ao trazer para o debate as diversas expressões étnico-culturais (re)afirmadas pelos(as) mucambenses, em sintonia com o que propõe Geertz (1989), percebe-se que se

constituem em elementos fundantes do modo de ser da comunidade já que estão subjacentes ao seu *ethos* e sua visão de mundo. Elas representam suas elaborações estéticas, porém do mesmo modo, o culto do sagrado, presente nas suas orientações éticas, morais e espirituais.

**CONSIDERAÇÕES
QUE NÃO FINALIZAM, SINALIZAM**

CONSIDERAÇÕES QUE NÃO FINALIZAM, SINALIZAM

Com a realização da pesquisa é possível afirmar que o Mucambo embora pareça uma comunidade de organização simples, ao primeiro olhar, carrega uma complexa e contraditória história com toda a singularidade que lhe é peculiar. Pode-se afirmar que não necessita que defendam a sua condição de “comunidade negra rural” ou quilombola, pois ela mesma, a seu modo, assim se constitui. Se, em várias oportunidades, dá a impressão de negar essa identidade, em tantas outras se percebe que a (re)afirma. O que as suas palavras por vezes desdizem, as suas práticas cotidianas falam. Por isso, só através do perscrutar mais aguçado das ações e relações com que constituem seu processo civilizatório é que se pode aproximar do entendimento da trama de sustentação da sua tessitura identitária. Dessa forma, tenho consciência que os resultados apresentados neste trabalho são fruto de uma aproximação que faço do que me foi possível interpretar. Portanto, sei que para o aprofundamento da compreensão da história e do *ethos* dos(as) mucambenses faz-se necessário a realização de outros trabalhos. De qualquer sorte, mesmo sem ser historiador, parafraseando Benjamim, espero ter contribuído de alguma forma para manter acesa uma centelha de esperança.

Mas afinal, o que sustenta o Mucambo como comunidade de quilombo, se comparado com outras comunidades assim identificadas e reconhecidas? Se o marco teórico for etnografia contemporânea elaborada por estudiosos dessa temática, como por exemplo: Messeder, (1991); Reis, (1996^a); Reis, (1996b); Reis, (1999); Silva, (1988); Silva, 2000); Price, (2000); Funari (1996); Arruti, (1997), entre outros, logo se compreenderá que a diferença se localiza apenas nas suas trajetórias de constituições e nas organizações de seus processos civilizatórios. Nessa perspectiva, o que é relevante ser considerado, no contexto da comunidade do Mucambo, são os instrumentais sócio-culturais que foram capazes de elaborar e lançar mão, em cada momento, para o enfrentamento e a convivência da e com a sua realidade histórica endógena e exógena. Para isso, o primeiro passo para se compreender a tessitura da sua constituição é o conhecimento do contexto micro e macro em que esteve e está inserido.

Tudo indica que ainda na segunda metade do século XIX, oriundos das Lavras de Diamante da Chapada Diamantina, localizadas nas proximidades de Macaúbas, integrantes de três troncos familiares, dois negros - Catula e Mandu e um branco, o Vieira deslocaram-se rumo ao Oeste da Bahia e fundaram o povoado do Mucambo.

Possivelmente, o patriarca do grupo branco, coronel Vieira, tenha sido um dos primeiros a se deslocar, ainda nos estertores do período escravista. Ele teria se instalado às margens do Rio Grande e passou a organizar, ali, uma forma particular de escravização estruturada nos moldes do acoitamento. A partir daí, passou a explorar os(as) negros(as) vindos ou trazidos(as) da Chapada Diamantina.

Desde então, foi travada uma luta entre negros e brancos, aqueles pela sua plena liberdade e esses para coibi-la. Em busca de atingirem os seus objetivos de plena liberdade, os(as) moradores do Mucambo de Baixo passaram a se organizar também em busca da aquisição de terras, pois desde cedo sabiam da importância de possuí-las para o sustento de suas famílias. Também, logo compreenderam que o “contrato” sob o qual estavam submetidos com os que se apregoavam proprietários das terras e, de certa forma, deles próprios, lhes era adverso, minados que eram pelo compadrio e pelo poder do coronelismo reinante na região e particularmente naquele lugar. Por isso, trataram de empreender algumas estratégias que pudessem assegurar a sobrevivência do grupo. Tudo leva a crer que empreenderam uma estratégia de negociar e pressionar. Assim, com a efetivação de difíceis economias adquiridas à custa de duras e longas jornadas de trabalho, foram paulatinamente amealhando pequenos lotes de conotação interfamiliar, impossibilitados que estavam de se organizarem para a produção comunitária. Capitaneados pela amizade e o companheirismo, organizavam-se em mutirões para plantar, colher e construir suas moradias.

Concomitante a isso, da forma que lhes foi possível, buscaram o fortalecimento do grupo e a sua demarcação étnico-racial. Pode-se pensar que foi dessa maneira, por exemplo, que se apropriaram de importantes expressões culturais, como o reisado ou o Santo Reis, dominaram a técnica do fabrico de instrumentos musicais para cultivá-lo de maneira própria e independente. Nessa dinâmica de negociação e pressão é que conseguiram lograr a instalação de importantes órgãos públicos nos seus domínios territoriais, como a igreja católica, a escola e o posto de saúde.

Chegado o término formal da escravização, aprofundaram a política de rompimento e aproximação historicamente praticada com o fazendeiro, conquistando-lhe, finalmente, algumas porções de terras na margem esquerda do Rio Grande, juntaram-nas com outras pequenas parcelas que já haviam de uma ou de outra forma adquirido ou conquistado, e as vêm cultivando até a atualidade.

A valorização imobiliária, proporcionada pela construção do asfalto ligando São Desidério a Barreiras, juntamente com a expansão da fronteira agrícola efetivada pelo agronegócio, bem como a busca por espaços de lazer gerou certo nível de intrusão de pessoas estranhas à comunidade. Essa intrusão forjou uma visão de mundo pautada na mercantilização das terras. Com isso, essas pessoas vão cada vez mais se apropriando de espaços vitais aos mucambenses, o que lhes causa certa desterritorialização.

É visível que o principal elemento de sustentação identitária da comunidade é a territorialidade, entendida no contexto da noção de multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2007), englobando os aspectos materiais e simbólicos. Essa multiterritorialidade é materializada pela comunidade principalmente na prática da amizade, sustentáculo na alegria e na dor, no seu apego ao território e às riquezas naturais que esse contém, como o rio, por exemplo, assim como no robusto envolvimento com a religiosidade e as festividades.

Nesse sentido eles(as) têm sabido e conseguido reelaborar e ressignificar expressões étnico-culturais dando-lhes um sentido próprio, como é o caso do festejo religioso do Sagrado Coração de Maria, uma manifestação eminentemente religiosa trazida de Goiás à qual deram contornos mais festivos. Introduziram-lhe o samba de roda e uma divertida disputa entre solteiros(as), casados(as) e viúvos(as) por intermédio da queima de fogos. Vence a disputa quem tiver o maior poder de “fogo”. Os próprios festejos religiosos do Reisado e do Divino ganharam na comunidade contornos próprios e novos sentidos. O festejo junino, tradicional na região, no Mucambo tem a “cara” da comunidade, cujas quadrilhas são marcadas com enredos da cultura local, além de nele se inserirem com entusiasmo, desde as crianças até os idosos. Mesmo a Semana da Consciência Negra, um evento criado a partir da escola para “resgatar” e trabalhar os valores e as expressões étnico-raciais e culturais negras da e na comunidade vem incorporando um forte sentido festivo.

Além da desterritorialização acima mencionada, há outros problemas por eles(as) vivenciados, a discriminação e o preconceito raciais permeiam as relações no povoado e tem expressiva presença no âmbito escolar onde é largamente reproduzido. A Escola Dr. Abílio Farias tem o legado de vir historicamente escolarizando os(as) mucambenses. Apesar disso e da riqueza étnico-cultural presente na comunidade, não tem conseguido fazer uma relação dos seus saberes/fazeres com a riqueza cultural daquela que é a sua razão de ser, a comunidade. Também não tem conseguido se contrapor, nem no âmbito

escolar, à prática da discriminação e do preconceito raciais identificados e denunciados tanto pelo corpo discente quanto pela comunidade.

Nesse sentido, a partir do ano 2007, por iniciativa do professor e pedagogo Júlio Cesar Dias, na condição de gestor da Escola Dr. Abílio Farias, embora residisse em Barreiras, idealizou e, em uma parceria da escola com a comunidade, principalmente a juventude, implantou o Projeto Raízes, que talvez represente a iniciativa mais importante da escola nos últimos tempos, principalmente pela proposta de fazer dele um instrumento de articulação escola/comunidade, sobretudo no que tange a valorização da étno-cultura mucambense e, também, pela adesão do(as) mucambenses a ele. Contudo, parece que a escola ainda não se apercebeu da dimensão da sua potencialidade, pois não tem conseguido concretamente efetivá-lo nem como um eixo temático do seu fazer didático pedagógico. Além disso, o projeto vem perdendo fôlego até mesmo como um evento da comunidade. Hoje, tem sido mais uma espécie de vitrine, de troféu para ser exibido do que um instrumento político pedagógico da instituição. Inclusive, em 2009, teve uma pífia realização. Serviu mais para propaganda político partidária do que para o fim que se destina, ou seja, discutir a étno-cultura da comunidade. O Projeto Raízes está tão distante dos seus propósitos ou do que se apregoa sobre ele na escola que, durante o transcorrer da pesquisa, procurei por diversas vezes analisá-lo, porém a escola sempre alegou que o estavam reelaborando. Assim, conclui o estudo sem que ele me fosse disponibilizado.

Percebe-se que no Mucambo, como é próprio de todo grupo étnico, não idealizado, mas de carne e osso, existem várias contradições. Um dos problemas é a política partidária. Como franca e largamente denunciado pelos(as) mucambenses, um dos maiores entraves para a organização da comunidade são as ações enviesadas dos políticos que, em busca de tirar proveitos particulares, acabam fomentando a dissensão e a divisão, o que contribui para minar as tentativas de organização. Essas ações são alimentadas externamente, mas materializadas internamente pelas facções que lhes são filiadas.

Da mesma forma avolumam-se denúncias de que esse mesmo caminho tem sido trilhado pela associação dos moradores. As acusações apontam que ao invés de exercer o importante papel de fomentar e encaminhar as várias demandas da comunidade, incluindo a discussão dos encaminhamentos da sua organização quilombola, tem servido mais a interesses particulares. Inclusive, tudo indica que os encaminhamentos

para obtenção do título de autorreconhecimento de comunidade “remanescente de quilombo”, da Fundação Cultural Palmares, foi pautada por essa perspectiva. Ou seja, seus trâmites trilharam caminhos totalmente equivocados, pois os seus encaminhamentos não foram discutidos com a comunidade, pelo contrário, apesar de terem sido efetivados pela cúpula da associação da época, foram à revelia dela. Conclusão, a posse do mencionado título, ao invés de ter contribuído para a união do grupo em torno dele, tem conseguido estimular um clima de desconfiança, desconforto e até de rejeição.

No contexto macro, percebe-se que os(as) mucambenses vivem historicamente uma situação de gueto, pois convivem com o cerceamento do direito de usufruir dos bens naturais e culturais dos seus domínios. Desde criança, cotidianamente, rondam-lhes a discriminação e o preconceito raciais que permeiam as relações no povoado como um todo. Já, na escola, são obrigados(as) a conviver diariamente com insultos de seus(as) colegas e até de professores, embora de maneira isolada e mais focada no passado. É perceptível que a invasão dos forasteiros ocupa os espaços, reprime a liberdade e faz recuar as fronteiras geográficas, de lazer e mesmo as da convivência étnico-culturais, afetando, dessa forma, todas as faixas etárias com danos imprevisíveis também para as futuras gerações.

Nesse particular, ganham sentido os conteúdos de algumas falas sobre a desterritorialização que lhes vêm impactando: na discriminação e no preconceito raciais existentes no seio da escola como na denúncia, por exemplo, de que se é obrigado(a) a sofrê-los calado(a) para não correr o risco de ser expulso(a) da escola ou no contexto do povoado conforme largamente discutido no corpo deste trabalho. No conteúdo da afirmação que os idosos se recusam a falar da sua história para não reviverem dores remotas, ou para pouparem aos mais jovens de conhecê-las e sofrê-las mesmo que indiretamente. No lamento do fato das pessoas sentirem vergonha de se identificarem com seus antepassados, marcadas que são pelos estigmas proporcionados por estereótipos. Ou, ainda, no depoimento sobre a dificuldade da identificação com a negritude por conta da existência do racismo no povoado. Na revolta de só poderem desfrutar do rio durante a semana, porque nos seus finais ele é invadido por forasteiros, com práticas e exemplos danosos para as crianças e a juventude local. Ou mesmo presente na indignação com o fato de as suas terras, às margens do Rio Grande, estarem sendo transformadas em chácaras particulares, com altos muros e até instalações de

câmeras filmadoras, cerceando-os até do direito de ir e vir, no seio da sua própria comunidade.

É visível que toda essa problemática tem contribuído para alimentar o conflito identitário no seio da comunidade. Nesse contexto de tantas contradições, ganham relevância as suas manifestações festivo-religiosas, que bem podem representar a necessidade e a capacidade da elaboração de uma identidade própria. A realidade vivida pelos(as) mucambenses possivelmente sinalize para o não alinhamento com uma identidade negra e quilombola idealizada, pois o que se percebe é que cultivam um perfil identitário próprio. Nessa direção, o seu norte balizador e universalizante é a negritude. Pois é por seu intermédio que são distinguidos e também se distinguem. Porém, cultivam à sua identidade a sua maneira, ou seja, se produzem identificados(as) com a africanidade por ocasião da realização da Semana da Consciência Negra, ou dos eventos festivos religiosos voltados para a própria comunidade, ou estilizados de acordo com a estética e a moda socialmente referenciada pela sociedade, como nos eventos que tenham a participações de pessoas externas.

Sem querer cair em um relativismo étnico-racial, olhada por esse ângulo, tal possibilidade leva a algumas reflexões sobre o que é, na realidade, ser uma comunidade negra, e quilombola. O que é ter identidade negra? Existe estruturalmente, essencialmente uma identidade negra? Além do que, a riqueza da diversidade de organização do povo negro é o reflexo da sua capacidade, não só de fazer frente às inúmeras dificuldades que vem historicamente enfrentado, mas principalmente da capacidade de defender e firmar a sua humanidade. Por outro lado, o dado irrefutável é que os mucambenses são parte desse povo e, como tal, ao seu modo, com as suas contradições, tem conseguido forjar, cultivar e ressignificar o seu particular perfil quilombola, as suas tradições étnico-culturais, enfim, o seu próprio processo civilizatório.

É possível afirmar que os moradores do Mucambo são ciosos(as) da sua territorialidade com particular identificação com as suas singularidades naturais, éticas, estéticas e sociais, identificadas nas belezas do rio, por exemplo, e explicitadas na solidariedade do convívio comunitário ou sentidas nas expressões e práticas étnico-culturais. Percebe-se que são elementos constitutivos de suas identidades, por exemplo, o contentamento por viverem em comunidade, apesar de todas as desavenças, percalços e contradições; a preocupação em coibir não deixando aflorar doloridas verdades do

passado, principalmente na tentativa de preservar do sofrimento os mais jovens; a contagiante alegria e fervorosa fé nas suas realizações e cultuações festivo-religiosas; a certeza de que acima das dificuldades e dos desencontros imperam a cooperação e a solidariedade; a emoção expressada no sentimento de pertencimento à territorialidade ao afirmar ser bom morar ali, pois na hora das dificuldades todos se unem para ajudar; a tristeza e a felicidade exteriorizadas ao se referirem à beleza do lugar, sempre destacando o Rio Grande como a principal; enfim, apesar de toda a insegurança, a sensação de tranquilidade que transmitem em saber que estão entre família. Assim, interpreto como sendo essa a tessitura que lhes dá sustentação identitária.

Mesmo reconhecendo as limitações deste trabalho espero que possa de alguma maneira sinalizar ao Mucambo a potencialidade da sua caminhada, à escola Dr. Abílio Farias, a importância e a necessidade da problematização crítica e construtiva do seu, saber, fazer, ser e, por fim, aos pesquisadores(as) que este trabalho sinalize também a existência de suas lacunas a espera de problematizações, aprimoramento, enfim.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Viria de. **Descrições práticas da Província da Bahia** : com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações 2ª ed. Rio de Janeiro. Cátedra. Brasília INI, 1979.

ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Resumo Histórico de Nossas Origens**, HP Gráfica. Barreiras, 2001.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Alfonso de. **Estudo de Caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília. Líber Livro, 2005.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Alfonso de. **Etnografia da prática escolar**. 12ª ed. Campinas, SP : Papirus, 2005 (Série Prática Pedagógica).

APPLE, Michel. **Ideologia e currículo**. São Paulo. Brasiliense, 1982.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. **Escola para o Trabalho, escola para a vida** : o caso da Escola Família Agrícola de Angical - Bahia.. Dissertação (Mestrado). Salvador, 2005.

ARROYO, Miguel. **Alfabetização e Cidadania** : Revista de Educação de Jovens e Adultos. São Paulo. n. 11, p. 9-20.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos “remanescentes”**: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana. p. 07-38. 1997. Disponível em www.scielo.br/pdf/mana/v3n2/2439.pdf - acessado em 27/10/2010.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Dinâmica Demográfica da Bahia**: 1980-2000. 2v (Série estudos e pesquisas, 60) p.426. Salvador. SEI, 2003.

BANDERIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**. Estudo Antropológico de Vila Bela. São Paulo. Brasiliense, 1988.

BARCELLOS, Daisy Macedo de; CHAGAS, Miriam de Fátima; FERNADES, Mariana Balen. Et al. **Comunidade negra de Morro Alto** : historicidade, identidade e territorialidade. Porto Alegre. Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Território e Territorialidades Tupiniquim**. Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Volume 6 – n. 24. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em <http://e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/524/587> acessado em: 17/04/2011.

BAUMAN, Sygmunt. **Comunidade** : a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2003.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEIM, Sari Knopp, 1994. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradutores: Maria João Alvares et al. Porto – Portugal. Porto Editora Ltda. 1994.

BOMEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo. Loyola. 2005.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. BRASÍLIA – DF. **Diário Oficial da União**. Seção 1. n. 90 2006.

BRASIL. Lei n. 4.504. **Estatuto da Terra**. Gabinete da Presidência da República. Brasília – DF, 1964. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm> acessado 23/08/2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Parecer n. 003/2004, CNE. Brasília – DF, 2005.

BRITO, Sílvio. **Coragem quilombola**. Monografia. 116 p. Salvador, AATR, 2009. Disponível em HTTP://www.aatr.org.br/site/uploads/publicações_processuais_e_criminalização.pdf acessado em 17/04/2011.

CÂMARA DE VEREADORES. **LEI n. 676/2005**. Barreiras. Anais. Disponível em www.camarabarreiras.ba.gov.br Acessado em 17/03/2011.

CARVALHO, Marlene. **Rumores e rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848**. Tempo. Vol. 3 - nº 6, Dezembro de 1998. Disponível em http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-5.pdf Acessado 21/07/2011.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar** : racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo. Contexto, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Discursos e práticas racistas na educação infantil**: a produção da submissão social e do fracasso escolar. In: Educação, racismo e anti-racismo. Publicação do Programa A Cor da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Salvador. Novos Toques n. 4, 2000b. Semestral.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Reterritorialização e Identidade Territorial**: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai, 2009. Disponível em http://egal2009.easyplanners.info/area06/6057_Cervo_Chelotti_Marcelo.pdf Acessado em 27/04/2011.

COUTINHO, Leonardo. **O cerrado domesticado**. Edição 2.180. ano 43. n. 35. Abril. São Paulo, 1º de setembro de 2010.

CRUZ, Mariléia dos Santos. In: **História da Educação do Negro e outras histórias**. ROMÃO, Jeruse. (Org.). Coleção Educação para Todos. BRASIL. SECAD. Brasília, 2005.

CURRIE, Karen L. **Meio Ambiente** : interdisciplinaridade na prática. 2ª ed. Campinas. São Paulo. Papirus, 2000.

DEUS, Pedro. **Oeste da Bahia** : relatos de um advogado de província. Barreiras-BA. s/e, 2009.

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andréa. **Era uma vez o oeste** : a modernização da fronteira agrícola na Bahia. Salvador : Fundação Centro de Projetos e Estudos – CPE. 1988, digitado.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. 25ª impressão. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Brasília. Liber Livro,

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil**, 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro. **Oeste da Bahia** : formação histórico-cultural. (Primeira parte). Cadernos do CEAS, Salvador, n. 181, p.59-77, maio/jun.1999.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **A arqueologia de Palmares – sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana**. Liberdade por um fio : história dos quilombos no Brasil. (Org.). REIS, João José; GOMES, Flávio Santos. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília Liber Livros, 2005.

GEERTZ, Glinford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Zahar, 1989.

GIACOMINI, Rose Leine Bertaco. **Conflito identidade e territorialização** : Estado e Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira de Iguape – SP. Tese de Doutorado. 314 p. São Paulo. Uesp, 2010. Disponível em www.teses.usp.br/teses/.../8/.../tde.../2010_RoseLeineBertacoGiacomini.pdf acessado em 17/04/2011.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Tradução de NUNES, Maria Bandeira de Mello Leite. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da glória. **Educação não-formal e cultura política** : impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. **Uma tradição rebelde** : notas sobre os quilombos na Capitania do Rio de Janeiro (1625-1818). In: Afro-Ásia. n. 17. Centro de Estudos Afro-Orientais. Universidade Federal da Bahia, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo** : reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Educação como exercício da diversidade. UNESCO. MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção educação para todos; 6). Disponível em www.dominiopublico.gov.br/.../DetalheObraDownload.do? acessado em 19/04/2011

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Terra de Pretos Terra de Mulheres**. Terra mulher e raça num bairro rural negro. São Paulo. Brasil. Ministério da Cultura, 1995.

HAESBAERT, Rogério da Costa. **O Mito da Desterritorialização** : “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guaracira Lopes. 6ª Ed. Rio de Janeiro DP&A, 2001.

JORNAL DO SÃO FRANCISCO, edição n. 75. p. 8. 03 de junho de 2010.

JORNAL DO SÃO FRANCISCO, edição n. 78. p. 27. 18 de junho de 2010.

JUNGES, Maia Dania. **Reféns do Zé povinho**. Luiz Eduardo Magalhães-BA. Ano 2. n. 6. Novembro de 2006.

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. **A escola frente às novas demandas sociais** : educação comunitária e formação para a cidadania. Disponível em http://www.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero1/artigos/1_escola_novas_demandas.pdf acessado em 18/04/2011.

KUENZER, Acácia Zeneide. **Planejamento e educação no Brasil**. CALAZANS, Maria Julieta Costa; Garcia, Walter. São Paulo. Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época: v. 21).

LOUREIRO, Stefânie Arca Garido. **Identidade étnica em re-construção. A ressignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo na perspectiva existencial humanista**. Belo Horizonte. O Lutador, 2004.

LUZ, Narcimara. Correia do Patrocínio. (Org.). **Tecendo Contemporaneidade** : pontos de diálogos sobre educação e contemporaneidade. Salvador. Eduneb, 2007.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. **Insurgência negra e a pedagogia do embranquecimento**. Salvador-BA. FASED/UFBA, 1990. Dissertação de Mestrado.

MACEDO, Dinalva de Jesus Santana. **O Currículo Escolar e a construção da Identidade Étnico-Racial da Criança e do Adolescente Quilombola** : Um olhar reflexivo sobre a auto-estima. Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado).

MACEDO, José Jaime Feitas. **As Narrativas da Nação: Caribe Anglo Francês e Brasil – um estudo contrastivo**. Universidade de Brasília. Brasília. Tese de Doutorado. Disponível em: http://vsites.unb.br/ics/ceppac/teses_de_doutorado.php Acessado em 23/11/2010.

MACEDO, Roberto Sidnei **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília. Liber Livro, 2006.

MACHADO, Vanda. **O negro, constituinte da sua liberdade**. In: Identidade negra e educação. LUZ, Marco Aurélio (Org.). Salvador. Ianamá, 1989.

MATA, Roberto da, **Observando o familiar**. Texto. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978. Disponível em: prado38.sites.uol.com.br/velho.html Acesso em: 15 de setembro de 2009.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Elaboração de Currículos Escolares – Ensaando Pressupostos**. In: Diversidade na educação : reflexões e experiências/ Coordenadora : Marise Nogueira Ramos, Jorge Manoel Adão, Graciete Maria Nascimento Barros. Brasília : Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 2003.

MELCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade Quilombola e Território**. Belém - Pará Terceiro Fórum de Teologia e Libertação, 2009. Disponível em <http://www.wftl.org/pdf/046.pdf> acessado em 18/04/2011.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural. Iniciação, Teoria e Temas**. 7ª ed. Petrópolis. Vozes, 2000.

MESSEDER, Marcos Luciano Lopes e MARTINS Marcos Antonio Matos. **Arraiais de Rio de Contas** : uma comunidade de cor. Cadernos CRH. Série Contos e Toques – Etnografias do Espaço Negro na Bahia. Suplemento. Salvador : Fator. 1991.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES Romeu. **Pesquisa Social** : Teoria método e criatividade. Petrópolis. Vozes, 1994.

MIRANDA, Maria Anália Macedo de; DIAS, Luzia Idiane de Sousa. **Discutindo a Dimensão Social do Meio Ambiente**: Favelamento e Agronegócio. Jornal do São Francisco, edição n. 76, junho, 2010, p. 09.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Educação Escolar e Cultura(s)** : Construindo Caminhos. Educação como exercício da diversidade. UNESCO. MEC, ANPEd, 2005. 476 p. (Coleção educação para todos; 6). Disponível em www.dominiopublico.gov.br/.../DetalheObraDownload.do? acessado em 19/04/2011

MOREIRA, A. Oliveira de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2ª Ed. Brasília. AB, 2000.

MOROZ, Melânia e GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de Pesquisa Iniciação**. Brasília, Plano Editora, 2002. 109 p. Série Pesquisa em Educação, v. 2.

MOROZ, Melânia e GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de Pesquisa Iniciação**. Brasília Líber Livro. 2ª. ed. 2006. Série Pesquisa 24 p.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. In : UFBA. Centro de Estudos Afro-orientais. Afro-Ásia. n. 14. Salvador : Gráfica Central, 1983.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo** : histórias, línguas, culturas e civilizações. Global. São Paulo, 2009

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 16 – 21.

NERY, Heronita Barbosa; SODRÉ, Ana Célia dos Reis. **História e cultura Afro-Brasileira no 1º Ano do Ensino Fundamental de Nove Anos**. Monografia de conclusão de curso de graduação. Barreiras, BA. UNEB, 2009.

OLIVEIRA, Denize; MOREIRA, Antônia. **Estudos Interdisciplinares de representação social**. 2ª ed. Goiânia : AB, 2000.

PÁDUA, Karla Cunha; SILVA, Amorim Santusa. **Quilombos da Bahia**. Presença Pedagógica. v. 13. n. 73. jan./fev. 2007.

PEREIRA, Rosa Vani. **Aprendendo valores étnicos raciais na escola**. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade.seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo. UNESP, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS. ESCOLA MUNICIPAL DR. ABÍLIO FARIAS. **Projeto Político Pedagógico**, 2007.

PRICE, Richard. **Reinventando a história dos quilombos** : rasuras e confabulações. Centro de Estudos Afro-Orientais. ed. n. 23. Universidade Federal da Bahia. Salvador Bahia. 2000.

RAMOS, Artur. **As culturas negras no novo mundo**. 3ª ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1979.

REIS, Elis; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; FRY, Peter. (Org.). **Política e Cultura. Visões do Passado e Perspectivas Contemporâneas**. São Paulo. ANPOCS. HUCITEC, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. Companhia das Letras. São Paulo, 1999.

REIS, João José. **Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. Bahia. 1806**. Liberdade por um fio : história dos quilombos no Brasil. (Orgs.). REIS, João José; GOMES Flávio dos Santos. Companhia das Letras. São Paulo 1996.

REIS, João José. **Palmares como poderia ter sido**. Liberdade por um fio : história dos quilombos no Brasil. (Orgs.). REIS, João José; GOMES Flávio dos Santos. Companhia das Letras. São Paulo 1996.

RepórterBrasil. Agência de Notícias. Agronegócio "ferve" ao largo da dignidade do trabalhador. Disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1754> acessado em 13/08/2010

ROCHA; Gilmar; TOSTA, Sandra Pereira. **Antropologia & Educação**. Belo Horizonte. Autêntica, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo. Cortez, 2002.

SANTOS FILHO, Milton (Coord.). **O processo de urbanização no Oeste-Baiano**. Recife. SUDENE - DPG. PSU-URB, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** : Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. reimpresso. São Paulo. Editora Universitária, 2008. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Simone. **Currículos, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira**. In: Salto para o Futuro. 2006. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/175527Relraciais.pdf> acessado em 17/04/2011.

SANTOS, Telma Maria Souza dos. **Territorialidade da indústria de alimentos Parmalat em Feira de Santana – Bahia**. Dissertação de Mestrado. Salvador. Universidade Federal da Bahia. s/d.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo** : África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança** : África antes dos portugueses. 3ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2006.

SILVA, Ana Célia. **A Desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, Kabengele. (Org.). Superando o Racismo na escola. Brasília. 2ª edição revisada. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada. Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 22 – 39.

SILVA, Ana Célia. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador. EDUFBA, 2001.

SILVA, Ana Célia da. **Ideologia do embranquecimento**. In: Identidade Negra e Educação. Salvador. Ianamá, 1989.

SILVA, Ana Rita Santiago da. **Projeto Educacional do Quilombo Asantewa : Uma Alternativa Possível?** Universidade do Estado da Bahia –Salvador, 2005. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Cidinha da. **Ações afirmativas em educação : experiências brasileiras**. São Paulo. Summus, 2003.

SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. **Revista Brasileira de Fruticultura**. vol. 26 no.1 Jaboticabal. Abril de 2004 p. 1-12 disponível em www.Scielo.br/scielo.php?pid=0100294520040001 acessado em 20/07/2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade : uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte. Autêntica, 1999.

SILVA, Valdélcio Santos. **Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs - liberdade e escravidão na construção da identidade negra de um quilombo contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, UFBA, 1998.

SILVA, Valdélcio Santos. **Rio das Rãs à luz de noção de quilombo**. ed. n. 23: in REIS, João José; SILVEIRA, Renato da. Afro-Ásia. Centro de Estudos Afro-Orientais. CEAO. Universidade Federal da Bahia. Salvador Bahia. 2000.

STEIL, Carlos Alberto. **Catolicismo e cultura**. In: MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural. Iniciação, Teoria e Temas. 7ª ed. Petrópolis. Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros : identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis. RJ. Vozes, 1999

SZYMANSKI, Heloisa (Org.); ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação : a prática reflexiva**. 2008.

TEIXEIRA, Célia Regina. **O “Estado da Arte” : a concepção de avaliação educacional veiculada no programa de Pós-Graduação em Educação e Currículo (1995-2000)**. São Paulo. Cadernos de Pós Graduação – educação. V5, n1, p 50-66, 2006. Disponível em emportal.uninove.br/.../cadernos_posgraduacao/cadernosv5n1edu/cdposv5n1edu_2_05.pdf acessado em 15/12/2009.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. 7ª ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2004.

VIDAL, Rogério Vidal. **Mitos Africanos e Narrativas Afro-Brasileiras na Educação Escolar : um diálogo possível**. Monografia de conclusão de curso de graduação. Barreiras, BA. UNEB, 2009.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.).
Itinerários de Pesquisa : perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICES

Tabela 04 - Posicionamento dos respondentes a respeito da valorização pela escola dos saberes da comunidade.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MÉDIA
	%	%	%
Afirmaram que a escola valoriza os saberes da comunidade e relacionaram tal valorização ao Projeto Raízes	60	14,2	37,2
Afirmaram que a escola não valoriza os saberes da comunidade	20	35,7	27,8
Optaram pelo meio termo afirmando que valoriza mais ao menos	20	14,4	17,2
Não souberam responder	-	35,7	17,8
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 05 - Posicionamento do grupo docente sobre como a escola trabalha os saberes da comunidade.

RESPONDENTES	DOCENTE
	%
Afirmaram que os saberes da comunidade são trabalhados no Projeto Raízes	88,9
Afirmaram apenas que ainda não se interagiram	11,1
TOTAL	100,0

Tabela 06 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre o que se entende por conteúdo escolar.

RESPONDENTES	DOCENTE
	%
Afirmaram que conteúdo escolar é tudo o que está previsto na grade curricular	87,9
Afirmaram que conteúdo escolar é a grade curricular, mas também a realidade do aluno na comunidade em que vive	12,1
Total	100,0

Tabela 07 - Posicionamento dos respondentes sobre se a escola de fato trabalha os conteúdos oriundos dos saberes da comunidade..

RESPONDENTES	DOCENTE
	%
Acharam que a escola não trabalha os conteúdos da comunidade	36,3
Não se habilitou a responder	18,2
Posicionaram-se pela afirmativa de que a escola trabalha os conteúdos oriundos da comunidade, porém de maneira superficial	27,3
Afirmaram que isso fica mais na tentativa do que na realização	18,2
Total	100,0

Tabela 08 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre o conhecimento da LEI 10639.

RESPONDENTES	DOCENTE
	%
Afirmaram que não conhecem a Lei 10.639	91,0
Afirmaram que conhecem a Lei 10.639	9,0
Total	100,0

Tabela 09 - Posicionamento do grupo docente sobre a existência de discriminação e/ou preconceito raciais na escola.

RESPONDENTES	DOCENTE
	%
Afirmaram que na Escola Dr. Abílio Farias não existe discriminação e/ou preconceito racial	33,3
Afirmaram que na escola existe mais são xingamentos	13,4
Afirmaram que na Escola Dr. Abílio Farias existe discriminação e/ou preconceito racial	33,3
Afirmaram que se existe não são visíveis	20,0
Total	100,0

Tabela 10 – Posicionamento dos respondentes sobre o que dificulta ao Mucambo a assunção de que é uma comunidade quilombola.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MÉDIA
	%	%	%
Afirmaram que são empecilhos oriundos da politicagem	25,0	23,2	24,0
Falta de conhecimento	25,0	-	12,5
Falta do sentimento do que é ser quilombola	8,4	-	4,2
A vergonha de ser quilombola, por causa do racismo local	16,6	-	8,3
Medo de perder as terras	25,0	15,3	20,0
Não souberam responder		62,5	31,0
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 11 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre a possibilidade do Mucambo já ter sido ou ser uma comunidade de quilombo.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	DOCENTE	MÉDIA
	%	%	%	%	
Acham que o Mucambo já foi uma comunidade quilombola	26,6	60,0	46,7	36,4	42,4
Acham que o Mucambo é uma comunidade quilombola	-	20,0	-	-	5,0
Acham que o Mucambo não foi e nem é uma comunidade quilombola	6,7	20,0	20,0	-	11,7
Têm dúvida ou não sabem dizer	66,7	-	33,3	63,6	40,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 12 – Posicionamento dos(as) respondentes sobre a noção de quilombo.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	DOCENTE	MÉDIA
	%	%	%	%	%
Relacionaram a noção de quilombo a negros fugidos	46,7	6,7	26,6	7,7	21,9
Não souberam dizer	6,6	-	20,0	-	6,65
Relacionaram ao próprio Mucambo	-	20,0	13,3	-	8,35
Relacionaram à distância (quilômetros)	-	-	13,3	-	3,32
Relacionaram a refúgio de escravos	46,7	46,6	-	61,5	38,7
Relacionaram sofrimento e luta	-	6,7	13,3	-	5,2
Comunidade	-	20,0	13,3	30,8	16,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 13 – Posicionamento dos(as) respondentes sobre a origem do nome Mucambo como identificador do povoado.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	TOTAL
	%	%	%
Relacionaram a origem do nome Mucambo à antiguidade	70,0	42,9	56,5
Relacionaram a origem do nome ao hábito que em um passado remoto os habitantes dos Mucambos de Baixo e de Cima tinham de brigarem entre si utilizando paus a que chamavam mucambu	10,0	-	5,0
Relacionaram a um cacetinho de madeira chamado mucambu com os quais os coronéis batiam nos negros	10,0	-	5,0
Relacionaram a um espaço de acolhimento de fugitivos	10,0	14,3	12,2
Não tem noção	-	35,7	17,9
Relacionaram a uma determinada árvore existente na beira do rio	-	7,1	3,6
Total			100,0

Tabela 14 - Posicionamentos dos(as) respondentes sobre o que acharia se o Mucambo fosse reconhecido oficialmente

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	
Não têm opinião	58,2	84,3	71,3
Achariam que seria uma ótima coisa	41,8	15,7	28,7
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 15 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre o conhecimento da existência da Associação dos Moradores.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	DOCENTE	MEDIA
	%	%	%	%
Responderam afirmativamente	100,0	100,0	66,7	88,9
Responderam que não conhece	-	-	33,3	11,1
				100,0

Tabela 16 - Posicionamentos dos(as) respondentes sobre a política partidária no Mucambo.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	DOCENTE	TOTAL
	%	%	%	%
Avaliaram negativamente afirmando que atrapalha	60,0	64,2	50,0	58,1
Avaliaram positivamente afirmando que ajuda	20,0	7,1	10,0	12,4
Optaram pelo meio termo, afirmando que tanto ajuda como atrapalha	20,0	28,5	10,0	19,5
Optaram pela neutralidade afirmando que seria melhor não falar	-	-	30,0	10,0
Total				100,0

Tabela 17 - Posicionamentos dos(as) respondentes sobre a possibilidade de escolha de um lugar para morar.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Escolheriam Brasília-DF	60,0	7,2	33,6
Escolheriam Goiânia-Goiás	20,0	7,2	13,6
Escolheriam o Mucambo	10,0	64,0	37,1
Escolheriam Barreiras	10,0	21,4	15,7
TOTAL	10,0	100,0	100,0

Tabela 18 - Posicionamento dos(as) respondentes a respeito do que Barreiras significa para si.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Afirmaram que Barreiras significa trabalho	17,9	29,7	23,8
Afirmaram que significa estudos	23,0	5,5	14,3
Afirmaram que significa conhecimento	17,9	13,5	15,7
Afirmaram que significa recursos	12,8	18,9	15,9
Afirmaram que significa violência	5,4	13,5	9,5
Afirmaram que significa progresso	23,0	18,9	21,0
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 19 - Posicionamento dos(as) respondentes a respeito da existência de preconceito e discriminação raciais no Mucambo.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	DOCENTE	MEDIA
	%	%	%	%	%
Afirmaram que acham que tem preconceito e discriminação raciais no Mucambo	-	30	7,1	27,2	16,1
Afirmaram que não existe	20	30		18,2	17,1
Afirmaram que existe	66,7	40	78,6	54,6	60,0

Afirmaram que acham que não existe	-	-	14,3	-	3,6
Não souberam dizer	13,3	-		-	3,3
Total	100,0	1000	100,0	100,0	100,0

Tabela 20 - Posicionamento dos respondentes sobre se já foi vítima de preconceito e/ou discriminação raciais.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Afirmaram não terem sofrido nenhum tipo de preconceito racial	60,0	64,3	62,2
Afirmaram que já sofreram preconceito racial	40,0	35,7	37,9
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 21 - Posicionamento dos(as) respondentes quanto a sua própria cor/raça/etnia.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Identificaram-se como negro(a)	21,4	50,0	-	23,8
Identificaram-se como branco	7,2	10,0	14,3	10,5
Identificaram-se como moreno	64,2	40,0	35,7	46,6
Identificaram-se como preto(a)	7,2	-	35,7	14,3
Identificaram-se com a cor marrom	-	-	14,3	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 22 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre o que acha da sua cor/etnia.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Posicionaram como tendo orgulho dela	26,7	50,0	6,6	27,8
Afirmaram que acham boa	40,0	10,0	80,0	43,3
Afirmaram que acham ótima	-	20,0	6,7	8,9
Preferiram não opinar alegando serem suspeitos para se posicionarem por serem branco	-	10,0	-	3,3
Afirmaram que acham bonita	13,3	10,0	6,7	10,0
Afirmaram que acham legal	20,0	-	-	6,7
Total	100,0	10,0	100,0	100,0

Tabela 23 - Posicionamento dos(as) respondentes a respeito do que significa escravidão.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MÉDIA
	%	%	%
Afirmaram que escravidão é dos tempos do cativo	60,0	60,1	60,0
Afirmaram que é dos tempos do carrancismo	-	13,3	6,6
Afirmaram que está relacionada à judiação	10,0	13,3	11,8
Afirmaram que já ouviu falar mas não sabe o que é	-	13,3	6,6
Afirmaram se relaciona a trabalho forçado dos negros para os brancos	30,0	-	15,0
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 24 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre a existência de trabalho cativo no Mucambo ou nas Lavras.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MÉDIA
	%	%	%
Afirmaram que nunca ouviu falar de trabalho cativo nem nas Lavras e nem no Mucambo.	100,0	100,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 25 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre algo detestável no Mucambo.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	TOTAL
	%	%	%
Relacionado à falta de apoio para a comunidade	30,7	22,2	26,4
Relacionado ao preconceito e ao racismo	8,0	11,1	9,7

Relacionado à presença dos forasteiros pelas badernas na comunidade e má ocupação do Rio Grande	23,0	27,7	25,3
Relacionada à politicagem	15,3	11,3	13,3
Relacionado aos desentendimentos internos	23,0	27,7	25,3
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 26: Posicionamento dos(as) respondentes sobre a percepção de algum tipo de preconceito e/ou discriminação raciais na escola.

RESPONDENTES	ESTUDANTE
	%
Afirmaram que já presenciaram preconceito e/ou discriminação racial na Escola Dr. Abílio Farias	62,4
Afirmaram que nunca presenciaram preconceito e/ou discriminação racial na Escola Dr. Abílio Farias	31,3
Não souberam responder	6,3
Total	100,0

Tabela 27 - Posicionamento dos(as) respondentes a respeito da abordagem do preconceito e discriminação raciais, efetivada pela escola.

RESPONDENTES	DOCENTE
	%
Afirmaram que canalizam a sua fala para o alerta e a defesa de que somos todos iguais	63,6
Afirmaram que a escola se torna praticamente alheia a essa questão	27,3
Afirmaram que cada um trabalha do seu jeito	9,1
Total	100,0

Tabela 28 – Posicionamento dos(as) respondentes sobre uma lembrança ruim da escola

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Afirmaram não se lembrar de nada	43,8	33,3	28,6	35,2
Afirmaram que a lembrança ruim estava relacionada ao racismo	18,8	8,3	-	9,0
Afirmaram que a lembrança ruim estava relacionada a discriminação racial da professora	6,3	8,3	14,3	9,6
Afirmaram que a lembrança ruim se referia a brigas/confusões	31,3	16,7	-	16,0
Afirmaram que as más lembranças estavam relacionadas ao preconceito racial	-	33,3	14,3	15,9
Afirmaram que a lembrança ruim estava relacionada com castigos físicos	-	-	21,4	7,1
Afirmaram que a lembrança ruim estava relacionada as dificuldades pra aprender	-	-	21,4	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 29 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre uma lembrança boa da escola.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Afirmaram não terem nenhuma lembrança boa da escola	13,3	20,0	25,0	19,4
Afirmaram que as lembranças boas que tinham da escola estavam relacionadas com as professoras	20,0	20,0	25,0	21,7
Afirmaram que as lembranças boas estavam relacionadas a amizades	40,0	30,0	41,7	37,2
Afirmaram que as lembranças boas se relacionavam com as aprendizagens	26,7	30,0	8,3	21,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 30 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre a importância da escola para si e para o Mucambo

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Apontaram como importante na escola para si e para o Mucambo o iniciar dos estudos escolares dos membros da comunidade	90,0	-	45,0
Apontaram como o importante da escola, além da aprendizagem dos conteúdos curriculares, o conhecimento pra vida	10,0	-	5,0
Relacionaram a importância da escola com a aprendizagem do ler e escrever	-	35,7	17,9
Relacionaram a importância da escola com o ensino das crianças	-	64,3	32,2
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 31 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre os seus conhecimentos do Projeto Raízes.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	DOCENTE	MÉDIA
	%	%	%	%	%
Afirmaram que conhecem o Projeto Raízes e o relacionaram à negritude	-	70	14,2	-	27,4
Afirmaram que não conhecem o projeto	17,7	-	78,5	4,8	24,4
Afirmaram que conhecem o Projeto e o relacionaram à festa na praça	26	10,0	-	-	9,1
Afirmaram que conhecem o projeto e o relacionaram às comidas típicas do Mucambo	6,3	-	-	-	1,5
Afirmaram que conhecem o projeto e o relacionaram à consciência negra e à escola	10,0	20,0	7,3	38,0	13,3
Afirmaram que o conhecem mas não se lembram do período de sua realização, apenas que é na praça	40	-	-	9,5	12,3
Afirmaram que é um projeto que resgata e mostra toda a cultura do povoado	-	-	-	42,8	10,7
Afirmou que conhece e que a escola o trabalha o ano todo	-	-	-	4,9	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 32 - Posicionamento dos respondentes sobre os festejos de novembro realizados na praça sobre a consciência negra.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Afirmaram que os festejos são importantes porque fala da cultura da comunidade	58,3	30,4	2	35,1
Afirmaram que gostam dos festejo porque as crianças e os jovens se divertem e mostram a cultura da comunidade	25	33,3	9	44,4
Afirmaram que os festejos são importantes porque os(as) levam a valorizar a cultura negra	16,7	36,3	1	20,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 33 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre algo de que mais gostam no Mucambo.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Destacaram o rio como predileção	26,8	22,2	18,1	22,4
Destacaram a amizade	29,2	25	23,6	25,9
Destacaram os festejos	24,3	25	16,3	21,9

Apontaram a igreja como preferência	9,8	8,4	12,8	10,3
Destacaram a terra para plantar	-	-	12,9	4,3
Afirmaram que apesar das pessoas de fora, gostam da tranquilidade do lugar	9,9	19,4	16,3	15,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 34 - Posicionamento dos(as) respondentes sobre o que é capaz de unir os mucambenses.

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Afirmaram que o elemento capaz de uni-los é a dificuldade	64,9	72,4	68,6
Afirmaram que é o falecimento de alguém da comunidade que os une, porque acaba sendo sempre alguém da família	29,5	16,5	23,0
Apontaram como sendo a igreja o que os une	5,6	11,1	8,4
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 35 - Posicionamento dos respondentes sobre identificação de características quilombola na comunidade

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Afirmaram a pele negra da maioria dos habitantes como sendo característica quilombola	71,2	78,7	74,4
Afirmaram que as características quilombola são os costumes do lugar	29,8	-	14,9
Nada afirmaram	-	21,3	10,7
Total	100,0	100,0	100,5

Tabela 36 - Posicionamento dos(as) respondentes a respeito de achar bom ou ruim ser mucambense

RESPONDENTES	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%
Responderam positivamente afirmando acharem bom ser mucambense	80,10	80,0	80,0
Optaram pela neutralidade dizendo ser mais ou menos bom ser mucambense	19,9	13,3	16,6
Se posicionaram afirmando que é difícil ser um mucambense.	-	6,7	3,4
Total	100,0	100,0	100,0

Tabela 37 - Posicionamento dos(as) respondentes a respeito da importância dos eventos festivos ou religiosos do Mucambo.

RESPONDENTES	ESTUDANTE	JOVEM	ADULTO	MEDIA
	%	%	%	%
Apontaram como o evento mais importante, os Festejos do Divino	25,8	24,1	37,8	29,2
Apontaram os Festejos Juninos	38,7	34,4	13,5	28,9
Apontaram os Festejos do Reisado	9,6	14	32,4	18,7
Apontaram os Festejos do Sagrado Coração de Maria	-	-	8,1	2,7
Apontaram as atividades da Semana da Consciência Negra como o evento mais importante	25,8	27,5	8,2	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

ANEXOS¹⁸

¹⁸ Anexos cedidos gentilmente pela Professora Sandra Regina Magalhães.

ANEXOS